

Volume 14, nº 01
Janeiro, 2024
ISSN 2178 - 2768

propagare

CENTRO
UNIVERSITÁRIO 
CAMPO REAL
EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
Publicação Semestral

Indexadores

latindex



PRESIDENTE DA MANTENEDORA
Professor Wilson Ramos Filho

SUPERINTENDENTE DAS COLIGADAS UB
Professor Edson Aires da Silva

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL

REITORIA
Professor Edson Aires da Silva

PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
Professora Patrícia Melhem Rosas

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Professor Ayres Siqueira Silva

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, INICIAÇÃO À PESQUISA E EXTENSÃO
Professora Moana Rodrigues França

EDITOR CHEFE
Professor Atilio A. Matozzo

COMISSÃO EDITORIAL CIENTÍFICA

- Dra. Aline José Maia, Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)
- Dra. Aline Vanessa Sauer, Universidade Pitágoras (UNOPAR)
- Dr. André Luiz Klein - Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
- Dr. Andrey Portela – Centro Universitário Vale do Iguaçu (UGV)
- Dr. Argos Gumbowsky – Universidade do Contestado (UnC)
- Dr. Carlos Roney Armanini Tagliani, Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG)
- Dr. Clémerson Merlin Clève – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
- Dra. Daniela Ota Hisayasu Suzuki – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- Dra. Dulce Cassol Tagliani, Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG)
- Dra. Elisa Adriano – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
- Dra. Eloete Camilli Oliveira – Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)
- Dr. João Vitor Passuello Smaniotto – Centro Universitário Vale do Iguaçu (UGV)
- Dr. Ledo Paulo Guimarães Santos - Centro Universitário Autônomo do Brasil (UNIBRASIL)
- Dra. Luciana Pelegrini - Centro Universitário Campo Real
- Dr. Phillip Gil França - Escola da Magistratura do Paraná (EMAP)
- Dr. Wilson Ramos Filho – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

propagare

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 14, NÚMERO 01, JANEIRO DE 2024
ISSN 2178-2768

REVISORES CIENTÍFICOS AD HOC

Dra. Gheniffer Fornari
Me. Isabela Volski
Me. João Frederico Musial
Me. Luiz Eduardo Horst
Dr. Rudy Heitor Rosas
Me. Sandro Mazurechen
Dra. Simone Carla Benincá

REVISÃO E ORGANIZAÇÃO

Prof. Atilio A. Matozzo

CAPA

Setor de Marketing Centro Universitário Campo Real

SUMÁRIO

**DISCUSSÃO ACERCA DA PREPARAÇÃO MENTAL DOS ATLETAS OLÍMPICOS
BRASILEIROS NA PERSPECTIVA DOS/AS PSICÓLOGOS/AS DO ESPORTE 5**

João Matheus de Souza

**IMPACTO DA OXIGENOTERAPIA HOSPITALAR NA PRESCRIÇÃO DO
FISIOTERAPEUTA..... 28**

Ana Cristina Onisko

Maria Eduarda Mendes

Bianca Mayla Campos

Christiane Riedi Daniel

**DESAFIOS E AVANÇOS NA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO
MERCADO AGROPECUÁRIO 36**

Alex Bortoluzzi

Caroline A. L. dos Santos

Fernando Volanin da Silva

**A IMPORTÂNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM
NO PRONTO-SOCORRO – UMA REVISÃO INTEGRATIVA..... 52**

Ana Carolina Simão Zabott

Altair Justus Neto

**INCIDÊNCIA DE CASOS DE MENINGITE NA 5ª REGIONAL DE SAÚDE DE 2012 A
2022 62**

Camilla Aparecida Alves Dambroski

Emily Vanessa Vizini

Lidiane Aparecida Fernandes

**A IMPROVISAÇÃO COMO HABILIDADE DIANTE DA NECESSIDADE: A
OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS COMO DESAFIO
PRIMORDIAL NO ATENDIMENTO DOMICILIAR..... 80**

Daniela Maria Gaio

Caroline Pan

Josemar de Fátima Graebin

Michel Andreola

Renata Vieira dos Santos Camargo

Oswaldo de Oliveira

O JURÍDICUS COMO DIVISOR ENTRE DIREITO E SOCIEDADE..... 90

Ana Paula Zaroski

João Ricardo Ribas Teixeira

Eduardo Russo Ramos

**COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (TEA)..... 108**

Taís de Fátima Zorek

Tatiana Lavall

DISCUSSÃO ACERCA DA PREPARAÇÃO MENTAL DOS ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS NA PERSPECTIVA DOS/AS PSICÓLOGOS/AS DO ESPORTE

João Matheus de Souza

RESUMO: O presente trabalho objetiva discutir a preparação mental dos/das atletas olímpicos do Brasil na perspectiva dos/as psicólogos/as do esporte que atuam com atletas que já participaram de competições olímpicas. O método utilizado é uma pesquisa aplicada, qualitativa, de cunho exploratório e de levantamento de dados. A amostra intencional compôs-se de dois entrevistados (E1 e E2), sendo um do sexo masculino e outro do sexo feminino, ambos psicólogos do esporte que participaram da preparação mental de atletas olímpicos. Para a coleta de dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada com cada um dos participantes da pesquisa, realizadas por meio da plataforma Google Meet. Os dados coletados foram subdivididos em três categorias: atuação como psicólogo(a) do esporte e do exercício; preparação mental de atletas olímpicos; desafios encontrados na atuação durante a preparação mental de atletas olímpicos. Os resultados indicam que a preparação mental é fator determinante no desempenho dos atletas de alto nível, ainda que essa prática seja olhada com preconceito por alguns técnicos, dirigentes e atletas. É fundamental investir na formação de profissionais da psicologia do esporte qualificados a fim de romper com esse estigma e alavancar o crescimento da área como ciência e profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia do esporte. Preparação mental. Atletas olímpicos.

ABSTRACT: The present work aims to discuss the mental preparation of Brazilian Olympic athletes from the perspective of sports psychologists who work with athletes who have already participated in Olympic competitions. The method used is applied, qualitative, exploratory and data collection research. The intentional sample consisted of two interviewees (E1 and E2), one male and one female, both sports psychologists who participated in the mental preparation of Olympic athletes. To collect data, a semi-structured interview was carried out with each of the research participants, carried out using the Google Meet platform. The data collected was subdivided into three categories: working as a sports and exercise psychologist; mental preparation of Olympic athletes; challenges encountered in acting during the mental preparation of Olympic athletes. The results indicate that mental preparation is a determining factor in the performance of high-level athletes, even though this practice is viewed with prejudice by some coaches, managers and athletes. It is essential to invest in the training of qualified sports psychology professionals in order to break this stigma and boost the growth of the area as a science and profession.

KEYWORDS: Sport psychology. Mental preparation. Olympic athletes.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos Jogos Olímpicos de Verão, realizados na cidade de Tóquio, Japão, no ano de 2021, ocorreu um fato marcante que serviu de motivação para essa pesquisa. É o caso da atleta da ginástica artística Simone Biles, estadunidense de 24 anos, multicampeã olímpica e mundial da categoria. A atleta, alguns dias antes de competir, renunciou à sua vaga na disputa em prol de sua saúde mental, levantando o debate na mídia sobre a saúde mental dos desportistas (Corrêa, 2021).

Diferentemente do que algumas pessoas pensam, o trabalho psicológico na Psicologia do Esporte não serve apenas para os atletas com problemas emocionais ou alterações psicológicas de qualquer tipo. Na realidade, se constitui como um ramo

da preparação global do atleta, equiparado à preparação física, ao treinamento técnico e tático (Lavoura; Zanetti; Machado, 2008).

Neste campo, um fato importante a ser destacado é de que o treino mental pode ajudar os atletas a melhorar seu desempenho, além de influenciar no seu rendimento, podendo atingir o máximo de seus atributos, tanto nos treinos quanto nas competições (Gomes; Cruz, 2001). Sendo assim, é possível pensar o quão fundamental é uma abordagem multidisciplinar ao treino e à competição, principalmente em momentos em que as diferenças entre os atletas, no tocante a preparação física, capacidade técnica e compreensão e inteligência tática, estão cada vez mais reduzidas. Incluir novos elementos, como as competências psicológicas, mostra-se decisivo na busca de resultados (Bodas; Lázaro; Fernandes, 2007).

Quando se fala em nível Olímpico, em que a diferença entre a vitória e a derrota frequentemente perpassa por milésimos ou milímetros, deve-se dar ainda mais enfoque para as competências psicológicas e seu devido preparo. Em condições extremas como essas, o sucesso está, frequentemente, dependente da capacidade que o atleta possui em controlar os fatores psicológicos inerentes à sua performance (Bodas *et al.*, 2007), como a autoconfiança, otimismo, entusiasmo, determinação, força de vontade, concentração, entre outros (Bredariol, 2017). Logo, com a preparação mental aliada ao restante dos treinamentos, é possível competir em melhor nível, potencializando e explorando ao máximo suas capacidades (Bodas *et al.*, 2007).

Dessa forma, se faz necessário conhecer a preparação mental dos/das atletas de alto rendimento para que, assim, compreenda-se a importância do preparo mental, tanto para o seu desempenho durante os jogos e competições, quanto para a sua própria saúde mental. Nesta seara, após a melhor campanha do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) na história dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, é de grande relevância compreender como o preparo mental desses atletas é feito e, conseqüentemente, sua influência nos resultados.

Portanto, esse trabalho objetiva discutir a preparação mental dos(das) atletas olímpicos do Brasil na perspectiva dos(das) psicólogos(as) do esporte que atuam com atletas que já participaram de competições olímpicas. Busca-se discutir a literatura com os dados extraídos por meio de uma entrevista semiestruturada com dois profissionais da Psicologia que trabalham ou trabalharam na preparação mental de

atletas que participaram de alguma edição dos Jogos Olímpicos, e, por fim, esclarecer, com base nos dados coletados, a importância do preparo mental em atletas de alto rendimento.

2 MÉTODO

Neste tópico, será abordado o método da pesquisa, o qual inclui explicações acerca do tipo de estudo, da amostra, dos instrumentos utilizados, procedimentos e de que forma os dados serão analisados.

2.1 TIPO DE ESTUDO

O método do presente estudo, em relação à natureza do problema, consiste em uma pesquisa aplicada, visando produzir conhecimentos para a aplicação prática orientados à solução de problemas específicos que envolvem verdades e interesses locais. As pesquisas aplicadas demandam maior complexidade metodológica e ética, sendo mais comumente realizadas na graduação e na pós-graduação. Esse tipo de pesquisa pode ter objetivos variados, porém, dentro destes, alguns se destacam, como por exemplo: buscar respostas a determinados problemas, construir ou testar teorias, caracterizar um contexto ou uma população, mensurar fenômenos, entre outros (Souza; Ilkiu, 2017).

Além disso, essa pesquisa apresenta uma abordagem de pesquisa qualitativa, pois considera que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e a pessoa, logo, um vínculo inseparável entre objetividade e subjetividade da pessoa que não torna possível a tradução em números. Sendo assim, a pesquisa qualitativa requer interpretação de fenômenos e atribuição de significados, não utilizando de métodos e técnicas estatísticas, tendo como fonte de coleta de dados o ambiente natural, sendo o pesquisador um instrumento-chave. Nesta seara, os pesquisadores tendem a analisar seus dados de forma indutiva, sendo o processo e seu significado os focos principais da abordagem (Souza; Ilkiu, 2017).

Sobre os objetivos, essa pesquisa é exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema, utilizando levantamento bibliográfico sobre o tema, entrevistas com profissionais da psicologia que trabalharam na preparação

psicológica de atletas olímpicos, além da análise de exemplos que estimulem a compreensão do assunto pesquisado (Souza; Ilkiu, 2017).

Agora, caracterizando do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a presente pesquisa enquadra-se como um levantamento, pois ela envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, nesse caso, o trabalho de psicólogos e psicólogas do esporte que atuam diretamente na preparação olímpica (Souza; Ilkiu, 2017).

2.2 AMOSTRA

Para a presente pesquisa, foi utilizada uma amostra intencional, visto que os participantes do estudo foram selecionados intencionalmente por melhor satisfazerem os critérios para atingir o objetivo da pesquisa. A amostra para esta pesquisa compõe-se de dois participantes, sendo um do sexo masculino, graduado em psicologia há 28 anos e atuando com psicologia do esporte há 26 anos, e outro do sexo feminino, bacharel em psicologia há 6 anos e atuando com psicologia do esporte pelo mesmo período. O critério de corte para esta pesquisa consiste em ser um profissional na área da Psicologia do Esporte que atua ou já atuou na preparação psicológica de atletas que competiram em pelo menos uma edição de Jogos Olímpicos.

2.3 INSTRUMENTOS

Utilizando de meios tecnológicos para a coleta de dados, realizou-se uma entrevista semiestruturada com cada profissional, contendo questões abertas, favorecendo o caráter exploratório da pesquisa, sem perder sua subjetividade, visando atingir os objetivos da pesquisa. Na entrevista semiestruturada, o pesquisador destaca um tema, o qual embasará um conjunto de questões sobre a temática estudada, permitindo, assim, que o entrevistado exponha outras informações livres que sejam complementares ao objetivo inicial e que emergem espontaneamente (Manzini, 1990).

2.4 PROCEDIMENTOS

O estudo iniciou com o levantamento de dados bibliográficos, algo que ocorre desde o início do projeto de pesquisa até a apresentação do artigo já concluído,

sempre buscando suprir as demandas que surgem, sem perder o foco do objetivo geral. Concomitantemente a essa pesquisa bibliográfica, elaborou-se um questionário de caráter semiestruturado, contendo questões abertas.

Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Núcleo de Ética e Bioética da Ugv Centro Universitário, inscrito no protocolo 2022/39, efetuou-se o contato com os profissionais da Psicologia que atuam na área esportiva que se encaixam nos critérios da amostra (profissional na área da Psicologia do Esporte que atua ou já atuou na preparação mental de atletas que competiram em pelo menos uma edição de Jogos Olímpicos) e, subsequentemente, agendado uma data para que seja feita a entrevista com estes profissionais.

Os entrevistados foram contatados por e-mail e concordaram, por livre e espontânea vontade, em participar da pesquisa, conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por eles assinado, além dos demais princípios éticos de pesquisa com seres humanos conforme presa o Resolução n.196, de 10 de outubro de 1996 (Ministério da Saúde, 1996).

As entrevistas foram feitas de forma remota, utilizando o aplicativo de conferência online Google Meet. Com a autorização dos entrevistados, as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas em caráter de literalidade, preservando a unicidade de cada informação trazida pelos profissionais entrevistados. Subsequentemente, realizou-se a correlação dos dados obtidos com a bibliografia pesquisada, visando atingir o objetivo da pesquisa. Visando preservar o anonimato dos entrevistados, os mesmos receberão as alcunhas de “Entrevistado 1” (E1) e “Entrevistado 2” (E2) no decorrer do trabalho.

2.5 ANÁLISE DE DADOS

Após realizadas as entrevistas, elas foram transcritas de forma literal, respeitando a experiência de cada entrevistado, para, então, ser feita a correlação com a bibliografia pesquisada. Os dados levantados por meio do roteiro de entrevista visam compreender três categorias que vão ao encontro do objetivo do trabalho.

Tabela 1 - Categorias e suas descrições para o tratamento específico de dados

Categoria	Descrição
Atuação como Psicólogo/a do Esporte e do Exercício	Descrever, baseado na experiência subjetiva de cada profissional entrevistado, sua formação

<p>Preparação mental de atletas Olímpicos</p> <p>Desafios encontrados na atuação durante a preparação mental de atletas olímpicos.</p>	<p>e forma de atuação como Psicólogo/a do Esporte e do Exercício.</p> <p>Discutir as formas de atuação, técnicas, metodologias, abordagens e diferenças que permeiam a preparação mental de atletas olímpicos.</p> <p>Apresentar e explorar os desafios, dificuldades e problemas encontrados no processo de preparação mental dos atletas olímpicos, visando buscar formas para superar essas adversidades.</p>
--	--

(Fonte: Os autores, 2021)

Coletados esses dados e transcritos, ocorreu a discussão das categorias de preparação mental de atletas olímpicos e dos desafios encontrados na atuação durante a preparação mental de atletas olímpicos, pois, conforme percebido na constituição do trabalho, a categoria da atuação como psicólogo(a) do esporte corrobora com a terceira descrição, sendo, dessa forma, redundante abordar o conteúdo em momentos distintos do trabalho.

3 RESULTADOS

3.1 ATUAÇÃO COMO PSICÓLOGO/A DO ESPORTE E DO EXERCÍCIO

No que diz respeito à atuação profissional, E1 relata que trabalha com a psicologia do esporte há 6 anos e é mestre em Ciências da Saúde. Sua experiência com atletas olímpicos ocorreu na edição de 2021 dos jogos, na cidade de Tóquio, Japão. O profissional atuou com a modalidade da ginástica rítmica feminina brasileira nos períodos pré e pós-competitivo, nos anos de 2020 e 2021, além do trabalho realizado durante o período competitivo. E1 também atua na psicologia clínica com ênfase em desportistas, algo que o próprio profissional denomina “Clínica do Esporte.”

E2 conta que concluiu sua graduação em psicologia no ano de 1994 e, posteriormente, obteve o título de mestre em Análise do Comportamento. Atualmente, possui doutorado em Análise Experimental. Sua experiência com atletas olímpicos também ocorreu na edição dos jogos realizados na cidade de Tóquio, tendo iniciado o trabalho na área no ano de 2019 com uma dupla de vôlei de praia, mas, por conta da demanda emergente da pandemia de Covid-19 no ano de 2020, o COB encaminhou atletas de outras modalidades para o profissional, como, por exemplo,

atletas do skate e do BMX. Além disso, E2 relata que é professor universitário e membro do Comitê de Preparação Mental do COB, atuando em diversas competições em que os atletas brasileiros se fazem presentes.

3.2 PREPARAÇÃO MENTAL DE ATLETAS OLÍMPICOS

No tocante à preparação mental propriamente dita, percebeu-se similaridades nas formas de atuação dos dois profissionais entrevistados. E1 explana em seu relato que a preparação mental parte da demanda apresentada pelos atletas, a qual deve ser diagnosticada de forma eficaz para que os objetivos da equipe sejam atingidos. Ainda, E1 explica que esse diagnóstico deve ser limitado no tempo, pois o mesmo é orientado por metas a serem cumpridas.

Acerca da periodização da preparação mental, E1 explana que é muito particular de cada caso as formas como esse trabalho é feito. É preciso fazer um diagnóstico preciso da demanda para depois ocorrer a intervenção orientada à resolução da necessidade observada. E1 explica que, em um primeiro momento, é preciso que o atleta possua habilidades básicas de regulação emocional, de estabelecimento de metas e prioridades, de manejo da motivação, entre outras. Estando esses aspectos trabalhados, se parte para a segunda etapa, a qual se trabalham as habilidades competitivas, como, por exemplo, estratégias de foco e concentração, de lidar com a pressão, de estabelecimento de uma rotina pré-competitiva, e o manejo de estados ansiosos.

E1 enfatiza que a disciplina e o planejamentos são fundamentais no ciclo de preparação mental, pois é necessário que se estabeleçam metas de curto, médio e longo prazo, e a compreensão de que as atividades que o atleta faz durante o período preparatório serão as mesmas que ele fará nos Jogos Olímpicos. Segundo E1, o(a) psicólogo(a) do esporte tem papel fundamental em auxiliar o atleta a conseguir manter o foco no presente para que atinja as metas estabelecidas.

Todo esse trabalho conta com o auxílio de variadas técnicas, a fim de obter êxito nas intervenções realizadas. E1 pontua algumas dessas ferramentas, como o treinamento das habilidades básicas de autorregulação, técnicas de respiração e *mindfulness*, auto conversação e visualização. Após o uso dessas estratégias interventivas de forma eficaz, E1 percebe que as características que mais se alteram

nos atletas são o aumento da capacidade de resiliência, de autoconhecimento e aceitação.

Em seu relato de experiência, E2 afirma que, para uma preparação mental efetiva, é fundamental que o trabalho inicie juntamente com o ciclo olímpico, o período que compreende entre uma edição e outra dos Jogos Olímpicos. E2 explica que o COB monitora uma série de atletas com potencial para disputar a edição seguinte dos jogos, fornecendo o amparo profissional necessário para a melhora do desempenho do atleta. Caso haja a confirmação da vaga na competição, é realizado um trabalho específico para os Jogos Olímpicos.

Conforme E2 discorre em sua entrevista, o nível de exigência sobre os atletas aumenta de acordo com o quão próximo se está da competição. Segundo ele, o preparo mental, quando realizado desde o início do ciclo olímpico, permite a experimentação de diversas técnicas e, conseqüentemente, a lapidação do trabalho realizado com o atleta.

E2, assim como E1, destaca a ênfase no foco que o atleta possui. Se o mesmo deseja disputar os Jogos Olímpicos, priorizam-se competições que possibilitem a vaga nos jogos, dando menor importância para campeonatos que não influenciem nessa disputa. Porém, o entrevistado enfatiza que cada modalidade possui suas peculiaridades que devem ser respeitadas, pois as formas de classificação variam entre os esportes, fazendo com que o trabalho de preparação mental precise ser adaptado para cada realidade específica.

No que diz respeito às técnicas utilizadas no período que compreende a preparação mental, E2 relata possuir distintas metodologias de trabalho, mas cita em específico o aparelho de *biofeedback*, estratégias de preparação individual para a competição, rotinas e rituais.

E2 valoriza o trabalho interdisciplinar visando abranger todas as demandas que o atleta apresente. Afirma que é fundamental que o(a) psicólogo(a) do esporte atue em consonância com o técnico, fisioterapeuta, nutricionista, médico, preparador físico, e qualquer outro profissional que componha a comissão técnica.

Após a realização da preparação mental, E2 espera que o atleta esteja mais seguro, confiante e focado, além de entender que ele não precisa estar focado o tempo todo, mas conseguir ativar e desativar essa habilidade quando necessário,

visando algo que o entrevistado denomina “economia mental”, pois estar em estado de foco máximo o tempo todo é extremamente desgastante.

3.3 DESAFIOS ENCONTRADOS NA ATUAÇÃO DURANTE A PREPARAÇÃO MENTAL DE ATLETAS OLÍMPICOS

No tocante às dificuldades e desafios encontrados na preparação mental de atletas olímpicos, E1 aponta a obrigatoriedade imposta aos atletas de participar do trabalho com o(a) profissional da psicologia do esporte como um dos aspectos que dificultam o trabalho. O entrevistado cita exemplos em que os pais, treinadores, ou outros membros da comissão técnica impõe ao atleta o trabalho psicológico, sendo mais difícil, assim, a adesão às propostas de preparação mental.

Já em aspectos subjetivos do atleta, E1 percebe como principais desafios o gerenciamento da pressão e do estresse por parte do esportista. Quando E1 se refere à pressão, diz respeito às cobranças por parte da comissão técnica, diretores, patrocínios, torcedores, além da pressão interna, imposta pelo próprio atleta sobre si mesmo para que consiga a vaga nos Jogos Olímpicos, ou uma classificação já dentro da competição. Essa cobrança gera um estresse no competidor, assim como a alta carga de treinamentos que o mesmo se submete em busca do melhor desempenho possível.

Por fim, ao ser questionado sobre a atualidade da psicologia do esporte brasileira, E1 entende que a mesma se encontra em um cenário de crescimento e receptividade, pois, segundo o mesmo, a cada Olimpíada que passa, mais psicólogos e psicólogas se fazem presentes nas comissões técnicas dos atletas de alto rendimento brasileiros. Mas, para que esse crescimento continue e se potencialize, E1 acredita que é preciso investir na formação de bons profissionais da área, no aumento da quantidade de cursos ofertados, e que as instituições de ensino superior insiram a psicologia do esporte em sua grade curricular, incentivando os futuros profissionais a conhecerem a área.

E2 entende que os maiores desafios encontrados durante a preparação mental de atletas olímpicos são referentes ao preconceito por parte de atletas e comissão técnica, que, possivelmente, passaram por experiências negativas com outros profissionais, ou não possuem conhecimento sobre como é o trabalho da psicologia

do esporte. Vencer esse preconceito e conquistar a confiança dos atletas é o primeiro desafio a ser superado. Outra dificuldade encontrada, ainda nesta seara, é a conquista do espaço de atuação no dia a dia da equipe. E2 entende como um desafio fazer a comissão técnica e os demais membros do time aceitarem a inserção do(a) psicólogo(a) na rotina de treinos, sendo necessário conquistar esse espaço para que haja resultados eficazes. Da mesma forma, E2 relata que atletas e equipes que tiveram boas experiências com a psicologia do esporte tendem a aderir com mais facilidade ao trabalho dos profissionais da área.

Para que a atuação da psicologia do esporte seja ainda mais valorizada, E2 entende como fundamental o aumento no número de cursos de formação no nível da especialização, além de mais profissionais da área dando aula na graduação, com o objetivo de fomentar uma cultura da psicologia do esporte dentro das instituições de ensino superior. Além disso, enfatiza que o acadêmico que se interessa pela área não deve se ater ao fator financeiro, mas sim descobrir se faz sentido para a vida da pessoa, pois o vislumbre dos benefícios da prática profissional é mais evidente e imediato que na clínica tradicional, por exemplo.

4 DISCUSSÃO

Se faz necessário frisar que, neste momento do trabalho, é feita a discussão dos resultados obtidos com a bibliografia existente sobre as temáticas anteriormente descritas no método. Salienta-se que há o enfoque na discussão das categorias de preparação mental de atletas olímpicos e dos desafios encontrados na atuação durante a preparação mental de atletas olímpicos, visto que, a atuação dos profissionais da psicologia do esporte entrevistados corrobora com a temática dos desafios encontrados na atuação, sendo possível aglutinar as mesmas temáticas em um único momento da pesquisa.

4.1 PREPARAÇÃO MENTAL DE ATLETAS OLÍMPICOS

De acordo com E1, a preparação mental precisa partir de uma demanda, conforme indica a seguinte fala:

Parte muito da demanda. Se eles querem nosso trabalho de preparação mental, por quê? O que tá acontecendo? Então, a primeira fase é sempre entender, fazer um diagnóstico. O que é que tá [sic] rolando? O que eles estão sentindo? Qual é a queixa e o que eles querem?

O processo de preparação mental de um atleta ou de uma equipe que compete em nível olímpico necessita partir de uma demanda previamente diagnosticada, visto que o diagnóstico psicológico é de extrema importância no contexto esportivo, pois o mesmo é capaz de fornecer valiosas informações acerca do atleta em questão, permitindo, assim, uma maior compreensão destes (Samulski, 2009). Rubio (2007) e Samulski (2009) explicam que, a partir do resultado do diagnóstico, é possível alcançar conclusões referentes a características particulares do indivíduo ou do grupo que proporcionam subsídios pertinentes para o trabalho de preparação física, mental e de equipe a ser executado.

Através do psicodiagnóstico, elaboram-se estratégias de trabalho com os atletas. No campo da preparação mental, assim como do treinamento esportivo como um todo, o ano de treinamento é dividido em distintos períodos e ciclos que objetivam alcançar um alto rendimento por meio da preparação de forma sistemática. A partir da necessidade de organizar o treinamento em ciclos, fases ou períodos distintos, surge o termo periodização (Tourinho Filho; Barbanti, 2010).

Ao abordar o planejamento de um trabalho de médio-longo prazo, aspectos diversos precisam ser assinalados visando uma efetiva atuação da psicologia do esporte com enfoque no alto rendimento esportivo (Noce; Melo, 2014). A periodização consiste em uma das etapas de maior importância no planejamento do treino, pois, essa prática, diz respeito à divisão da temporada de preparação em etapas e períodos de treino com características particulares, tal qual seus objetivos e orientações específicas (Tourinho Filho; Barbanti, 2010).

E2 afirma que “Quando você pega um atleta em início de ciclo, vamos dizer assim que você faz o equivalente a uma pré-temporada. Então, se testa, se experimenta muita coisa”. E ainda complementa, em momento posterior, que “o nível de exigência vai aumentando conforme você se aproxima dos jogos, e os jogos (Olímpicos) são o maior evento esportivo para a maior parte das modalidades do mundo”. Noce e Melo (2014) e Tourinho Filho e Barbanti (2010) discorrem que a priorização das competições no decorrer da temporada e do ciclo de preparação ocorre de acordo com as metas estabelecidas, geralmente, pela comissão técnica.

Conforme apontam os autores, essa escolha é denominada de macrociclo, podendo ser dividida em distintos períodos, como o período preparatório, o competitivo e a transição, objetivando levar o atleta ao máximo de sua capacidade física e mental.

Não obstante, o macrociclo, a unidade maior da periodização de treinamentos, pode ser organizada em unidades menores, os mesociclos (meses), que também pode ser subdividido em um conjunto menor, os microciclos (semanas), chegando até a menor unidade que é a sessão de treinamento (Noce; Melo, 2014). Essa divisão favorece o estabelecimento de metas realistas de curto, médio e longo prazo, algo que, conforme E1 explica, é fundamental para o atleta atingir seus objetivos.

O atleta tem que ter muito claro na cabeça dele essa conexão que, o que ele faz hoje, está extremamente relacionado com o que ele vai fazer daqui quatro anos na Olimpíada. O que ele vai fazer na seletiva, no Mundial, na classificatória, o que for. Então, ele tem que ver conexão.

Durante os períodos da preparação mental, o(a) psicólogo(a) deve analisar quais habilidades psicológicas possuem maior relevância e são mais necessárias nas diferentes situações esportivas, assim como analisar e determinar as necessidades específicas de cada atleta individualmente. Portanto, é fundamental que, além de se conhecer os atletas, haja o melhor entendimento possível do esporte em específico em que o profissional da psicologia do esporte irá atuar, visando propor um trabalho que parte das necessidades psicológicas mais relevantes para a prática do mesmo (Cárdenas; Cárdenas, 2012).

Transcorrido o trabalho de preparação mental com os atletas, E1 e E2 destacam características que se esperam como resultado do preparo realizado. Dentre elas, as principais apontadas são a resiliência, o autoconhecimento, a aceitação, a capacidade de foco, confiança e segurança no desempenho esportivo. Para tanto, o(a) psicólogo(a) do esporte faz uso de diversos recursos a fim de preparar mentalmente o atleta, visando que o mesmo atinja seus objetivos na competição. E1 e E2 relatam utilizar diversas técnicas em seu repertório de preparação mental, sendo citadas as seguintes técnicas no transcórre das entrevistas: autorregulação emocional, respiração e *mindfulness*, autofala, visualização, a implementação de rotinas e rituais, e o uso de aparelho de *biofeedback*.

Sobre a autorregulação, E1 afirma que:

Ele [o atleta] tem que saber identificar uma emoção, no caso, uma ansiedade, uma tensão, uma insegurança, um medo muito elevado que ele sabe que aquilo vai

prejudicar o desempenho, porque, ou ele vai queimar a largada, ou ele não vai conseguir ativar tanto assim, vai tá meio relaxadão, meio parado, meio freezing, meio congelado. Então, é saber sair dessa zona, desse extremo, e ir para um ponto ótimo [sic].

A autorregulação emocional se caracteriza pela influência de necessidades, motivos e emoções, sendo que, o valor pessoal que um indivíduo atribui a determinada situação é decisivo para o comportamento emocional (Samulski, 2009). Samulski (2009) acrescenta que as emoções exercem papéis de organização e energização do comportamento, pois as mesmas assinalam o valor emocional de uma situação em particular, e provocam certas formas de comportamento, que tendem a ser mais variáveis e flexíveis por meio do sistema de regulação. Weinberg e Gould (2017) apontam como um ponto de partida nesse processo o aprendizado de uma maneira de identificar ou de se tornar consciente dos estados de ansiedade e de ativação. O atleta precisa aumentar sua consciência de seus estados psicológicos antes de partir para o controle de seus pensamentos e sentimentos.

No que tange o *mindfulness*, E1 traz a respiração e a técnica de atenção plena como aliados na preparação mental de atletas, pois “usar respiração como técnica ajuda a gente a regular esse estado. De muito tenso, muito estresse, para o estado mais ótimo, mais intermediário ou até para um estado mais relaxado”.

O *mindfulness* pode ser entendido como um sinônimo de aceitação de experiências físicas, mentais e emocionais no decorrer de suas existências (Barros; Freitas, 2019). Kabat-Zinn (*apud* Weinberg; Gould, 2017, p. 366) define o *mindfulness*, ou conscientização plena, como “uma percepção benevolente, de momento a momento, sem julgamento, de si mesmo e do mundo”. Em síntese, ao invés de buscar eliminar os pensamentos negativo, a prática do *mindfulness* diz respeito ao ato de aceitar os pensamentos e focar no momento presente (Weinberg; Gould, 2017).

Atletas que fizeram treinos de conscientização plena passam pela experiência de fluidez com maior frequência do que os que não receberam esse tipo de treinamento, além de o *mindfulness* possibilitar a melhora no foco de atenção do indivíduo (Weinberg; Gould, 2017). Percebe-se, portanto, que as técnicas com enfoque na respiração têm maior ênfase no treinamento de concentração e relaxamento do atleta.

E1 também cita técnicas introspectivas, como a autofala, também chamada de diálogo interior ou auto conversação (Nunes *et al.*, 2010), que é um fator que pode

influenciar na distração interna, mas, ao mesmo tempo, pode ser usado para lidar com distrações (Weinberg; Gould, 2017). O aprimoramento da técnica de autofala tem o objetivo de estabelecer o foco de atenção do atleta para fatores de relevância em seu desempenho esportivo, visando o aumento do seu controle acerca do desenvolvimento das capacidades esportivas individuais, além de estabelecer princípios de autorreforço (Nunes *et al.*, 2010).

Scala e Kerbauy (2005) citam em seu estudo o experimento realizado por Mallett e Hanrahan (1997) sobre a mudança do foco de atenção por meio do uso de autofalas com corredores de alto nível. O resultado apontou que os atletas, todos corredores de elite, correram mais rápido nas sessões experimentais, em que ocorreu o uso de autofalas, quando comparadas com as sessões de controle, as quais não foi utilizada a técnica.

Ainda no tocante às técnicas introspectivas e imaginativas citadas pelos entrevistados, há a visualização, também conhecida por mentalização, treinamento mental, imaginação guiada, prática mental, ensaio mental, ensaio simbólico, e treino encoberto (Trichês; Takase, 2010; Weinberg; Gould, 2017). A visualização objetiva o controle da ansiedade, o estabelecimento de metas, o aumento da autoconfiança e o desenvolvimento da concentração a partir de simulações imaginárias de situações (Trichês; Takase, 2010).

Por meio da visualização, o atleta pode recriar experiências que foram positivas para si ou criar novos eventos em sua imaginação, a fim de potencializar sua preparação mentalmente para a atuação (Weinberg; Gould, 2017). Estes autores indicam que essa prática envolva o máximo de sentidos possíveis, pois, os sentidos cinestésico, auditivo, tátil e olfativo também possuem potencial importância na atividade. E1 demonstra a efetividade prática da técnica ao relatar que, ao fazer uso da visualização “[o atleta vai] chegar lá na hora e ter essa percepção de que está mais preparado, você já passou por aquilo porque mentalmente você visualizou.”

E2 aponta que, dentre as técnicas que utiliza, uma delas é a rotina psicológica, a qual é definida por Samulski (2009) como uma combinação de variadas técnicas de cunho fisiológico e psicológico que têm a premissa de estabilizar o comportamento emocional do atleta em períodos competitivos, assim como de ajudá-lo a direcionar sua atenção aos estímulos relevantes da tarefa a ser feita.

As rotinas pré-desempenho têm a funcionalidade de ajudar os atletas a direcionarem sua atenção para pensamentos importantes para a tarefa a ser cumprida, aumentando, assim, a probabilidade do indivíduo não se distrair interna ou externamente antes e depois do desempenho, além de, com certa frequência, permitirem que o desempenho se mantenha automático, afastado das interferências da percepção consciente (Weinberg; Gould, 2017).

Noce e Melo (2014) afirmam que a aplicação de rotinas de preparação mental pelos atletas, antes ou durante a competição, influenciaram na melhora do desempenho quando comparado aos atletas que não fizeram uso destas técnicas. Dessa forma, os autores frisam alguns dos elementos que uma rotina psicológica pode conter, como o estabelecimento de metas, regulação do nível de estresse e ativação, técnicas imaginativas, de atenção, de visualização e de concentração mental, e autoafirmações positivas em prol da motivação em momentos decisivos.

Ainda, no rol de técnicas utilizadas por E2, encontra-se o *biofeedback*. O mesmo se caracteriza como um método tecnológico-científico de controle do estresse, cujo objetivo é, conforme Samulski (2009, p. 261) “regular o nível de ativação psicofisiológica por meio do feedback ótico-acústico contínuo de parâmetros fisiológicos”. Weinberg e Gould (2017) descrevem o *biofeedback* como uma técnica de orientação física, a qual visa ensinar as pessoas a controlarem as respostas de caráter fisiológico ou autônomo. Essas respostas emitidas pelos instrumentos eletrônicos são percebidas pelo visual ou auditivo, e transmitem informações sobre a atividade muscular, a temperatura da pele, ondas cerebrais ou a frequência cardíaca (Samulski, 2009; Weinberg; Gould, 2017).

Essa modalidade de treinamento pode auxiliar os atletas a terem maior consciência sobre o seu sistema nervoso autônomo e, conseqüentemente, a controlar suas reações. Porém, nem todos os estudos de *biofeedback* demonstram melhora no desempenho, mas, ainda sim, a técnica reduz de forma significativa a ansiedade, o estresse e a tensão muscular (Silva; Padovani; Viana, 2017; Weinberg; Gould, 2017).

4.2 DESAFIOS ENCONTRADOS DURANTE A PREPARAÇÃO MENTAL DE ATLETAS OLÍMPICOS

A psicologia do esporte se depara com constantes desafios para sua efetiva prática junto a outras ciências dentro das modalidades esportivas. Quando questionados, E1 e E2 destacaram dificuldades similares na atuação da preparação mental de atletas. É importante frisar que muitas das práticas realizadas com os atletas olímpicos, são também efetuadas com outros esportistas de diferentes níveis técnicos. Sendo assim, pensando no contexto da preparação mental de atletas olímpicos, os maiores desafios apontados por E1 e E2 são o gerenciamento do estresse, o encaixe do trabalho psicológico no dia a dia da preparação mental, a imposição da preparação mental para o atleta, e o preconceito que os atletas possuem frente ao trabalho da psicologia.

É imprescindível reforçar a ideia de que os Jogos Olímpicos é a competição mais importante para grande parte das modalidades esportivas. Conquistar uma vaga para essa competição é objeto de desejo dos atletas de alto nível, assim como de treinadores, patrocinadores, confederações, entre outras instituições. Por conta desses aspectos, E1 cita o estresse ocasionado pela carga de treino e pela pressão depositada no atleta como fatores desafiadores na preparação mental.

Lidar com a pressão é a maior dificuldade, porque é quase como se eles não tivessem opção. Ou pega a vaga, ou pega a vaga. Ou tem medalha ou não tem medalha. Eles sabem que é muita coisa envolvida quando vai para Olimpíadas. Pode influenciar na bolsa, na remuneração, no investimento que vai para o projeto, para a confederação.

Essa pressão depositada sobre o atleta exigirá do mesmo uma carga maior de treinamentos, que, concomitantemente, pode ter resultados negativos. Samulski (2009) explica que o *overtraining*, ou síndrome do *overtraining*, ocorre por conta do desequilíbrio entre estresse e recuperação, sendo grandes fatores estressantes atrelados a pouca recuperação. Esse fenômeno é detectável quando o atleta, apesar do treinamento intenso, apresenta um declínio incomum do seu desempenho, algo que tem sido atribuído a processos fisiológicos e psicológicos.

Sobre o estresse, Coimbra *et al.* (2013) apontam que o estresse é um tema de grande repercussão dentro da psicologia do esporte. O estresse diz respeito a um desequilíbrio considerável entre demanda, física e/ou psicológica, e a capacidade de resposta do indivíduo em condições que abnegar a satisfação da demanda tem importantes consequências (Weinberg; Gould, 2017).

Weinberg e Gould (2017) indicam que há duas fontes comuns de estresse: a importância dada a um evento ou competição e a incerteza que permeia o resultado

do evento. Uma síndrome que pode ser acarretada pelos aspectos acima apresentados é o *Burnout*, tida como uma reação ao estresse crônico, em que suas principais características são a exaustão emocional, a despersonalização e o diminuído sendo de realização (Pires *et al.*, 2012). Uma forma de evitar a síndrome de *Burnout*, pois a mesma gera consequências negativas ao atleta, é necessário, conforme Pires *et al.* (2012), que se apliquem cargas de treinamento que corroborem com os princípios científicos e que haja variação dos métodos de treinamento, tornando-os, assim, menos monótonos.

Outro desafio, apontado por E2, é o de conseguir convencer o técnico da necessidade e da forma de atuação da psicologia do esporte:

Você vai ter que convencer o técnico de que ele vai ter que te dar um tempo para você fazer uma reunião, para você fazer entrevistas, para ele mesmo trocar uma ideia com você [...]. Quando você tem pouco tempo de relacionamento é difícil, para um primeiro momento. Você vai ficando com a sobra, e com a sobra você não faz milagre. Não tem. Então, é conquistar espaço, conquistar espaço de trabalho.

A citação acima vai ao encontro do relatado por Gomes (2012), que explica essa falta de tempo como um dos desafios mais comuns, pois os atletas e treinadores entendem que o ritmo cotidiano é muito exigente para conseguir arranjar tempo para uma nova atividade. Porém, o autor confronta essa ideia ao afirmar que esse fator é mais uma percepção do que uma realidade, sendo quase sempre possível realocar horários e encontrar as disponibilidades necessária para a realização das atividades de preparação mental.

Não obstante, Gomes (2012) entende esse fenômeno como a ausência da devida importância dada às intervenções psicológicas, pois, se forem consideradas parte integrante e indispensável do treino dos atletas e das equipes, torna-se simples definir o tempo para a preparação mental e demais intervenções da psicologia.

No aspecto da resistência ao trabalho psicológico, seja pela imposição ao atleta ou pelo preconceito, Gomes (2012) entende como um fator para tal a falta de convicção, ou resistência à mudança por parte dos integrantes do meio esportivo. O autor afirma que é comum ouvir de treinadores e atletas a ideia de que nunca precisaram treinar os aspectos psicológicos de forma específica e, sendo assim, não seria nesse momento que a situação mudaria.

Nesse sentido, E2 afirma que o maior desafio dentro da psicologia do esporte é vencer os preconceitos sobre a temática, pois existem atletas que tiveram

experiências negativas com a área e aqueles sem nenhuma experiência. Para E2, é fundamental “Conseguir desenvolver um espaço para que eles te ouçam sem preconceitos, e conseguir ganhar a confiança deles. Eu costumo dizer assim: confiança é algo que a gente conquista, ninguém deve dar de graça”.

Com essa premissa de conquista da confiança, E1 aponta como uma dificuldade a imposição do treinamento mental por parte do treinador, dos pais, ou de outros envolvidos com o atleta. Esse contexto exige um trabalho para fazer o esportista aderir às ideias e ter motivação no treinamento. Para tanto, assim como relata E2, é preciso que exista essa relação de confiança.

A partir disso, levanta-se a hipótese que essa resistência encontrada em alguns componentes que fazem o esporte acontecer se deve ao fato da recente emergência da psicologia do esporte no Brasil. Vieira *et al.* (2010) consideram a temática esportiva como um ramo emergente da psicologia, seja nos congressos científicos da ciência psicológica ou nos cursos de graduação. Possivelmente, o fato de a psicologia ainda ser uma ciência “recente”, o preconceito acerca de sua funcionalidade ainda se faz presente em distintos campos, não somente dentro do esporte.

Apesar das dificuldades acima relatadas, E1 relata que percebe o cenário atual da psicologia do esporte com uma receptividade positiva, havendo um aumento na procura de profissionais da área.

Acho que cada olimpíada que passa, aumenta o número de atletas com psicólogo, aumenta a inserção de psicólogos [...] esse ano, em Tóquio, teve uma sala toda lindona do comitê Olímpico destinada à preparação e descanso mental”

E2 usa do exemplo da experiência prévia que os atletas possuem com a psicologia do esporte para falar sobre a receptividade.

Alguns, sim [são receptivos], outros não, alguns que tiveram boas experiências já vem com expectativas, então, a coisa já tende a fluir mais, outros não . . . eu já vi o pessoal de algumas modalidades, como o Karatê, o tênis de mesa, o badminton, que tinham tido boas experiências com psicologia do esporte, eles chegaram lá no hotel já querendo agendar “ó, agenda aí para minha equipe, para a gente dar uma continuidade no trabalho que eles já fazem, para a gente fazer o preparo para esse”. Outras modalidades que não tiveram boas experiências por quaisquer motivos que fossem, ficaram resistindo.

Todavia, de acordo com Mello, Cozac e Simões (2013), a intervenção dos(das) psicólogos(as) do esporte não possui prioridade na pluralidade interativa que compõe a instituição, clube, grupos e pessoas. Os autores lembram que nem sempre os dirigentes possuem interesse na atuação da psicologia com os atletas, mesmo que

seja comum ouvir de grandes atletas e treinadores frases que remetem a necessidade do trabalho mental para a melhora do desempenho esportivo.

Portanto, entende-se que a psicologia do esporte é uma área que busca seu espaço dentro da preparação dos atletas, sejam eles olímpicos ou não. Sendo assim, quando questionados sobre o que é necessário para o crescimento da área como ciência e profissão, E1 e E2 afirmaram que o caminho está na formação dos profissionais, seja na graduação ou na especialização, é preciso que se invista na educação de psicólogos e psicólogas do esporte. Para que isso aconteça de maneira efetiva, E2 afirma que é necessário que haja uma cultura da psicologia do esporte dentro das instituições de ensino superior. Porém, o mesmo aponta que “A grande dificuldade é que, quem trabalha com psicologia do esporte, acaba viajando muito, e isso é incompatível com a grade curricular das universidades”.

Nesse mesmo raciocínio, E1 afirma que a formação do bacharel em psicologia deva ter, no mínimo, uma disciplina optativa de psicologia do esporte como porta de entrada para a área, pois, por mais que muitas pessoas descubram esse campo de atuação durante a graduação, não há uma disciplina introdutória ao tema. A sugestão que E1 faz é a de aumentar o número de cursos de psicologia do esporte, sejam de especialização, de curta duração ou específicos. No Brasil, durante a construção desse trabalho, no ano de 2022, o Ministério da Educação conta com 53 cursos de especialização em Psicologia do Esporte cadastrados e ativos, conforme consta em consulta no sistema e-MEC.

Assim, é fundamental que os profissionais da psicologia do esporte adquiram uma formação de conhecimentos adequada, alinhando os estudos da psicologia em geral com os conhecimentos específicos do esporte e do exercício físico (Vieira *et al.*, 2010). Portanto, é dever do profissional fundamentar sua prática com atenção e rigor científico para que não a transforme em uma psicologia que simplifica todos os fenômenos que ocorrem no contexto esportivo (Vieira *et al.*, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da psicologia do esporte na preparação mental com atletas que disputaram os Jogos Olímpicos tende a ser muito similar com o trabalho realizado com esportistas de alto nível que não chegaram a participar da competição. Percebe-se

que o diferencial está atrelado ao tempo de trabalho e à periodização do mesmo, visto que, o ciclo olímpico, tende a ser organizado para que o atleta cumpra com o objetivo de conseguir a classificação para os Jogos Olímpicos.

Por meio das discussões apresentadas e conforme os relatos de experiência obtidos através das entrevistas com E1 e E2, espera-se que os atletas, ao passarem por uma preparação mental eficaz, se mostrem mais resilientes, com maior autoconhecimento e aceitação, mais focados, confiantes e seguros com seu desempenho esportivo. Para atingir esses objetivos, diversas técnicas e metodologias são utilizadas, como técnicas de desenvolvimento da autorregulação emocional, de respiração e *mindfulness*, autofala, visualização, a implementação de rotinas e rituais, e o uso de aparelho de *biofeedback*. Estas ferramentas são utilizadas com a premissa de melhorar o desempenho baseado na particularidade de cada esporte e de cada atleta.

Não obstante, é possível afirmar que os dados discutidos corroboram com os estudos de diversos autores (Greenleaf; Gould; Dieffenbach, 2001; Greenspan; Feltz, 1989; Gould; Guinan; Greenleaf; Medbedry; Peterson, 1999; Meyers; Whelan; Murphy, 1996; Vealey, 1994; Williams; Kraene, 2001 *apud* Gomes, 2012), que afirmam que atletas com maior sucesso esportivo possuem padrões psicológicos mais positivos, que se caracterizam por evidenciarem maiores níveis de autoconfiança, capacidade de regulação da ativação, concentração e capacidade de foco, prevalência de pensamentos positivos e utilização da visualização, e maior determinação e comprometimento com o esporte. Estes estudos apontam, também, que o fato de os atletas de elite atingirem maiores níveis de rendimento se deve ao uso de habilidades e competências mentais.

Por fim, entende-se que a psicologia do esporte é uma área que ainda luta pelo seu espaço na preparação dos atletas de alto rendimento, mas que, apesar das dificuldades apresentadas, aos poucos tem conseguido galgar degraus cada vez mais altos no meio esportivo de alta performance. É fundamental para o crescimento da área o investimento na formação de profissionais qualificados e, conseqüentemente, a valorização do trabalho da psicologia como ciência e profissão, assim como o aumento no número de pesquisas da área. Portanto, estudos mais aprofundados são essenciais para uma melhor compreensão e aplicação da preparação mental em atletas.

REFERÊNCIAS

BARROS, V.V.; FREITAS, B. I. Mindfulness na prática clínica. *In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA et al, (org.). PROPSICO Programa de Atualização em Psicologia Clínica e da Saúde: Ciclo 3*. Porto Alegre: Artmed, 2019. v. 2, p. 47-85. *E-book*.

BIM, R. H. *et al*. Estratégias de coping e sintomas de burnout em atletas de futsal de alto rendimento. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 22, n. 3, p. 69-75, 2014.

BODAS, A.; LÁZARO, J.; FERNANDES, H. Perfil psicológico de prestação dos atletas paralímpicos Atenas 2007. **Motricidade**, v. 3, n. 3, p. 33-43, 2007.

BREDARIOL, B. *et al*. Psicologia no esporte de alto rendimento. *In: FERNANDES, P. T. (org.). Estudos em Psicologia do Esporte*. São Paulo: Edições Hipótese, 2017. cap. 01, p. 06-22. *E-book*.

CÁRDENAS, Ramón Núñez; CÁRDENAS, Yesica Núñez. A psicologia como ciência aplicada ao esporte de alto rendimento. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, ano 15, n. 166, 2012.

COIMBRA, D. R. *et al*. Habilidades psicológicas de coping em atletas brasileiros. **Motricidade**, [s. l.], n. 9, ed. 1, p. 95-106, 2013.

CÔRREA, A. Olimpíada de Tóquio 2021: Simone Biles, a superestrela da ginástica que fez história com desistências nos Jogos. **BBC News Brasil**, Washington, EUA, 23 jul. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-57939804>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GOMES, A. R.; CRUZ, J. F. A. A preparação mental e psicológica dos atletas e os factores psicológicos associados ao rendimento desportivo. **Treino Desportivo**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 37-40, 2001. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/4200>. Acesso em: 12 set. 2022.

GOMES, A. R. Competências psicológicas e preparação mental de atletas de andebol. *In: ARRAYA, M.; SEQUEIRA, P. (ed.). Andebol: Um caminho para o alto rendimento*. Lisboa: Visão e Contextos, 2012. cap. 03, p. 369-399.

LAVOURA, T. N.; ZANETTI, M. C.; MACHADO, A. A. Os estados emocionais e a importância do treinamento psicológico no esporte. **Motriz. Journal of Physical Education. UNESP**, p. 115-123, 2008.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, v. 26-27, p. 149-158, 1990. MELLO, D. D. de; COZAC, J. R.; SIMÕES, A. C. Preparação Psicológica para Atletas de Alto Rendimento. *In: COZAC, J. R. L. Psicologia do Esporte: Atleta e ser humano em ação*. São Paulo: Roca, 2013. cap. 10, p. 91-96.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). E-MEC. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. *In: E-MEC - Sistema de Regulação do Ensino Superior*, 2022. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 11 set. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.196 de 10 de outubro de 1996. **Diretrizes e normas regulamentadoras sobre pesquisa envolvendo seres humanos**, 1996.

NOCE, F.; MELO, C. C. de. Considerações sobre a preparação mental no esporte paralímpico: aspectos importantes para a periodização do trabalho psicológico. *In: MAIA, M. de F. de M.; MIRANDA NETO, J. T.; TOLENTINO, T. M. Saúde e educação física: pesquisas, percepções e perspectivas*. 2. ed. Montes Claros: Henriques Design, 2014. v. 1, p. 181-194.

NUNES, C. R. de *et al.* Processos e intervenções psicológicas em atletas lesionados e em reabilitação. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, [s. l.], v. 3, ed. 4, p. 130-146, 2010.

PELLEGRINOTTI, I. L. Atividade física e esporte: a importância no contexto saúde do ser humano. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 22-28, 1998. DOI: 10.12820/rbafs.v.3n1p22-28. Disponível em: <https://www.rbafs.org.br/RBAFS/article/view/1067>. Acesso em: 12 set. 2022.

PIRES, Daniel Alvarez *et al.* A síndrome de burnout no esporte brasileiro. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 23, p. 131-139, 2012.

RUBIO, Kátia. Da psicologia do esporte que temos à psicologia do esporte que queremos. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, v. 1, n. 1, p. 01-13, 2007.
SAMULSKI, Dietmar. **Psicologia do esporte: conceitos e novas perspectivas**. Manole, 2009.

SCALA, C. T.; KERBAUY, R. R. Autofala e esporte: estímulo discriminativo do ambiente natural na melhora de rendimento. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 7, n. 2, p. 145-158, 2005.

SILVA, J. D. de A.; PADOVANI, R. da C.; VIANA, M. de B. O Emprego do Biofeedback como Estratégia de Manejo do Estresse e da Ansiedade em Atletas: um Ensaio Clínico. **Revista Brasileira De Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 18, n. 3, p. 17-29, 2007.

SOUZA, A. V. e.; ILKIU, G. S. d. M. **Manual de normas técnicas para trabalhos acadêmicos**. Kaygangue, 2017

TOURINHO FILHO, Hugo; BARBANTI, Valdir José. A periodização do treinamento desportivo: histórico e perspectivas atuais. **Lecturas, Educación Física y Deportes**, v. 14, n. 142, 2010.

VIEIRA, Lenamar Fiorese *et al.* Psicologia do esporte: uma área emergente da psicologia. **Psicologia em estudo**, v. 15, p. 391-399, 2010.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D. **Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício**. 6. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2017. *E-book* (622 p.).

IMPACTO DA OXIGENOTERAPIA HOSPITALAR NA PRESCRIÇÃO DO FISIOTERAPEUTA

Ana Cristina Onisko
Maria Eduarda Mendes
Bianca Mayla Campos
Christiane Riedi Daniel

RESUMO: A Oxigenoterapia é um recurso que procura ajustar a oxigenação sistêmica com o objetivo de reverter situações deletérias da hipóxia tecidual, causada por doenças pulmonares agudas ou crônicas, traumas, condições intraoperatórias e situações de instabilidade hemodinâmica com baixo débito cardíaco, dessa forma aumentar a sobrevivência do paciente. Com o objetivo de verificar o impacto da oxigenoterapia hospitalar na prescrição de fisioterapia. O presente trabalho trata-se de um estudo retrospectivo em que foram analisados os dados trimestrais, gerados na enfermaria do Hospital, no período de Janeiro a Março de 2024. Os resultados foram atendidos no primeiro trimestre do ano de 2024, ao todo 408 pacientes, destes 107 pacientes utilizaram oxigenoterapia, com um total de 398 ajustes. No período, também foram realizados em média 382 atendimentos por mês, com 3999 procedimentos realizados. Na prescrição de fisioterapia motora observou-se que, 79% inclui procedimentos de sedestação, 16% ortostase, 12% deambulação, 5% marcha estacionária e 4% saída em ambiente externo. Durante as atividades, em relação ao uso da oxigenoterapia, durante a sedestação, 17% dos procedimentos foram realizados com uso de O₂. O ortostatismo foi prescrito em 11% dos pacientes com O₂. Na atividade de deambulação apenas 6% dos usuários de O₂, na marcha estacionária, 4%, enquanto. Durante as saídas em ambiente externo, 1% fez uso de O₂ e 14% não fez uso de O₂. Pode-se observar que atividades que requerem mais esforços físicos, apresentam diferença significativa entre os pacientes que utilizam oxigenoterapia e os que não utilizam. Os que utilizam O₂, se encontram mais restritos ao leito, estando mais suscetíveis a complicações advindas do imobilismo.

PALAVRAS-CHAVE: Oxigenoterapia. Hipóxia. Fisioterapia Respiratória.

ABSTRACT: Oxygen Therapy is a resource that seeks to adjust systemic oxygenation with the aim of reversing harmful situations of tissue hypoxia, caused by acute or chronic lung diseases, trauma, intraoperative conditions and situations of hemodynamic instability with low cardiac output, thus increasing the patient survival. With the aim of verifying the impact of hospital oxygen therapy on physiotherapy prescription. The present work is a retrospective study in which quarterly data was analyzed, generated in the Hospital ward, from January to March 2024. The results were obtained in the first quarter of 2024, in total 408 patients, Of these, 107 patients used oxygen therapy, with a total of 398 adjustments. During the period, an average of 382 consultations were also carried out per month, with 3999 procedures performed. When prescribing motor physiotherapy, it was observed that 79% included sitting procedures, 16% orthostasis, 12% ambulation, 5% stationary walking and 4% going outdoors. During activities, in relation to the use of oxygen therapy, during sitting, 17% of procedures were performed using O₂. Standing was prescribed in 11% of patients with O₂. In walking activity, only 6% of O₂ users, in stationary walking, 4%, while. During outdoor trips, 1% used O₂ and 14% did not use O₂. It can be observed that activities that require more physical effort present a significant difference between patients who use oxygen therapy and those who do not. Those who use O₂ are more confined to bed, being more susceptible to complications arising from immobility.

KEYWORDS: Oxygen therapy. Hypoxia. Respiratory Physiotherapy.

1 INTRODUÇÃO

A Oxigenoterapia é um recurso que procura ajustar a oxigenação sistêmica com o objetivo de reverter situações deletérias da hipóxia tecidual, causada por doenças pulmonares agudas ou crônicas, traumas, condições intraoperatórias e situações de

instabilidade hemodinâmica com baixo débito cardíaco, dessa forma aumentar a sobrevida do paciente (NOGUEIRA, UHLING, NAWA, 2023).

A condição em que se tem uma baixa concentração de oxigênio no sangue, está entre as principais causas de redução da qualidade e da expectativa de vida. (CASTELLANO et al., 2022). Realizar a suplementação melhora o estado funcional, aumenta a tolerância aos esforços, atenua as consequências devastadoras da dispnéia e melhora a qualidade e expectativa de vida em geral (CRINER, G.J, 2013), e conseqüentemente, aumenta a sobrevida do paciente. (MCDONALD et al., 2016).

A oxigenoterapia é essencial no tratamento do paciente hipoxêmico, sendo indispensável no ambiente hospitalar. Entretanto, seu uso deve ser cauteloso e adequadamente indicado e ajustado por profissionais capacitados a discriminar o melhor método, e a melhor dosagem, pois seus efeitos colaterais não devem ser ignorados (MARISCO; SAMPAIO, 2017).

Os pacientes hospitalizados estão expostos a períodos variados de inatividade e repouso no leito, que somados às alterações fisiológicas e morfológicas decorrentes da doença podem promover prejuízos funcionais, que impactam na sobrevida e na morbidade.

Neste contexto, as intervenções de mobilização precoce no ambiente hospitalar são propostas a fim de reduzir os impactos da doença, melhorar a função física e promover melhores desfechos clínicos com a redução de tempo hospitalar e mortalidade, e também melhorar desfechos como qualidade de vida de funcionalidade (MONSEES, J. et al, 2022), porém hipotetiza-se que a utilização da oxigenoterapia seja uma barreira para a prescrição de atividades de mobilização precoce.

2 MÉTODOS

Trata-se de um estudo retrospectivo, em que foram analisados os indicadores fisioterapêuticos trimestrais, da enfermagem de um Hospital Público, no período de Janeiro a Março de 2024.

Para o estudo foram analisados os indicadores com o número de pacientes atendidos, quantidade de usuários de oxigênio hospitalar e domiciliar, total de ajustes de O₂ podendo estes ser com aumento ou diminuição do O₂, instalação ou desmame do O₂. Além disso, foram contabilizados o total de procedimentos prescritos e

realizados durante o atendimento, entre os procedimentos estão a sedestação, ortostatismo, deambulação, marcha estacionária e deambulação no paciente externo.

4 RESULTADOS

Foram atendidos no primeiro trimestre do ano de 2024, 408 pacientes. Dentro deste período, cerca de 107 (26,9%) pacientes utilizaram oxigenoterapia no hospital e para estes foram realizados 398 ajustes de oxigênio, além disso, 5 (1,6%) já faziam uso de O₂ no domicílio. No período, também foram realizados em média 382 atendimentos fisioterapêuticos, totalizando 1425 procedimentos realizados por mês, sendo 381 atendimentos de fisioterapia respiratória e 800 de fisioterapia motora e o restante de outros procedimentos como ventilação não invasiva, manejo e decanulação da traqueostomia, como podem ser observados separadamente na tabela 1.

Tabela 1 - Caracterização

	Janeiro	Fevereiro	Março	Média	DP
N pacientes atendidos	103	174	131	136	35,76
N paciente O ₂ hospital	30	38	39	35,6	4,93
Taxa O ₂ hospital	29,1%	21,84%	29,77%	26,91%	4,40
N ajustes O ₂	106	141	151	132,6	23,62
N pacientes O ₂ domiciliar	5	0	0	1,66	2,88
Taxa O ₂ domi	4,9	0	0	1,6	2,80
Total de atendimentos	385	440	384	403	32,04
Total de procedimentos	1177	1592	1230	1333	225,86
Fisio respiratória	359	424	362	381,7	36,69

Dos procedimentos de mobilização precoce prescritos pelos fisioterapeutas a tabela 02 apresenta a comparação de conduta comparando os pacientes que utilizavam O₂ com os que não necessitaram do uso.

Em relação a sedestação não houve diferença significativa no ato de sentar à beira leito, 67% dos pacientes com O2 foram sedestados e 63% dos pacientes sem O2. Em relação a prescrição de ortostatismo, 43% dos usuários de O2 realizaram ortostase e 47% dos pacientes sem O2, diferença não significativa. Destaca-se que a marcha estacionária ocorreu em maior proporção em usuários de O2, ocorrendo em 16,5% os pacientes quando comparados com 12% dos pacientes sem O2 ($p=0,004$).

Porém quando analisados as prescrições fisioterapêutica que necessitam o deslocamento do paciente, saindo da proximidade do leito, verificou que na deambulação, sendo esta no quarto ou corredor, os pacientes em ar ambiente realizaram mais esta atividade com 47% quando comparados com os usuários de O2 com 22% ($p=0,0001$) e em relação a deambulação em ambiente externo, em pacientes com O2, apenas 2,5% dos procedimentos envolveram esta atividade o que foi significativamente menor que os 18,9% dos pacientes sem O2.

Tabela 2 - Porcentagem de Atividade relaciona a utilização de oxigenoterapia

Atividade		Oxigenoterapia		Q ²	p
		Sim n(%)	Não n(%)		
Sedestação	Sim	67	62	3,37	0,07
	Não	33	38		
Ortostatismo	Sim	42	47	2,71	0,09
	Não	58	53		
Deambulação	Sim	22	47	67,21	0,0001
	Não	78	53		
Marcha estacionária	Sim	16,5	12	8,18	0,004
	Não	83,5	88		
Ambiente externo	Sim	2,5	18,9	21,77	0,001
	Não	97,5	81,1		

5 DISCUSSÃO

Nossos resultados mostram que atividades em que seja necessário se afastar do leito são menos empregadas como conduta fisioterapêutica em pacientes com oxigênio.

Pacientes hospitalizados, se encontram muitas vezes restritos ao leito e ao quarto em que se encontram, no entanto, muitas complicações do repouso prolongado ocorrem e podem ser significativamente deletérias, incluindo perda de massa muscular, aumento do risco de quedas, perda de independência funcional, atelectasia, pneumonia, úlceras de pressão, internação hospitalar prolongada, tromboembolismo venoso, delirium e risco aumentado de institucionalização. Indivíduos saudáveis, bem nutridos e imobilizados apresentam sinais de atrofia muscular esquelética em até 72 horas (SURKAN; GIBSON, 2018).

Além disso, a imobilidade pode causar várias complicações que influenciam na recuperação de doentes críticos, e que grande parte desses efeitos podem ser amenizados com a realização de mobilização precoce. (AQUIN et al., 2019). No entanto, a prática habitual da mobilização de pacientes ainda não é frequente. No Brasil, recentemente, observou-se que não mais de 10% dos pacientes críticos são mobilizados além do leito, (AQUIN et al., 2019), em nosso estudo do total de procedimentos realizados, 20% foram condutas de mobilização precoce.

A prática de mobilização precoce é multiprofissional, no entanto, cabe ao fisioterapeuta definir o melhor modelo de intervenção, sua intensidade, periodicidade, continuidade ou interrupção. (AQUIN et al., 2019). Dentre as intervenções que podem ser realizadas estão a cinesioterapia, eletroestimulação elétrica neuromuscular, treinos de sedestação e controle de tronco, treino de mobilidade para transferências no leito, ortostatismo e marcha (MARTINEZ; ANDRADE, 2020).

Um dos motivos mais comuns para a suspensão da execução dos exercícios durante a mobilização precoce foi a recusa dos pacientes ou familiares. (AQUIN et al., 2019). Ademais existem diversas barreiras que dificultam a implementação da mobilização, sendo elas clínicas, organizacionais, de conhecimento e treinamento, culturais e a própria comunicação.

No quesito eventos adversos, os principais são os efeitos cardiovasculares, perda e/ou deslocamento de cânulas endotraqueais, necessidade de interrupção da

mobilização precoce devido a desconforto ou fadiga, agitação, frequência respiratória, dor, síncope, readmissão por poliartralgia (provavelmente por intervenções na pós-alta hospitalar), diminuição da saturação de oxigênio e assincronia paciente-ventilador. Mesmo os eventos adversos acontecendo durante a prática da mobilização precoce, estes ocorrem com frequência baixa. Ainda, eventos adversos também podem ocorrer independentemente da execução da mobilização precoce.

De acordo com os dados expostos, pacientes que utilizam oxigenoterapia, que são aqueles com condições de saúde mais graves, têm menos atividades de mobilização prescritas em comparação com aqueles que não necessitam de oxigênio. Isso se deve a diversas barreiras clínicas e organizacionais, que podem ser superadas com protocolos adequados, treinamento e equipamentos específicos. Assim como no estudo de Schweickert e seus colaboradores (2008), destacou a importância da mobilização precoce e seus benefícios, mas também notou que pacientes com insuficiência respiratória grave, que requerem oxigenoterapia intensa, são frequentemente excluídos ou têm menor participação em protocolos de mobilização precoce.

Por fim, torna-se imprescindível ampliar o conhecimento e as diretrizes de aplicação pode auxiliar na redução das barreiras para a implementação maciça, facilitada e segura desta prática (AQUIN et al., 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que atividades que não necessitam afastar-se do leito são as atividades mais frequentemente prescritas pelos fisioterapeutas como a sedestação, ortostatismo e marcha estacionária, porém a necessidade de oxigenoterapia hospitalar pode ser considerada uma barreira para atividades que necessitam afastar o paciente da beira leito como deambulação e deambulação no ambiente externo.

Pode-se observar que atividades que requerem mais esforços físicos como deambulação, marcha estacionária, deambulação em ambiente externo, apresentam diferença significativa entre os pacientes que utilizam oxigenoterapia e os que não utilizam. Os que fazem uso, se encontram mais restritos ao leito, estando mais

suscetíveis a complicações advindas do imobilismo e seus efeitos negativos em desfechos clínicos e funcionais.

REFERÊNCIAS

AQUIM, E. E., BERNARDO; W. M.; BUZZINI, R.F. Diretrizes Brasileiras de Mobilização Precoce em Unidade de Terapia Intensiva. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, v. 31, n. 4, p. 434–443, 2019.

CASTELLANO, M.V.C.O., et al. Recomendações para oxigenoterapia domiciliar prolongada da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (2022). *J Bras Pneumol*. v.48 n. 5. Ago. 2022.

CRINER, C.J. Ambulatory home oxygen: what is the evidence for benefit, and who does it help?. *Respir Care*. v.58, n.1 p.48-64, Jan. 2013.

MARISCO, A.; SAMPAIO, L.M.M. Oxigenoterapia. In: Associação Brasileira de Fisioterapia Cardiorrespiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva; MARTINS, J.A.; KARSTEN, M.; DAL CORSO, S., organizadores. PROFISIO Programa de Atualização em Fisioterapia Cardiovascular e Respiratória: Ciclo 3. Porto Alegre: Artmed Panamericana; 2017. p. 11--1---32. (Sistema de Educação Continuada a Distância, v. 2).

MARTINEZ, B. P; ANDRADE, F.M.D. Estratégias de mobilização e exercícios terapêuticos precoces para pacientes em ventilação mecânica por insuficiência respiratória aguda secundária à COVID-19. *ASSOBRAFIR Ciência*. v.11, n.1, p.121-131, 2020.

MCDONALD C.F. et al. Clinical Practice Guideline on Adult Domiciliary Oxygen Therapy: Executive summary from the Thoracic Society of Australia and New Zealand. *Respirology*. v.21, n. 1, p.76-8, Jan. 2016.

MONSEES, J. et al. A systematic review of the effect of early mobilization on length of stay for adults in the intensive care unit. *Nurs Crit Care*. v. 28, n.4, p. 499-509. 2022.

NOGUEIRA, D.S.S.; UHLING, S.E.; NAWA, R.K. Estratégias de reabilitação e otimização da funcionalidade por meio de programas de reabilitação em unidades hospitalares. In: Associação Brasileira de Fisioterapia Cardiorrespiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva; MARTINS, J.A.; MEDEIROS, A.I.C.; BORGES, D.L. organizadores. PROFISIO Programa de Atualização em Fisioterapia em Terapia Intensiva Adulto: Ciclo 14. Porto Alegre: Artmed Panamericana; 2023. p. 67–106. (Sistema de Educação Continuada a Distância, v. 1).

SCHWICKERT, W.D et al. Early physical and occupational therapy in mechanically ventilated, critically ill patients: a randomised controlled trial. *Lancet*. v.373 n.9678 p.1874-82, 2009.

SURKAN, M.J.; GIBSON, W.; Interventions to Mobilize Elderly Patients and Reduce Length of Hospital Stay, Canadian Journal of Cardiology. v.34, n.7, p.881-888, 2018. doi: 10.1016/j.cjca.2018.04.033.

DESAFIOS E AVANÇOS NA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO MERCADO AGROPECUÁRIO

Alex Bortoluzzi
Caroline A. L. dos Santos
Fernando Volanin da Silva

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar os desafios e também os avanços enfrentados e conquistados na administração de recursos humanos no mercado agropecuário para chegar a excelência almejada. Considera-se a necessidade de executar planejamento e organização minuciosos e inovadores para alcance do sucesso com a equipe de trabalho no empreendimento agropecuário. Esta pesquisa pode ser considerada descritiva, por descrever fatos e dados sem que sejam manipulados pelo pesquisador, com o objetivo de observar e descobrir os fenômenos para então descrevê-los, interpretá-los e classificá-los, esclarecendo o que aconteceu. Segundo Silva & Menezes (2000, p.21), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento”. Considera-se que o mercado agropecuário é um segmento promissor, que possui uma concorrência acirrada, sendo necessário excelência nos planejamentos e ações do pessoal de trabalho, para vencer diariamente os desafios, buscar inovação que se diferencie da concorrência com vistas a atingir as metas almejadas.

PALAVRAS-CHAVE: Agropecuarismo. Planejamento. Pessoal. Excelência.

ABSTRACT: This article aims to present the challenges and also the advances faced and achieved in the management of human resources in the agricultural market to achieve the desired excellence. The need to carry out detailed and innovative planning and organization is considered to achieve success with the work team in the agricultural enterprise. This research can be considered descriptive, as it describes facts and data without being manipulated by the researcher, with the aim of observing and discovering phenomena and then describing, interpreting and classifying them, clarifying what happened. According to Silva & Menezes (2000, p.21), “descriptive research aims to describe the characteristics of a given population or phenomenon or the establishment of relationships between variables. It involves the use of standardized data collection techniques: questionnaire and systematic observation. It generally takes the form of a survey.” It is considered that the agricultural market is a promising segment, which has fierce competition, requiring excellence in the planning and actions of work personnel, to overcome daily challenges, seek innovation that differentiates itself from the competition with a view to achieving the desired goals.

KEYWORDS: Agriculture. Planning. Guys. Excellence.

1 INTRODUÇÃO

O mercado agropecuário é um ramo de muita lucratividade, sendo um campo vasto para atuar na área administrativa. Entretanto, a concorrência é grande e para vencer os desafios é necessário entender minuciosamente todos os setores que envolvem esta área, para planejar-se com vistas a busca de envolvimento de inovações tecnológicas que permitam a conquista das metas propostas.

O investimento em recursos humanos é imprescindível, pois percebe-se que o trabalho tradicional acaba ficando aquém aos que investem na atualização tecnológica

com planejamentos e técnicas que permitem avanços significativos. Este investimento pode iniciar-se no planejamento, que define a organização e prioriza as ações.

Pode-se partir da escolha em qualificar e buscar profissionais preparados para atuação é um ponto relevante, pois o comprometimento com o trabalho faz com que as metas tenham mais possibilidades de serem conquistadas. Pensar nos profissionais é acreditar que através delas será possível alcançar o objetivo desejado, porém para que isso seja possível é necessário que a empresa conheça a maneira pela qual devem ser administradas e conheça qual a forma correta.

Planejar e executar treinamento dos profissionais é essencial, pois ajuda-os a se tornarem mais competentes e manter-se motivados, o que é fundamental para todas as empresas, incluindo a do ramo agropecuarista. O investimento na equipe de recursos humanos tem o potencial de fazer com que os profissionais se sintam mais confiantes e determinados ao sucesso.

O clima organizacional deve ser considerado, pois a empresa deve oferecer local agradável de trabalho, para assim desempenhar as tarefas com cautela e dedicação, também levando em conta o bom relacionamento entre os todos os trabalhadores. Sempre considerar os benefícios como meios indispensáveis na manutenção de força de trabalho dentro de um nível satisfatório de satisfação e produtividade.

2 O MERCADO AGROPECUÁRIO NA ATUALIDADE: DESAFIOS E AVANÇOS DA EQUIPE DE RECURSOS HUMANOS

A área agropecuária pode ser considerada uma das principais atividades econômicas em desenvolvimento atualmente no Brasil, sendo composta pelo trabalho desenvolvido no espaço rural, tendo como fonte o plantio e a criação de animais de corte para comercialização envolvendo muitos recursos de pessoal.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento, por ser uma atividade ligada ao setor primário da economia, representa peso decisivo na balança comercial brasileira atualmente. Envolve inúmeros setores empregatícios, com necessidade de profissionais qualificados. Não só atualmente, mas a agricultura sempre impulsionou a economia nacional, pois todo ser humano depende dela para o sustento.

A economia é alavancada no setor agropecuário não só pela produção em si, mas em decorrência do aumento da demanda, a necessidade da mecanização do campo impulsionou a indústria de maquinários para a preparação do solo, à colheita e abate de animais, pois só o serviço braçal não dá conta de suprir as tarefas a serem realizadas, havendo necessidade de aquisição de equipamentos adequados e mão de obra especializada.

A produção agropecuária pode ser destinada ao mercado interno e externo, sendo que os principais produtos que ficam no mercado interno são as frutas, legumes, ovos, verduras, leite e carnes e para o mercado externo são destinados o algodão, a soja, cana-de-açúcar, café, carnes de aves, bovinos e suínos, milho, entre outros que necessitam da mão de obra dos trabalhadores e da organização dos setores.

2.1 ÁREA FUNCIONAL CONSIDERADAS NA GESTÃO DE PESSOAS

O investimento em pessoas é acreditar que através delas será possível alcançar o objetivo desejado, porém para que isso seja possível é necessário que a empresa conheça a maneira pela qual devem ser administradas e conheça qual a forma correta. Para atuar no mercado agropecuário, algumas formas de ingresso podem ser consideradas.

Quanto ao recrutamento, na empresa ele acontece do formato externo, aonde os interessados trazem seu currículo, sendo analisado o candidato mais qualificado para o cargo ofertado. Para cargos mais elevados utiliza do recrutamento misto buscando primeiramente dentro da empresa, se não da parte externa.

Para Chiavenato (2004) recrutamento é um conjunto de procedimentos que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização. O recrutamento poderá ser feito através de três formas: Recrutamento Interno; Recrutamento Externo; e Recrutamento Misto.

O recrutamento interno é o preenchimento das vagas da empresa através da promoção ou transferência de seus funcionários. As empresas que dão prioridade ao recrutamento interno são aquelas que proporcionam oportunidades de crescimento aos seus funcionários. O recrutamento interno traz vantagens como maior motivação

entre o pessoal, quando todos sabem que podem crescer dentro da empresa por meio das oportunidades que surgem.

O recrutamento interno traz outra vantagem, a de provocar uma competição sadia entre os colegas de trabalho que procuram preparar-se profissionalmente cada vez mais para conquistar as oportunidades. Mas o recrutamento interno impõe condições: ele exige da empresa programas de treinamento e desenvolvimento do pessoal para preparar os funcionários para oportunidades mais complexas.

O Recrutamento externo é o preenchimento das vagas da empresa por candidatos que são recrutados no mercado de recursos humanos. A grande vantagem do recrutamento externo é trazer sangue novo e experiências e ideias novas para a empresa, mas quase sempre frustra as expectativas internas daqueles que foram relegados e exige do candidato admitido um tempo de adaptação à nova empresa e ao novo cargo. O recrutamento externo exige uma variedade de técnicas de recrutamento, das quais nos ocuparemos a seguir.

O recrutamento misto pode ser feito de várias formas e gêneros buscando o melhor processo interno e externo para o recrutamento. O processo pode iniciar como recrutamento interno e depois o recrutamento externo e vice-versa, onde em alguns casos para contratação de pessoal a vaga exige profissionais já treinados ou qualificados ou ainda se faz necessário buscar no próprio quadro da empresa desconsiderando as qualificações necessárias em um primeiro momento (CHIAVENATO, 2009).

Conforme Chiavenato (2008), para um bom processo de seleção é necessário o uso de algumas técnicas, a empresa referida não apresenta conhecimento e nem utiliza as técnicas referentes a essa teoria.

Segundo Chiavenato a seleção pode ser descrita como "...um processo de comparação entre duas variáveis: de um lado, os requisitos do cargo a ser preenchido (requisitos que o cargo exige do seu ocupante) e, de outro lado, o perfil das características dos candidatos que se apresentem" (CHIAVENATO 2008, p. 223).

Ainda Chiavenato a seleção de pessoas vem logo depois do recrutamento, sendo uma atividade de escolha, de opção e decisão, de filtragem de entrada, de classificação tornando-se restritiva.

2.1.1 Qualidade de vida no trabalho

Para Chiavenato (2004) a Qualidade de Vida no Trabalho envolve todos os aspectos físicos e ambientais, assim como os aspectos psicológicos presentes no local de trabalho. Na visão do autor, é necessário se analisar todos esses aspectos para se obter o grau de satisfação de cada colaborador. A QVT envolve tanto os aspectos físicos como os aspectos psicológicos do local de trabalho.

Existem duas extremidades quando se fala em QVT, de um lado a reivindicação dos empregados quanto ao bem-estar e a satisfação no trabalho, e do outro o interesse das organizações quanto aos seus efeitos na produtividade e a qualidade (CHIAVENATO, 2004).

A Qualidade de vida no trabalho parte do reconhecimento de que uma pessoa bem treinada e bem posicionada na empresa está em melhor condição para identificar problemas dificilmente localizáveis com relação à qualidade do produto ou como o trabalho deve ser feito.

2.1.2 Programas de segurança

A prevenção de acidentes no trabalho é um programa de longo prazo que tem como finalidade, antes de qualquer coisa, conscientizar o trabalhador a proteger sua própria vida e a dos companheiros por meio de ações seguras e de uma reflexão sobre as condições inseguras de trabalho que poderiam levá-lo a eventuais acidentes. Portanto a prevenção pode ser considerada mais como um programa educativo de constância e de fixação de valores do que um programa técnico (MARRAS 2000).

Uma empresa é formada por um grupo de colaboradores e é seu dever manter a segurança de todos, pois só conseguirá atingir suas metas e objetivos com a equipe completa para que todos os processos aconteçam corretamente sem expor a integridade dos colaboradores, o que trará perdas e danos para a empresa.

2.1.3 Benefícios Sociais

Segundo Chiavenato benefícios sociais são facilidades, conveniências, vantagens e serviços que as empresas oferecem aos seus empregados, no sentido

de poupar-lhes esforços e preocupações. Podem ser financiados, parcialmente ou totalmente, pela organização.

De acordo com Marras (2009):

Os objetivos organizacionais são satisfeitos na medida em que a empresa garante o atendimento das necessidades básicas (higiênicas, conforme a teoria de Herzberg) e, portanto, auxilia na manutenção de baixos índices de rotatividade e ausências, boa qualidade de vida dos empregados, redução do estresse, etc. isto torna a empresa competitiva no mercado de trabalho. (MARRAS, 2009, p.137).

É essencial que o pessoal que atua no mercado agropecuário tenha garantido seus benefícios sociais, como garantias para aposentadorias, pois os benefícios são direitos inerentes a todos os trabalhadores.

2.2 PLANEJAMENTOS E ESTRATÉGIAS DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Considerando que o trabalho do administrador consiste em planejar, organizar, liderar e controlar, entre as principais atribuições desse profissional está o desenvolvimento de projetos, a liderança de equipes, o controle de recursos, a definição de estratégias e a tomada de decisões.

Em busca de resultados satisfatórios, planejar é a primeira ação a ser realizada pelo administrador. Sem um planejamento minucioso e adequado não há possibilidade de ações assertivas. Não se pode agir conforme as necessidades do momento, pois dessa forma, sem planejar-se, as possibilidades de fracasso são inúmeras. Se faz necessário planejamento também coletivo, em que os trabalhadores são organizados e tem a assistência necessária por parte do setor administrativo.

Segundo Oliveira (2009):

O planejamento é uma das funções principais do processo administrativo, possui conceitos mais amplos do que simplesmente organizar os números e adequar as informações, passando a ser um instrumento de administração estratégica, incorporando o controle de turbulências ambientais e possibilitando que a empresa conquiste mais competitividade e mais resultados organizacionais, pois é a função que indica a direção a ser consolidada pela empresa (OLIVEIRA, 2009, p.46).

É essencial para a empresa do setor agropecuário, que o administrador tenha competência para elaborar e promover suas ações a partir de um bom planejamento envolvendo todos os setores. Além da competência, tenha um bom diálogo com toda a equipe, delimitando tarefas e dialogando com todo pessoal.

Esses setores devem ser organizados no que tange a organização do trabalho, suas qualificações, planejando haverá maiores possibilidades de avanços, além de conseguir se manter competitivo no mercado, pois estará apto ao enfrentar as dificuldades externas com a concorrência, e assim expandir-se tendo seus profissionais como alicerces e apoiadores.

2.3 INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Se o trabalho do setor agropecuário se manter no tradicionalismo poderá estar fadado ao insucesso. Por exemplo, sem organização com uso de programas tecnológicos que apontem receitas, despesas, etc, conforme a realidade empresarial, o tempo gasto com registros manuais são uma grande perda de tempo e de organização.

Segundo Portes (2012):

Difundidas e diversificadas, as mudanças tecnológicas ocorrem em várias partes da sociedade. Esses efeitos ocorrem basicamente por meio de novos produtos, processos e materiais. O segmento tecnológico inclui as instituições e atividades envolvidas na criação de novos conhecimentos e na transformação desse conhecimento em novos produtos, processos e materiais. (PORTES, 2012, P. 45).

O uso da tecnologia para divulgação também é muito viável para expandir as informações chegando aos clientes e os conquistando para o consumo. As mudanças socioeconômicas ocorridas desde o início da década de 1990, vem conduzindo a pecuária a um novo perfil tecnológico, com uso mais intensivo de capital. É neste cenário que a pesquisa vem procurando desenvolver tecnologias para aumentar a sustentabilidade dos sistemas de produção de pecuarista.

Entretanto, cabe ressaltar que o uso com excelência dos recursos tecnológicos pelos profissionais é essencial e para isso devem manter-se atualizados, realizando os treinamentos (cursos) necessários.

O ambiente tecnológico, favorece e auxilia nas ações do mercado agropecuário, se trata das influências tecnológicas que atingem o setor. Os avanços tecnológicos estão cada vez mais presentes na maioria dos setores, proporcionando qualidade e precisão no dia a dia. Não há possibilidades de sobreviver e avançar no mercado agropecuário sem a inserção inovadora da tecnologia.

Se as estratégias não forem desdobradas utilizando a tecnologia como apoio em cada uma das áreas da empresa, implementadas pelo próprio pessoal operacional através de planos de ação, e controladas por indicadores-chave de desempenho, comprometendo a eficiência, inovação e qualidade das estratégias traçadas. Com utilização acertada dos recursos tecnológicos, as estratégias tendem a se transformar em um processo contínuo e em tarefas do cotidiano de todos os envolvidos.

Pode-se destacar como exemplo de avanço tecnológico a IATF (inseminação artificial em tempo fixo), que permitiu concentrar os nascimentos na época mais adequada do ano, obter bezerros de melhor qualidade, entre outros inúmeros benefícios.

Também é viável conhecer as práticas das empresas da área agropecuária concorrentes no que diz respeito às tecnologias por eles utilizadas, ao faturamento, ao volume de vendas, ao tipo de comunicação que estão desenvolvendo com seu público, ao relacionamento com os colaboradores, aos produtos oferecidos e preços praticados, entre outros quesitos que sendo analisados irão contribuir para a formação das estratégias mais viáveis.

2.4 INVESTIMENTO EM RECURSOS HUMANOS

Investir nos profissionais é acreditar que através delas será possível alcançar o objetivo desejado, porém para que isso seja possível é necessário que a empresa conheça a maneira pela qual devem ser administradas e conheça qual a maneira mais acertada.

O investimento em aperfeiçoamento é essencial. A partir das habilidades adquiridas individual ou coletivamente, a equipe de trabalhadores adquire potencial para e passam a se sentir mais confiantes para realizarem suas tarefas e com maior determinação com vistas ao sucesso pessoal e da empresa.

Segundo Chiavenato (2004):

A gestão de pessoas consiste no planejamento, coordenação e controle de técnicas capazes de promover o desempenho eficiente do pessoal, ao mesmo tempo em que a organização constitui o meio que permite às pessoas que com ela colaboram alcançar os objetivos individuais relacionados direta ou indiretamente com o trabalho (CHIAVENATO 2004, p.138)

Para Chiavenato (2004), recursos humanos são as pessoas que atuam e participam de atividades, dentro de uma organização, independente do cargo em que ocupam. Um papel de extrema importância a ser analisado, para que as metas, envolvendo o funcionamento e desenvolvimento da empresa, sejam concluídos com o êxito desejado.

Considerando a gestão de pessoas, não se pode ocultar a necessidade de repensar sobre como está o clima organizacional, que precisa ser amistoso, de parceria e partilha dos conhecimentos adquiridos.

Litwin (apud LUZ, 2005, p. 10) conceitua o clima organizacional como sendo a qualidade ou propriedade que é percebida ou experimentada pelos membros da organização e influencia o seu comportamento e para Luz (2005, p. 12), “clima organizacional é o reflexo do estado de ânimo ou do grau de satisfação dos funcionários de uma empresa, num dado momento”.

Segundo Chiavenato (2015, p. 52), o termo clima organizacional se refere aos aspectos internos de uma organização, à atmosfera psicológica e às características da empresa, ele pode ser sentido psicologicamente e está relacionado especificamente às propriedades motivacionais do ambiente interno da organização.

O clima compõe a qualidade do ambiente da empresa, sendo percebido pelos colaboradores da organização e influenciando diretamente o comportamento dos mesmos. O autor ainda ressalta a influência do clima na motivação: O clima organizacional influencia a motivação, o desempenho humano e a satisfação no trabalho.

Ele cria certos tipos de expectativas sobre as quais consequências se seguem em decorrência de diferentes ações. As pessoas esperam certas recompensas, satisfações e frustrações na base de suas percepções do clima organizacional. Essas expectativas – quando positivas – tendem a aumentar a motivação das pessoas (CHIAVENATO, 2015).

Portanto, manter um bom clima organizacional é um desafio que envolve uma visão mais ampla e flexível da influência ambiental sobre a motivação. É a qualidade ou propriedade do ambiente organizacional que é percebida ou experimentada pelos membros da organização e influencia no seu comportamento. Refere-se ao ambiente interno existente entre as pessoas que convivem no meio organizacional e está relacionado com o grau de motivação de seus participantes.

Uma importante atividade relacionada ao setor de recursos humanos é o treinamento. Podemos definir treinamento como qualquer atividade que contribua para tornar uma pessoa apta a exercer sua função ou atividade, aumentar a sua capacidade para exercer melhor essas funções ou atividades, ou prepará-la para exercer de forma eficiente novas funções ou atividades (LACOMBE; HEILBORN, 2008, p. 270).

O treinamento ajuda os profissionais a se tornarem mais competentes e manter-se motivados, o que é fundamental para a empresa. De acordo com os autores mencionados acima, treinar os funcionários não deveria ser uma questão de escolha e sim uma obrigação de todas as empresas, visto que “as pessoas são admitidas com qualificações genéricas e toda empresa tem suas peculiaridades” (LACOMBE; HEILBORN, 2008, p.270) e através do treinamento estas pessoas passam a se adequar às particularidades da empresa.

Afirma Chiavenato (2009), que atualmente nas organizações faz-se necessário a estimulação dos profissionais para um pleno conhecimento, direcionando-os para um diferencial estratégico, competitivo e de sucesso. Aumenta-se a necessidade da geração de informações e que as mesmas sejam úteis e significativas para que promovam o aprendizado individual e organizacional, produzindo assim melhores resultados (CHIAVENATO, 2009).

Segundo Almeida (2007), as funções de treinamento e desenvolvimento de pessoas nas organizações adquire um papel de preparação de indivíduos para o exercício satisfatório de suas atividades, especificamente no cargo que ocupam. Ultimamente visualiza-se no treinamento e no desenvolvimento uma maneira eficaz para ampliação de competências que aumentam a produtividade e a criatividade, como também, à competitividade no atual mercado.

É bem significativo que as empresas voltadas ao mercado agropecuário, assim como as demais, possuam programas motivacionais, realizando verificação da situação e fazendo uso do método mais eficaz, e que mais condiz com sua necessidade.

A relação da motivação com o comportamento e com o desempenho é estabelecida espontaneamente tanto por cientistas como pelas pessoas leigas. O comportamento é percebido como sendo provocado e guiado por metas da pessoa, que realiza um esforço para atingir determinado objetivo. A maioria dos autores

considera a motivação humana como um processo psicológico estreitamente relacionado com o impulso ou com a tendência a realizar com persistência determinados comportamentos.

A motivação no trabalho, por exemplo, manifesta-se pela orientação do empregado para realizar com presteza e precisão as suas tarefas e persistir na sua execução até conseguir o resultado previsto ou esperado.

Geralmente, salientam-se três componentes na motivação: o impulso, a direção e a persistência do comportamento (Mitchell, 1982). Já na visão de Chiavenato (1999), a motivação é o desejo de exercer altos níveis de esforço em direção a determinados objetivos organizacionais, condicionados pela capacidade de satisfazer objetivos individuais. A motivação depende da direção (objetivos), força e intensidade do comportamento (esforço) e duração e persistência.

2.5 VENCENDO A COMPETITIVIDADE

Ao administrador cabe entender que a concorrência é uma característica de mercado decorrente da ação de empresas rivais, denominadas competidoras ou concorrentes, que disputam os mesmos clientes, consumidores ou fornecedores (PORTER, 2012).

La Combe (2008, p. 229) conceitua o posicionamento competitivo como a “percepção dos clientes das ofertas alternativas do mercado, comparadas a outras ofertas”. Para o autor, os administradores devem definir como serão identificados por seus clientes, fazendo um Posicionamento em suas mentes e comparando os seus produtos aos produtos de seus concorrentes.

Assim, deve-se estabelecer um diferencial em relação aos concorrentes, Santos (2010, p. 39) descreve:

Os concorrentes são as organizações que competem, por um lado, pela participação no mercado e, por outro, pela obtenção de recursos e agem para diminuir a rentabilidade das demais entidades abaixo do custo de oportunidade do capital investido. Tanto os clientes quanto os fornecedores também podem ser considerados concorrentes. (SANTOS (2010, p. 39).

Segundo Cravens (1994) o posicionamento mostra como uma empresa ou marca é distinguida de seus concorrentes pelo consumidor. Os compradores posicionam as empresas ou marcas utilizando atributos ou dimensões específicas

sobre o produto ou os valores corporativos. Porém, alerta-se que o posicionamento direto contra um concorrente de maneira muito visível, poderá encorajar a concretização de ações agressivas em retorno, com resultados obviamente imprevisíveis para todos.

Porter (2012) acredita que as empresas que se preocupam em copiar e melhorar processos tendem a ficar homogêneas, sem diferenciais competitivos, motivo pelo qual sugere que elas procurem ter atitudes diferentes, não melhores.

O esforço dos empresários deve, portanto, ser direcionado a algo distinto daquilo que os concorrentes estão fazendo, e não apenas igual ou melhor, pelo aperfeiçoamento dos métodos oferecido aos seus profissionais.

Porém, alerta o autor que não basta ser diferente, “é preciso ser diferente de um modo que envolva compensações relativas a outras maneiras de ser diferente”. Isso significa que a diferença entre o que a sua empresa e a concorrência fazem deve proporcionar vantagens e desvantagens para os clientes, ou seja, deve ter sentido para o público-alvo. Significando valor, o cliente passa a dar preferência para a empresa que possui diferencial competitivo (PORTER, 2012).

Portanto, no trabalho da área agropecuária, assim como as demais, deve-se identificar seus clientes, suas possibilidades e preferências

Las Casas (2019), ressalta que para atingir as expectativas dos clientes, é preciso planejar o produto desde sua fabricação até sua garantia após chegar nas mãos do consumidor, o mesmo é válido para os serviços prestados que devem ser de qualidade apresentando garantia após ser realizado e a equipe de trabalho precisa estar preparada e atenta neste sentido.

3 METODOLOGIA

Pesquisar para Gil (1996, p. 19) é um procedimento racional e sistemático que visa responder aos problemas propostos, neste caso, a administração dos recursos humanos no mercado agropecuário. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Esta pesquisa pode definir-se com o uso de metodologia básica, buscando-se descobrir novas alternativas para conhecimentos científicos já escritos, pesquisando como atingir a excelência na área de pessoal e na administração do mercado agropecuário, com vistas aos desafios enfrentados com a grande concorrência existente neste setor, necessitando de profissionais com excelência para atuação.

A metodologia aplicada nesta pesquisa também descreve como bibliográfica por basear-se em referências já publicadas, a partir de trabalhos impressos e on-line, de diversos autores. Portanto, os textos pesquisados foram em livros, teses, dissertações, artigos ou outras produções científicas impressas e online.

Esta pesquisa ainda pode ser considerada descritiva, por descrever fatos e dados sem que sejam manipulados pelo pesquisador, com o objetivo de observar e descobrir os fenômenos para então descrevê-los, interpretá-los e classificá-los esclarecendo o que aconteceu. Segundo Silva & Menezes (2000, p.21), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

A pesquisa é qualitativa, pois se apresenta com pretensão de obter resultados não passíveis de medição numérica e as subjetividades individuais envolvidas, pois as questões foram investigadas mais aprofundadas (GODOY, 1995).

Desta forma, conclui-se que como metodologia de aplicabilidade deste trabalho, realizou-se uma pesquisa mista, reunindo diversos conceitos e organizando o trabalho de acordo com o que os objetivos almejados.

4 RESULTADOS

Conforme a pesquisa realizada, entende-se que o mercado agropecuário é um campo bastante promissor, mas também de muita competitividade necessitando de muita atenção e responsabilidade da parte de todos os profissionais, necessitando de um administrador que se relacione e organize bem a equipe.

Fatores que podem alavancar o trabalho rumo ao sucesso e alcance das metas é o bom planejamento, o investimento em recursos tecnológicos atualizados e na capacitação dos profissionais, motivo pelo qual é necessário um olhar atento para os recursos humanos, suas qualificações, motivações salariais e no clima organizacional.

Portanto, os desafios para administrar o setor agropecuário são inúmeros, mas as possibilidades também, sendo necessário investir nos treinamentos dos profissionais, na administração de excelência profissional e dialógica, na aquisição e inovação tecnológica para conquista e permanência da clientela.

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando as diversas referências pesquisadas, com autores renomados, pode verificar-se que o administrador traz sob sua responsabilidade não só a parte documental, mas também o contato permanente com os profissionais, por isso é importante um bom relacionamento, considerando que o clima organizacional seja adequado, além de investir em atualizações através de cursos de capacitação profissional, assim mantendo sua equipe sempre qualificada para o exercício de suas funções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta pesquisa, entende-se que vale a pena investir no mercado agropecuário pois este é um ramo de muita lucratividade e com muitas possibilidades para atuação do profissional da área de administração, que tem o desafio de estar à frente da concorrência e mantendo sua equipe qualificada para realizar seus trabalhos conforme planejado.

Também foi constatado com esta pesquisa que o clima organizacional é muito importante e deve ser considerado como prioridade. A empresa deve oferecer local agradável de trabalho, para assim desempenhar as tarefas com cautela e dedicação, também levando em conta o bom relacionamento entre os todos os trabalhadores. Sempre considerar os benefícios como meios indispensáveis na manutenção de força de trabalho dentro de um nível satisfatório de satisfação e produtividade.

Ao administrador cabe buscar excelência em seu trabalho e dos profissionais da empresa, atuando com planejamento, investindo em inovações tecnológicas e pensando na formação da sua equipe de trabalho para obter o êxito almejado. Pensar nos profissionais é acreditar que através de seu trabalho será possível alcançar o

objetivo desejado, porém para que isso seja possível é necessário que a empresa conheça a maneira pela qual devem ser administradas e conheça qual a forma correta.

O planejamento das ações é imprescindível, pois define a organização e prioriza as ações. Planejar-se formando sua equipe profissional para atuar na busca de clientes potenciais é um ponto bem relevante, pois quanto mais clientes foram alcançados, em maior posição estará a empresa do ramo agropecuário, em questão.

Avaliando e reavaliando constantemente os componentes dos recursos humanos, valorizando seus esforços em busca de observar e aproveitar as oportunidades no setor de agropecuarismo pode oportunizar vencer a concorrência e conquistar o setor almejado.

Enfim, esta pesquisa foi de muita relevância para compreensão dos desafios e avanços que a administração junto com os recursos humanos enfrentam no competitivo mercado agropecuário.

Entende-se que os objetivos foram alcançados, considerando que a atuação do administrador pode fazer com que os profissionais atuem com vistas ao alcance a excelência nos serviços desempenhados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. **Percepção de Gestores e Técnicos sobre o processo de Gestão por Competências em Organizações no Brasil**. Dissertação mestrado em 2003. Administração. Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 2ª ed. São Paulo. Editora Campus, 2004. p.138.

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à administração de recursos humanos**. Editora Manole, 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 9ª ed, São Paulo Atlas, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2002

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: O Capital Humano das Organizações**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CRAVENS D.W. **Strategic Marketing**. Illinois: Irwin, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. **Administração: princípios e tendências.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de marketing.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LUZ, Ricardo. **Gestão do clima organizacional.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos: do Operacional ao Estratégico.** São Paulo: Saraiva, 2009.

MITCHELL, T. R. **Motivation: new directions for theory, research, and practice.** Academy of Management Review, v. 7, p. 80-88, 1982. (SciELO)

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas.** São Paulo: Atlas, 2009.

PORTER, Michael. E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência.** 2012.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

A IMPORTÂNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PRONTO-SOCORRO – UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Ana Carolina Simão Zabott
Altair Justus Neto

RESUMO: A Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) é essencial em um pronto-socorro para prestar atendimento completo aos pacientes. No entanto, sua implementação enfrenta desafios e é limitada em setores de urgência e emergência. A SAE é uma ferramenta de gestão que identifica as necessidades dos pacientes e fornece cuidados individualizados. O objetivo do estudo é entender a importância da Sistematização da Assistência de Enfermagem em um pronto-socorro e quais as dificuldades de implementação. A metodologia do estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura, com a coleta de artigos publicados entre 2013 e 2023 na base de dados BVS. Foram selecionados 5 artigos que entraram nos critérios de inclusão. Os resultados destacam que os enfermeiros reconhecem a importância da SAE no cuidado aos pacientes, mas enfrentam desafios como sobrecarga de trabalho, resistência de colegas de trabalho e falta de recursos. Consideram a implementação da SAE como melhoria da qualidade da assistência, segurança do paciente e satisfação da equipe. Conclui-se que o pronto-socorro requer agilidade e organização, e a SAE ajuda os enfermeiros. Os enfermeiros enfrentam muitos desafios, e ter um ambiente sistematizado e preparado para as necessidades dos pacientes resulta em cuidados de qualidade e profissionais satisfeitos. A implementação da SAE deve ser adaptada a cada instituição, com capacitação dos profissionais e preparação do setor. A SAE é crucial para o funcionamento do pronto-socorro, desde a entrada do paciente até a transferência para a internação. Ela divide tarefas, melhora o trabalho em equipe e, acima de tudo, contribui para o tratamento e recuperação do paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Pronto-socorro. Enfermagem. Assistência de enfermagem.

ABSTRACT: The Systematization of Nursing Care (SAE) is essential in an emergency room to provide complete care to patients. However, its implementation faces challenges and is limited in urgent and emergency sectors. SAE is a management tool that identifies patients' needs and provides individualized care. The objective of the study is to understand the importance of Systematizing Nursing Care in an emergency room and the difficulties of implementation. The study methodology consists of an integrative literature review, with the collection of articles published between 2013 and 2023 in the VHL database. 5 articles that met the inclusion criteria were selected. The results highlight that nurses recognize the importance of SAE in patient care, but face challenges such as work overload, resistance from co-workers and lack of resources. They consider the implementation of SAE as an improvement in the quality of care, patient safety and team satisfaction. It is concluded that the emergency room requires agility and organization, and SAE helps nurses. Nurses face many challenges, and having a systematized environment prepared for patients' needs results in quality care and satisfied professionals. The implementation of SAE must be adapted to each institution, with professional training and sector preparation. The SAE is crucial for the functioning of the emergency room, from the patient's entry to transfer to hospitalization. It divides tasks, improves teamwork and, above all, contributes to the patient's treatment and recovery.

KEYWORDS: Emergency room. Nursing. Nursing assistance.

1 INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde define por emergência uma constatação médica de condições de agravo a saúde que impliquem sofrimento intenso ou risco iminente de morte, exigindo, portanto, tratamento médico imediato. Em um pronto-socorro, deve-se prestar atendimento integral aos pacientes, além de terem sua classificação de

risco realizada por profissionais capacitados conforme a demanda que aquele paciente necessita (Brasil, 2014).

Em setembro de 1968, Wanda Horta conceituou a Enfermagem como:

Enfermagem é a ciência e a arte de assistir o ser humano no atendimento de suas necessidades básicas, de torna-lo independente desta assistência através da educação; de recuperar, manter e promover sua saúde, contando para isso com a colaboração de outros grupos profissionais.

Wanda mostrou em seu conceito como o enfermeiro irá prestar os cuidados ao paciente, acompanhando e prestando serviços, de modo a dar qualidade ao atendimento prestado. A enfermagem realizará tudo aquilo que o paciente é incapaz de fazer sozinho ou ajudá-lo quando preciso for em todas as áreas de cuidado, desde uma conversa até a realização de um curativo. Além disso, o enfermeiro irá decidir, prescrever e realizar os cuidados necessários para cada paciente, prezando a equidade. Junto à técnica, também é necessário a humanização nesse processo de saúde e doença, que fica quase todo nas mãos dos profissionais de Enfermagem (Horta, 1968).

A SAE, segundo a Resolução COFEN 358 /2009, é organizada baseada no método, pessoal e instrumentos. Também fala sobre a implementação da SAE em serviços de saúde públicos e privados, e elaborado sistematizadamente. É uma ótima ferramenta de organização do trabalho de gerenciamento do enfermeiro, sendo um processo contínuo, para avaliar se as ações estão surtindo efeitos, se o paciente continua da mesma forma que chegou, ou se apresenta piora em seu quadro clínico (Santos, Ieda Marina Fonseca, et al., 2016; OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de, 2016).

Implementar esse sistema é desafiador, pois além das competências do enfermeiro, é necessário também um bom relacionamento profissional paciente. A SAE faz parte de todo o gerenciamento da unidade, garantindo a qualidade do atendimento. Ela é um grande instrumento para a identificação da necessidade dos pacientes e quais cuidados serão prestados a cada um. O maior desafio é conceber a SAE por completo durante a rotina de trabalho, ainda é comum não encontrar sua implementação em serviços de urgência e emergência (OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de, 2016; MIRANDA, C.A, 2012.).

Esse estudo tem como principal objetivo, entender a importância da Sistematização da Assistência de Enfermagem para a equipe de enfermagem em um pronto-socorro e quais as dificuldades de implementação.

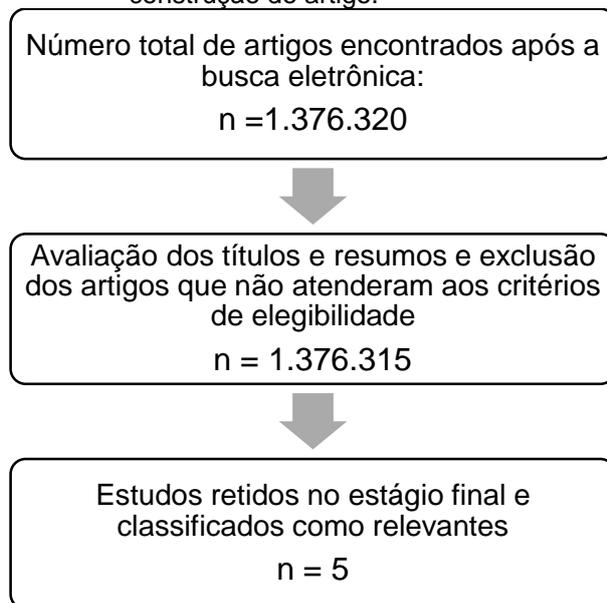
2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, agrupando dados sobre o tema proposto, seguindo uma linha estruturada para responder a seguinte questão norteadora: qual a importância da Sistematização da Assistência de Enfermagem para o profissional Enfermeiro em um ambiente de pronto-socorro?

Os dados da pesquisa foram coletados na base de dados BVS, com artigos dos últimos 10 anos, publicados entre 2013 e 2023. Os artigos deveriam apresentar como objetivo a importância da implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem para o cotidiano da equipe de enfermagem. Foram pesquisados na base de dados as seguintes palavras-chave: assistência de enfermagem; enfermagem; pronto-socorro; assistência de enfermagem “e” pronto-socorro; enfermagem “e” pronto-socorro.

Os critérios de inclusão dos artigos foram: a) publicação entre 2013 e 2023; b) artigo escrito em língua portuguesa; c) ser original; d) ser realizado em pronto-socorro; e) os estudos serem realizados com seres humanos. Como critérios de exclusão, foram considerados os seguintes: a) ter sido publicado há mais de 10 anos; b) não ter sido escrito em língua portuguesa; c) estudos de revisão; d) o estudo não ter sido realizado em pronto-socorro. Na pesquisa, foram encontrados 1.376.320 de artigos na plataforma BVS; a exclusão dos artigos ocorreu da seguinte forma: não ter sido publicado entre 2013 e 2023 (778.176); não estar em língua portuguesa (559.156); ocorrer fora do pronto-socorro (4.070); não ser uma pesquisa com seres humanos (2); não apresentar os mesmos objetivos (34.605); estudos de revisão (311). Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão da base de dados BVS, permaneceram apenas 5 artigos; os quais foram lidos na íntegra. Os artigos selecionados foram tabulados, pontuando os seguintes itens: autores, ano, amostra, país, objetivo do estudo, metodologia e resultados.

Figura 1: fluxograma que demonstra o resultado da pesquisa e seleção de trabalhos para a construção do artigo.



Fonte: dados da pesquisa

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1 - Artigos que apresentaram discussões e conclusões acerca da importância da Sistematização da Assistência de Enfermagem para os enfermeiros e os obstáculos para sua implementação.

Autor es (ano)	Amostra/ País	Objetivo (s)	Método de coleta	Resultados
Barret o MS, Teston EF, Miranda JG, Arruda GO, Valsecchi EASS, Marcon SS, 2015.	70 profissionais, 21 enfermeiros e 49 técnicos de enfermagem em um Pronto-Socorro no Brasil.	A percepção da equipe de enfermagem acerca da função do enfermeiro no serviço de emergência.	Roteiro semiestruturado, constituído de duas partes: a primeira com questões referentes à caracterização do entrevistado e a segunda com questões relacionadas à percepção acerca da função do enfermeiro no serviço de urgência e emergência	A equipe de enfermagem do setor reconhece a função do enfermeiro no desenvolvimento das atividades e atendimento do paciente, contudo, é necessário reforçar para a equipe de técnicos não dissociarem o papel gerencial do enfermeiro do cuidado propriamente dito. Os papéis do enfermeiro no processo de trabalho, cuja meta é o cuidado prestado, ainda são conflitantes, sob a ótica da equipe de enfermagem.
Berald o RAS, Souza NR de., 2015	19 enfermeiros dos setores de	Identificar os desafios enfrentados pelos	A entrevista foi realizada por meio de um questionário	O setor tem alta rotatividade e a demanda de pacientes e atividade

	urgência e emergência de um hospital no sul do Brasil.	enfermeiros na implantação da sistematização da assistência de enfermagem nos setores de urgência.	semiestruturado constituído com base na literatura. As entrevistas foram agendadas de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado. As falas foram identificadas, lidas, relidas sublinhadas e analisadas por meio da técnica de análise temática.	burocrática; a necessidade de tomada de decisão rápida; o despreparo técnico; o dimensionamento profissional inadequado; a sobrecarga de trabalho e a falta de visão e valorização pela equipe multidisciplinar.
Matze mbacher EP, Meschial WC, Adamy EK, Arboit J, Argenta C, Bitencourt JVOV, 2023	10 enfermeiros do pronto socorro de um hospital no sul do Brasil.	As percepções dos enfermeiros acerca da implantação e implementação do PE em um pronto-socorro.	Entrevista semiestruturada, com questões fechadas, e um roteiro com questões abertas. As entrevistas foram agendadas previamente e realizadas de forma individual.	A ausência de tempo é considerada o maior impasse para implementação da SAE, além, também é pontuado a falta de profissionais nos setores. Outro ponto importante, é a falta de conhecimento dos profissionais acerca das demandas de um pronto-socorro.
Silva, Franciele Xavier; Oliveira, Thaís Fernandes; Santos, Marcella Albuquerque; Queiroz, Samara Silva de; Ferreira, Flávia Cristina Lacerda; Cavalcanti, Euni de Oliveira. 2023	92 profissionais, entre enfermeiros e técnicos de enfermagem de um pronto socorro em Brasília – DF.	Quais são os fatores que influenciam na sobrecarga da equipe de enfermagem e consequentemente no surgimento de eventos adversos.	Questionário validado, Hospital Survey On Patient Safety Culture, sendo adaptado e reestruturado em 3 partes: dados sociodemográficos, sobrecarga de trabalho e segurança do paciente.	A maioria dos participantes eram mulheres e técnicas de enfermagem. 73% tem somente um vínculo, sendo assim, conseguem descansar. O cuidado do paciente e do enfermeiro é dever do Estado. A sobrecarga de trabalho da equipe de enfermagem afeta de forma direta a segurança do paciente.
Barret o MS, PradoE, Lucena ACRM, Rissardo LK, Furlan MCR, Marcon SS. 2020	18 enfermeiros assistenciais atuantes em 2 hospitais de pequeno porte no Paraná.	Descrever a vivência dos enfermeiros atuantes em unidade hospitalar em relação à Sistematização da Assistência de Enfermagem.	Questionário semiestruturado, composto por duas partes, a 1ª sendo informações sociodemográficas e segunda sendo elaborada a partir do objetivo proposto. As entrevistas foram realizadas em horários marcados de acordo com a	Um dos fatores para a não realização da SAE é a desmotivação em relação aos colegas de trabalho. Outros fatores observados são a falta de equipe e desrespeito à hierarquia; falta de tempo atribuído a sobrecarga de trabalho. Os enfermeiros relataram, que, muitas vezes, não realizam a SAE

			disponibilidade dos entrevistados.	por falta de espaço no prontuário. Em síntese, a desmotivação em lidar como trabalho em equipe e a liderança é o principal fator que impede a implementação e realização da SAE.
--	--	--	------------------------------------	--

Fonte: dados da pesquisa

Dos estudos analisados, todos os 5 foram tratados no Brasil e redigidos no idioma português. Todos os estudos abordaram tanto o gênero masculino quanto o feminino, envolvendo profissionais da área da saúde. Em todos os cinco estudos, a pesquisa foi conduzida em um pronto-socorro.

No Quadro 1, constata-se que os objetivos principais consistem em compreender as necessidades e perspectivas dos enfermeiros em relação à Sistematização da Assistência de Enfermagem no contexto hospitalar, com foco especial no pronto-socorro. A população alvo da pesquisa é composta principalmente por enfermeiros que trabalham em unidades de pronto-socorro e que são responsáveis pela gestão de suas equipes de técnicos de enfermagem.

Com relação aos resultados apontados, os enfermeiros reconhecem a importância de seu papel assistencial e administrativo, eles entendem que o planejamento do cuidado e assistência direta são o complemento um do outro, permitindo uma análise da evolução do paciente e os cuidados prestados, podem assim, prescrever o melhor plano assistencial individualizado para cada paciente. No entanto, os técnicos têm uma percepção diferente em relação às questões administrativas. Na visão deles, o enfermeiro deve se concentrar mais no cuidado direto, enquanto as atividades burocráticas acabam sobrecarregando a equipe, mesmo que sejam funções legalmente atribuídas ao enfermeiro. A SAE é o diferencial do enfermeiro em relação aos outros profissionais de saúde, com esse instrumento, ele pode avaliar o paciente em emergência e prescrever um planejamento de qualidade, segundo as demandas de cada paciente. Além do paciente, o gerenciamento também abrange a equipe, como delegar funções e escalar a equipe, o que demanda tempo e sobrecarrega o enfermeiro (BARRETO et al., 2015).

A sobrecarga enfrentada pelos enfermeiros dentro do pronto-socorro é uma realidade inegável. Além de suas próprias responsabilidades, eles precisam auxiliar os técnicos de enfermagem em suas tarefas devido à alta demanda de pacientes na área. A escassez de materiais e recursos é outro aspecto problemático, mas um fator destacado é a falta de reconhecimento da hierarquia. Ao chegarem em um novo setor, os enfermeiros enfrentam resistência por parte dos profissionais que estão lá há mais tempo, que se recusam a adotar as novas rotinas, mesmo que sejam simples, ou não seguem a implementação adequada da SAE, dificultando sua utilização e levando toda a equipe a continuar com os mesmos hábitos antigos. Além disso, alguns enfermeiros acreditam erroneamente que não precisam planejar os cuidados, uma vez que o médico já prescreve os cuidados básicos aos pacientes, revelando uma falta de preparo para usar corretamente a SAE (BARRETO et al., 2020).

A SAE irá auxiliar diretamente na qualidade da assistência do paciente, favorecendo sua recuperação. Essa ferramenta de trabalho é um diferencial, tendo em vista que os técnicos de enfermagem podem não ter uma visão holística nas necessidades do paciente. (BARRETO et al., 2020)

A segurança do paciente é uma prioridade na enfermagem. A SAE desempenha um papel crucial nesse processo. No entanto, existem diversos fatores que devem ser considerados para que isso seja permitido de forma eficaz, mas que muitas vezes não são seguidos no contexto do pronto-socorro. Esses fatores incluem a adesão aos protocolos da unidade, o aprimoramento das técnicas e o acesso adequado a recursos materiais e humanos. A falta desses elementos, juntamente com a alta demanda de pacientes na área, leva à sobrecarga e ao adoecimento dos profissionais de urgência e emergência. Quando isso ocorre, a qualidade do cuidado prestado aos pacientes fica comprometida, desde simples mudanças de decúbito até procedimentos invasivos. Além disso, a exaustão dos profissionais devido à falta de descanso adequado aumenta os riscos tanto para os pacientes quanto para os próprios profissionais (SILVA et al., 2023).

A implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) é de extrema importância no âmbito da enfermagem, traz diversos benefícios tanto para os pacientes quanto para a equipe de enfermagem. Ao organizar a unidade e as atividades, ocorre uma otimização do tempo dos atendimentos, satisfação profissional e a melhoria dos prontuários dos pacientes. Além disso, a implementação da SAE

gera um aumento da confiança do paciente na equipe e nos cuidados recebidos. Entretanto, os enfermeiros enfrentam obstáculos na implementação da SAE no pronto-socorro, especialmente em situações em que os pacientes são atendidos de forma rápida e liberados, ou devido à falta de conhecimento por parte dos colegas enfermeiros sobre a aplicação da SAE. Para superar esses desafios, é necessário um processo de implementação gradual e contínuo, incorporando aos poucos a SAE na rotina, capacitando os profissionais e avaliando as condições específicas do pronto-socorro. Somente assim será possível garantir uma implementação efetiva da SAE, efetivamente ainda mais a qualidade dos cuidados prestados aos pacientes e ao trabalho da equipe de enfermagem (MATZEMBACHER et al., 2023).

BERALDO (2015) mostra algumas maneiras de tornar a implementação da SAE no pronto-socorro mais fácil, a principal delas é a contratação de funcionários para o setor, entre enfermeiros e técnicos de enfermagem, para que dessa forma, consigam cumprir as demandas das prescrições de enfermagem previstas na SAE. O recurso humano é escasso, e é o maior impedimento para a implementação da SAE em todos os âmbitos da saúde, para isso, o dimensionamento da equipe deve ser levado em consideração.

Alguns aspectos também são fundamentais para implementação da SAE em um setor de urgência e emergência como o pronto-socorro, como o interesse da instituição na implementação, capacitação e conhecimento dos enfermeiros sobre a importância da SAE para um atendimento de qualidade individualizada, e, por fim, a avaliação dos resultados alcançados com a realização do processo, dessa forma, fechando o ciclo do cuidado. (SOUZA; BERALDO, 2015)

A introdução da SAE para o enfermeiro se inicia ainda na graduação, e em um estudo de BERALDO (2015) mostrou de 42,1% dos entrevistados não se sentiam preparados ao que diz respeito a SAE e encontravam dificuldade em implementá-la. Alguns autores sugerem a integração da SAE nos campos de estágio com mais afinco pelos docentes, uma vez que os entrevistados relataram que a importância da ferramenta não é enfatizada durante a graduação. A SAE garante autonomia para os profissionais de enfermagem, para que ele defina as ações a serem seguidas, avalie os resultados e saiba quais fatores devem mantidos e quais devem ser melhorados. As necessidades dos pacientes são discorridas pela SAE, que serve também como

base para a comunicação multidisciplinar. O enfermeiro evidencia seu conhecimento científico e eleva a qualidade da assistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pronto-socorro é um ambiente que demanda agilidade e organização, e a SAE é um instrumento de trabalho que auxilia o profissional enfermeiro com essas demandas que o setor exige. A profissão de enfermeiro é extremamente sobrecarregada, jornadas de trabalho exaustivas, poucos profissionais para um elevado número de pacientes, recursos materiais escassos e pouca ou nenhuma valorização. Um ambiente sistematizado e capacitado para receber e lidar com as necessidades dos pacientes proporciona um cuidado de qualidade e um profissional satisfeito. A SAE proporciona tudo isso, porém deve ser implementada de acordo com cada instituição, capacitando os profissionais e preparando o setor.

Ficou evidente que a SAE é de suma importância para o funcionamento do pronto-socorro, desde a entrada do paciente até transferência dele para o setor de internamento. Sistematizar a enfermagem divide tarefas e melhora o relacionamento da equipe, e, além disso, culmina perpendicularmente, na elevação do tratamento e recuperação do paciente.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. DA S. et al. Percepção da equipe de enfermagem sobre a função do enfermeiro no serviço de emergência. *Rev Rene (Online)*, p. 833–841, 2015.

BARRETO, M. DA S. et al. Sistematização da assistência de enfermagem: a práxis do enfermeiro de hospital de pequeno porte. *Esc. Anna Nery Rev. Enferm*, p. e20200005–e20200005, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministro de Estado da Saúde. Portaria Nº 354, de 10 de Março de 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0354_10_03_2014.html

Horta WA. Conceito de enfermagem. *Rev Esc Enferm USP*. 1968;2(2):1-5. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/141168/136244>

LUÍS, J. et al. Artigo Original Desafios para a gerência do cuidado em emergência na perspectiva de enfermeiros Challenges for the management of emergency care from the perspective of nurses. *Acta Paul Enferm*, v. 26, n. 2, p. 136–179, 2013.

MATZEMBACHER, E. P. et al. Nurses' perceptions about the operationalization of the nursing process in an emergency room / Percepções de enfermeiros sobre a operacionalização do processo de enfermagem em um pronto-socorro. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, v. 15, p. e-11933, 20 mar. 2023.

MIRANDA, C.A.; SILVEIRA, E.N.; ARAÚJO, R.A.; ENDERS, B.C. Opinião de enfermeiros sobre instrumentos de atendimento sistematizado a paciente em emergência. *Revista Rene*, Ceará, 13 (2): 396-407, 2012.

Munhoz, Oclaris Lopes; Andolhe, Rafaela; Magnago, Tânia Solange Bosi de Souza; Mendes, Tuane; Cremonese, Luiza; Guedes, Renata. *Atuação do enfermeiro em unidade de pronto socorro: relato de experiência*. Biblioteca Lascasas, 2016; 12(1).

OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de. *Blackbook – Enfermagem*. 1º edição. Belo Horizonte – Blackbook Editora, 2016.

PENEDO, R. M.; SPIRI, W. C. Meaning of the Systematization of Nursing Care for nurse managers. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 27, n. 1, p. 86–92, fev. 2014.

SANTOS, Ieda Maria Fonseca; FONTES, Noemi Cristiane Firpo; SILVA, Rudval Souza da; BRITO, Sirlei Santana de Jesus; SAE - Sistematização da assistência de enfermagem: Guia prático. COREN – BA, 2016

SILVA, F. X. DA et al. Sobrecarga da equipe de enfermagem e o risco de eventos adversos. *Nursing (Ed. bras., Impr.)*, p. 9371–9376, 2023.

SOARES, M. et al. Sistematização da assistência de enfermagem: facilidades e desafios do enfermeiro na gerência da assistência Systematization of nursing care: challenges and features to nurses in the care management Sistematización de los cuidados de enfermería: facilidades y desafíos de enfermeros en el soporte de gestión PESQUISA | RESEARCH. *Nery*, v. 19, n. 1, p. 47–53, 2015.

SOUZA, N. R. DE; BERALDO, R. A. S. Desafios na implantação da sistematização da assistência de enfermagem nos setores de urgência. *Rev. enferm. UFPE on line*, p. 7773–7780, 2015.

INCIDÊNCIA DE CASOS DE MENINGITE NA 5ª REGIONAL DE SAÚDE DE 2012 A 2022

Camilla Aparecida Alves Dambroski
Emily Vanessa Vizinoni
Lidiane Aparecida Fernandes

RESUMO: A meningite é uma infecção caracterizada por processos inflamatórios nas meninges e podem ser desencadeadas por diversos agentes infecciosos como fungos, bactérias e vírus. A meningite bacteriana é a forma mais grave da doença, devido a sua alta taxa de mortalidade. Entre as principais bactérias que causam a meningite, estão a *Neisseria meningitidis* e *Streptococcus pneumoniae*. As manifestações clínicas da doença podem ser febre, vômitos, rigidez na nuca, alteração no estado de consciência e calafrios. Atualmente existem vários métodos de diagnósticos precisos, como a cultura do líquido cefalorraquidiano (LCR) considerado padrão ouro. Na análise realizada, com base nos dados presentes no DATASUS, observa-se um predomínio de meningite viral, seguida da bacteriana, acometendo a população na faixa etária de 40 a 59 anos de idade. Os anos que registraram maiores números de casos confirmados foram 2018 e 2019, com 30 casos, respectivamente. Quanto ao diagnóstico, foram registradas 94 amostras positivas para o quimiocitológico, 32 amostras para cultura, 32 casos positivos por PCR-viral, 18 casos com confirmação por teste de aglutinação pelo látex, 9 casos confirmados pelo critério clínico e 4 confirmações por bacterioscopia. A prevenção é por meio da vacina e evitando contato com pessoas infectadas. Tendo tudo isso em vista, o objetivo do trabalho é analisar a incidência de casos de meningites na 5ª Regional de Saúde nos anos de 2012 a 2022.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnóstico. Inflamação. Meningite.

ABSTRACT: Meningitis is an infection characterized by inflammatory processes in the meninges and can be triggered by various infectious agents such as fungi, bacteria and viruses. Bacterial meningitis is the most serious form of the disease, due to its high mortality rate. Among the main bacteria that cause meningitis are *Neisseria meningitidis* and *Streptococcus pneumoniae*. The clinical manifestations of the disease can be fever, vomiting, neck stiffness, altered state of consciousness and chills. Currently, there are several accurate diagnostic methods, such as cerebrospinal fluid (CSF) culture, which is considered the gold standard. In the analysis carried out, based on the data present in DATASUS, a predominance of viral meningitis was observed, followed by bacterial, affecting the population in the age group of 40 to 59 years of age. The years that recorded the highest numbers of confirmed cases were 2018 and 2019, with 30 cases, respectively. Regarding diagnosis, 94 positive samples were recorded for chemocytology, 32 samples for culture, 32 positive cases for viral PCR, 18 cases confirmed by latex agglutination test, 9 cases confirmed by clinical criteria and 4 confirmed by bacterioscopy. Prevention is through vaccination and avoiding contact with infected people. With all this in mind, the objective of the work is to analyze the incidence of meningitis cases in the 5th Health Region in the years 2012 to 2022.

KEYWORDS: Diagnosis. Inflammation. Meningitis.

1 INTRODUÇÃO

A meningite é uma doença que acomete o sistema nervoso central (SNC), causando inflamação no espaço subaracnóide e nas meninges, “membranas leptomeníngeas que revestem o encéfalo e a medula espinhal” (SANTOS, 2017). A etiologia da inflamação meníngea pode ser desencadeada por diversos patógenos como fungos, bactérias e vírus (CARVALHO et al., 2022). As meningites virais ocorrem com maior frequência, entretanto, as causadas por bactérias têm grande importância devido a sua elevada mortalidade e morbidade (ANDRADE et al., 2020).

No Brasil a notificação é obrigatória em caso de suspeita ou confirmação. A notificação deverá ser registrada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), por meio do preenchimento da Ficha de Investigação de Meningite (BRASIL, 2019).

As meningites virais e bacterianas são as de maior importância na saúde pública, em razão da amplitude de ocorrência (magnitude), elevado potencial de ocasionar surtos e alta letalidade (meningite bacteriana) (RIO GRANDE DO SUL, 2023). De acordo com o Ministério da Saúde, em seu “Guia de Vigilância em Saúde” a prevalência das meningites bacterianas ocorre conforme a “idade do paciente, porta de entrada ou foco séptico inicial; tipo e localização da infecção no sistema nervoso central (SNC); estado imunitário prévio e situação epidemiológica local” (BRASIL, 2019).

Dados registrados em boletins epidemiológicos nacionais, notificam como as principais bactérias causadoras de meningite, a *Neisseria meningitidis* (meningococo), *Streptococcus pneumoniae* (pneumococo) e *Haemophilus influenzae* (BRASIL, 2019). Outras bactérias destacadas são *Mycobacterium tuberculosis*, *Streptococcus* sp. – especialmente os do grupo B, *Streptococcus agalactiae*, *Listeria monocytogenes*, *Staphylococcus aureus*, *Pseudomonas aeruginosa*, *Klebsiella pneumoniae*, *Enterobacter* sp., *Salmonella* sp. e *Proteus* sp. (CARVALHO et al., 2022).

A meningite viral, por sua vez, é a mais frequente, porém, dificilmente deixa sequelas e melhora entre 7 a 10 dias (GONÇALVES E SILVA e MEZAROBBA, 2018). Pode ser causada por RNA vírus, sendo os Enterovírus, Arbovírus, vírus do Sarampo, vírus da Caxumba, Arenavírus - Coriomeningite linfocitária e HIV 1, ou ainda, DNA vírus, destacando os Adenovírus, Herpes Simples tipo 1 e 2, Varicela Zoster, Epstein Barr e Citomegalovírus (SANTOS, 2007). Contudo, os Enterovírus ainda são responsáveis pela maior quantidade dos casos de meningite viral (SILVA et al., 2023). Ainda sobre isso, Santos (2007) ressalta que os vírus da família Picornaviridae - echovirus, poliovírus e coxsackírus dos grupos A e B 1,2 são os mais importantes.

As meningites fúngicas podem ocorrer a partir de infecções ou em hospedeiros imunocomprometidos, sendo pessoas com AIDS e diabetes (COLMAN e REDA, 2019). De acordo com Liphau et al. (2022), os fungos de destaque causadores da doença são o *Cryptococcus neoformans* e o *Cryptococcus gatti*. “No entanto, outros agentes como leveduras do gênero *Candida*; fungos dimórficos como *Histoplasma*

spp. e Coccidioides spp.; fungos do gênero *Aspergillus* spp. e da ordem Mucorales podem, também, ocasionar esta doença” (LIPHAUS et al., 2022).

Ademais, a meningite bacteriana pode ser evitada por meio da imunização. Nos 2, 4 e 6 meses de idade, a criança recebe a dose inicial e doses de reforço, respectivamente, da vacina Pentavalente, contra o agente *Haemophilus influenzae* tipo B (GONÇALVES E SILVA e MEZAROBBA, 2018). A *Neisseria meningitidis* do sorogrupo C, no entanto, é evitada com a vacina meningocócica C conjugada, “administrada em duas doses aos 3 e 5 meses de idade da criança, e um reforço entre os 12 e os 15 meses” (NEVES et al., 2016). Ainda, o Programa Nacional de Imunização (PNI), “partir de 2017, passou a disponibilizar a vacina meningocócica C conjugada também para adolescentes de 11 e 12 anos, para controlar possível queda da imunidade observada ao longo do tempo” (ROTELI-MARTINS et al., 2022).

Além disso, no ano de 2020, “a vacina meningocócica ACWY (conjugada) foi implantada na rotina de vacinação dos adolescentes” (BRASIL, 2022). Essa vacina é disponibilizada no Calendário Nacional de Vacinação do Ministério da Saúde, devendo ser administrada uma dose ou um reforço, “conforme situação vacinal, para adolescentes de 11 e 12 anos de idade” (BRASIL, 2022). “Também é utilizada nos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE) conforme indicação no manual desses Centros” (BRASIL, 2022). É uma vacina utilizada “como reforço na adolescência e do cenário de baixas coberturas vacinais” (BRASIL, 2022). O objetivo da vacina é a proteção contra a doença meningocócica, pelos sorogrupos A, C, W e Y (BRASIL, 2022).

As manifestações clínicas das meningites bacterianas são caracterizadas por “febre, rigidez da nuca e alterações do estado de consciência, cefaleia, náusea, vômito, prostração, irritação meníngea (Sinal de Kernig e de Brudzinski), alterações do líquido cefalorraquidiano, podendo haver delírio e coma” (BRASIL, 2021). Nas meningites virais, pode ocorrer, dependendo do agente etiológico, sintomas como “hipertermia, astenia, mialgia, cefaleia, fotofobia, rigidez da nuca, distúrbios gastrointestinais, sintomas respiratórios ou erupção cutânea” (SANTOS, 2007). E, ainda conforme Santos (2007), nas infecções causadas por enterovírus, as manifestações mais comuns são febre, cefaleia e sinais meníngeos de início agudo.

“A identificação do agente etiológico da meningite é fundamental para auxiliar na escolha da terapia apropriada e para o rastreamento epidemiológico regional da

doença” (CORDEIRO, 2013). Sobre o diagnóstico, “a cultura de liquor ainda permanece como o exame de escolha para fins diagnóstico da doença, permitindo assim a diferenciação da etiologia: bacteriana ou viral” (SIGNORATI e SIGNORATI, 2021). Além disso, Teixeira et al., (2018), acrescenta que, além da cultura do LCR ser o “padrão ouro” para o diagnóstico, os exames quimiocitológico do LCR, aglutinação pelo látex, PCR e bacterioscopia direta também são importantes para esclarecer o diagnóstico.

Logo, para identificação do agente etiológico da meningite bacteriana, o esfregaço do liquor corado por coloração de Gram também é utilizado, visto que é um método bom e de baixo custo (BROUWER et al., 2010). Conforme Cordeiro (2013), “o teste de bacterioscopia por Gram positivo para diplococos gram-positivos sugere diagnóstico preliminar para *S. pneumoniae*” ao passo que “organismos gram-negativos em forma de diplococos indicam *N. meningitidis*, enquanto os bacilos podem ser *H. influenzae*, *Escherichia coli* ou *Pseudomonas aeruginosa*” (CORDEIRO, 2013).

O teste de aglutinação em látex é rápido e fácil de ser executado, em que seu resultado é obtido em menos de 15 minutos (TUNKEL et al., 2004). É um exame recomendado em casos suspeitos de meningite bacteriana, onde os resultados para a cultura de bacterioscopia por Gram deram negativos (TUNKEL et al., 2004). Este teste utiliza “soro contendo anticorpos bacterianos ou anti-soros comercialmente disponíveis direcionados contra os polissacarídeos capsulares dos patógenos meníngeos” (TUNKEL et al., 2004). Ou seja, o exame pesquisa o antígeno que causa a meningite por meio de partículas de látex, que são sensibilizadas com anti-soros específicos, o quais permitem identificar o antígeno bacteriano (BRASIL, 2019).

O PCR é recomendado para casos com resultados negativos à cultura ou bacterioscopia por Gram (TUNKEL et al., 2004). Entretanto, “a complexidade dos métodos baseado em PCR, ou RT-PCR dificulta a sua implementação pelos laboratórios hospitalares, mesmo em centros de referência em infectologia” (CORDEIRO, 2013). Além disso, estes testes demandam de um tempo maior para execução, demorando na liberação dos resultados, bem como “a eliminação rápida dos patógenos pelo sistema imune do hospedeiro limita a janela temporal para detecção dos ácidos nucleicos desses microrganismos” (CORDEIRO, 2013).

Antes de iniciar o tratamento com antibióticos, então, é necessário realizar a punção lombar juntamente com a coleta de sangue (PIRES et al., 2017). Segundo

Moreira (2017), o exame de sangue avalia o estado do paciente, evidenciando, quando houver, elevação no número de leucócitos e neutrófilos, detectando linfócitos atípicos e aumento na concentração de PCR no sangue. Ainda, o exame de urina também mostra a existência de bactérias e leucócitos, indicando a presença de infecções.

Portanto, “os aspectos laboratoriais que irão confirmar a meningite bacteriana apresentará liquor com aspecto turvo, glicose diminuída e neutrofilia, cor leitosa ou xantocrômica” (CARVALHO et al., 2022). Em paciente com meningite viral, o liquor geralmente é cristalino, apresenta predominante linfocitose, proteínas totais normais ou levemente aumentadas, glicose normal ou diminuída e “contagem total de leucócitos menor que 500 células/mm³” (CORDEIRO, 2013).

Segundo Silva et al. (2023), “a maioria dos patógenos que causam meningite viral não possuem tratamento específico, além dos cuidados de suporte.” Já o tratamento da doença bacteriana caracteriza-se por iniciar imediatamente com a administração de antibióticos, a fim de reduzir a letalidade. “O uso de antibiótico deve ser associado a outros tipos de tratamento de suporte, como reposição de líquidos e cuidadosa assistência” (BRASIL, 2019). Nas infecções fúngicas, a base do tratamento consiste na administração de anfotericina B, “segundo protocolo bem estabelecido em função de sua alta incidência de toxicidade” e, além disso, outros antifúngicos podem ser utilizados, tais como fluocitosina, miconazol, cetoconazol e fluconazol (SANTOS, 2007).

De acordo com o Sinan, a meningite, no Brasil, é uma doença endêmica e, devido a isso, “casos da doença são esperados ao longo de todo o ano, com a ocorrência de surtos e epidemias ocasionais, sendo mais comum a ocorrência das meningites bacterianas no inverno e das virais no verão” (BRASIL, 2019). O Paraná de 2010 a 2020 apresentou o segundo maior número de notificações, cerca de 15.826 pessoas (MORAES et al., 2022).

Diante de todo o exposto, o objetivo do presente estudo consiste em analisar a incidência de casos de meningite, a faixa etária mais acometida, bem como, verificar qual o diagnóstico confirmatório da doença, visto que, esta doença apresenta elevada magnitude de ocorrência e alto potencial de causar surtos e morte.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 DESENHO DO ESTUDO

Esta pesquisa consiste em um estudo quantitativo de natureza básica, com objetivo exploratório. Apresenta metodologia mista, que combina o levantamento de dados de casos de meningite, por meio do site DATASUS, além de pesquisa bibliográfica.

2.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população amostra da presente pesquisa são os indivíduos moradores dos municípios que pertencem a 5ª Regional de Saúde, totalizando 457.280 habitantes, na faixa etária de 0 a 80 anos, que possuíam notificações registradas de meningite durante os anos de 2012 a 2022.

2.2.1 Critérios de inclusão

Incluem-se nesta pesquisa todos os casos positivos e notificados para a meningite na 5ª Regional de Saúde, durante os anos de 2012 a 2022.

2.2.2 Critérios de exclusão

Excluem-se desta pesquisa todos os casos positivos e notificados para a meningite fora 5ª Regional de Saúde e fora dos anos de estudo.

2.3 METODOLOGIA APLICADA

Foram analisados dados, disponibilizados no site DATASUS, que atendiam aos critérios de inclusão deste trabalho. Foi feita a aplicação de filtros de pesquisa no site. A doença em questão, meningite, encontra-se na aba do Tabnet, em “Epidemiológicas e Morbidade”, na seção “Doenças e Agravos de Notificação - 2007 em diante (SINAN)”, cuja abrangência geográfica definida foi o estado do Paraná.

Os filtros de pesquisa aplicados foram quanto aos casos confirmados notificados no sistema de informação de agravos de notificação, no período de 10 anos atrás, ou seja, durante os anos de 2012 a 2022. Foram filtrados a Região de

Saúde (CIR) de notificação, como sendo a 5ª RS Guarapuava, a faixa etária, sendo selecionadas todas as categorias disponíveis no site, a etiologia, o sorogrupo e o critério de confirmação, todos, da mesma forma, selecionados todas as categorias disponíveis.

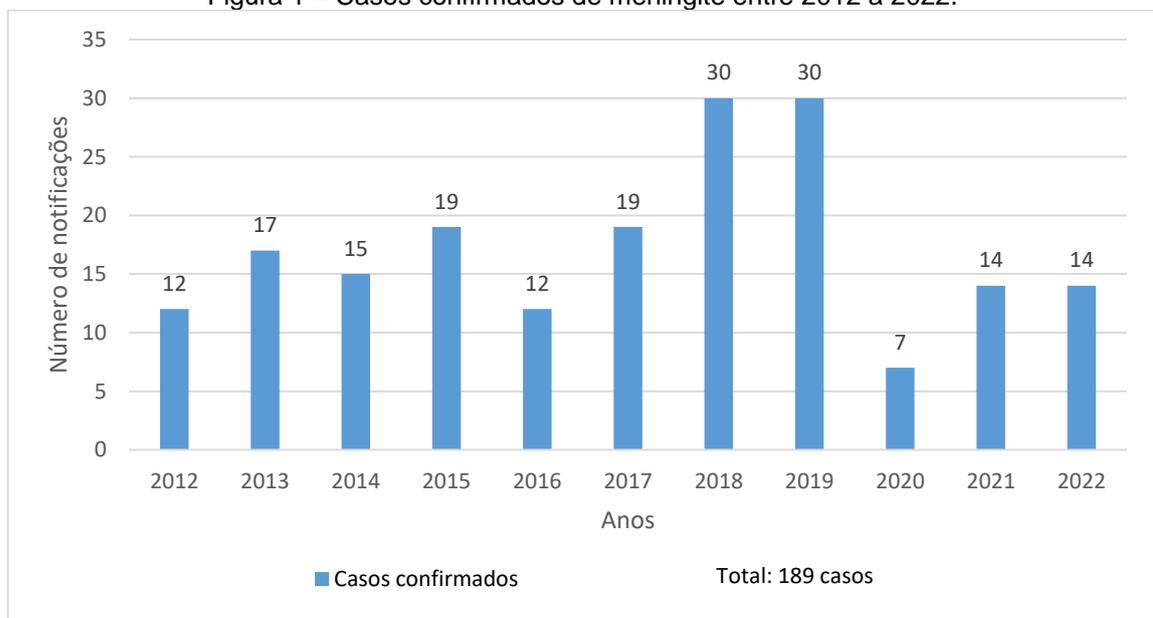
2.4 ANÁLISES DE DADOS

Os dados foram analisados estatisticamente utilizando o programa Microsoft® Office Excel, para elaboração de gráficos comparativos entre a quantidade de casos positivos nos anos selecionados, a faixa etária, o microrganismo de maior prevalência nos casos registrados e o diagnóstico como critério de confirmação da doença.

3 RESULTADOS

Após análise minuciosa dos dados, obteve-se um total de 189 casos confirmados nestes dez anos. Destes casos, nota-se um número maior de registros nos anos de 2018 e 2019, com 30 casos em cada ano e, o menor número de registros no ano de 2020, como podemos observar na figura 1.

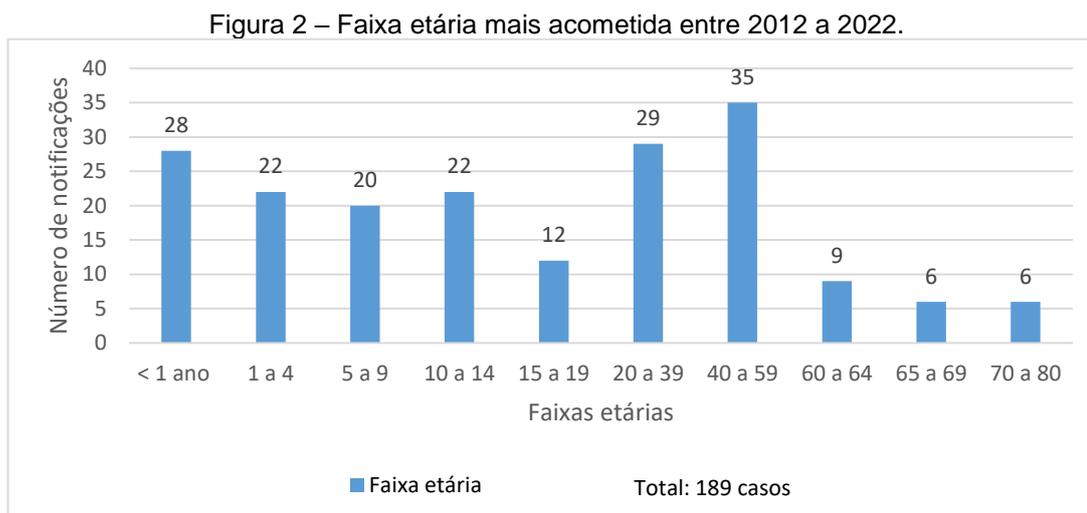
Figura 1 – Casos confirmados de meningite entre 2012 a 2022.



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.
Acesso em: 15 julho 2023.

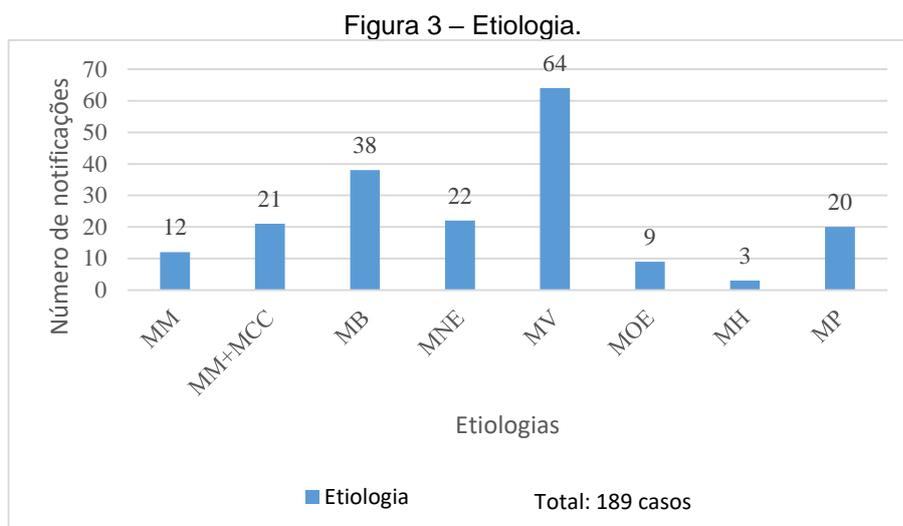
Nesses dez anos, o intervalo de idades de notificações registradas foi entre menores de 1 ano até 80 anos de idade. Diante disso, conforme a figura 2, a faixa

etária mais acometida foi de 40 a 59 anos, totalizando 35 casos. Na sequência, de 20 a 39 anos resultou em 29 casos, enquanto que em menores de 1 ano de idade, a quantia de casos registrados foi de 28. As faixas etárias que registraram um menor número de casos foi de 65 a 69 e de 70 a 80 anos, cada uma com 6 casos.



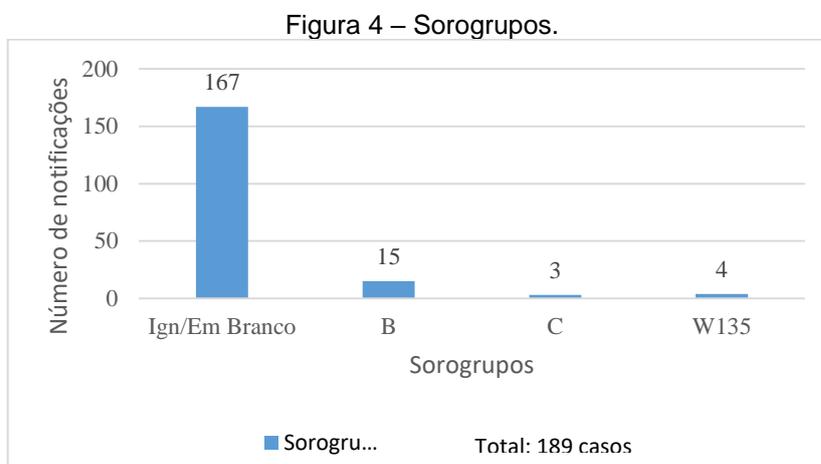
Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.
Acesso em: 22 julho 2023.

Quanto à etiologia registrada nesse período, o Tabnet exibiu as seguintes categorias: ignorado (IGN/em branco), Meningococemia (MCC), Meningite Meningocócica (MM), Meningite Meningocócica + Meningococemia (MM+MCC), Meningite Tuberculosa (MTBC), Meningite Bacteriana (MB), Meningite não especificada (MNE), Meningite Viral (MV), Meningite por outras Etiologias (MOE), Meningite por *Haemophilus influenzae* (MH), Meningite por *Streptococcus pneumoniae* (MP). Destas, como demonstrado na figura 3, as que apresentaram resultados confirmados e notificados foram MV com 64 casos, MB com 38 casos, MNE com 22 casos, seguido de MM+MCC com 21 casos, MP com 20 casos, MM com 12 casos, MOE com 9 casos e por fim, MH com 3 casos.



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net. Acesso em: 08 agosto 2023.

Dentre os sorogrupos registrados pelo site, IGN/em branco, A, B, C, D, X, Y, Z, W135 e 29 E, os que tiveram casos confirmados e registrados durante o período de 10 anos estudados foram ignorados ou em branco, totalizando 167 casos, sorogrupo B, com 15 casos, sorogrupo C, com 3 casos e W135, com 4 casos, conforme a figura 4.



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net. Acesso em: 08 agosto 2023.

Para fins confirmatórios, foram realizadas culturas, contra-imuneletroforese cruzadas (CIE), aglutinações pelo látex (Ag. látex), bacterioscopias, quimio citológicos, isolamentos virais, PCR – viral, testes clínicos e clínicos-epidemiológicos. O site descreveu ainda as categorias em branco e não mencionados. Conforme a tabela 1, dos testes confirmatórios, observou-se 32 amostras positivas para cultura, 18 casos com confirmação por teste de aglutinação pelo látex, 9 casos confirmados pelo critério

clínico, 4 confirmações por bacterioscopia, 94 amostras positivas para o quimiocitológico e 32 casos positivos por PCR-viral.

Tabela 1 - Critérios de confirmação.

Critério de confirmação	Casos confirmados
Cultura	32
AG. Látex	18
Clínico	9
Bacterioscopia	4
Quimiocitológico	94
PCR - Viral	32

Fonte – Adaptado de: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net. Acesso em: 08 agosto 2023.

4 DISCUSSÃO

As notificações registradas de meningite, total de 189 casos, na 5ª Regional de Saúde do estado do Paraná, durante os anos de 2012 a 2022, descritas no presente estudo, evidenciam maior quantidade nos anos de 2018 e 2019, cada um com 30 casos. Esses resultados estão de acordo com os encontrados por Mendes et al. (2022), em seu trabalho realizado no estado do Paraná durante os anos de 2010 a 2020, onde observou a maior incidência de casos no ano de 2019, com cerca de 1.800 casos. Da mesma forma, o ano que registrou o menor número de casos do presente estudo foi 2020, com apenas 7 casos, enquanto que Mendes et al. (2022), também relatou o ano de 2020 com a menor incidência de casos (448 casos) no seu trabalho. Igualmente, o Informe Epidemiológico das Meningites de 2018 a 2022 no estado do Rio Grande do Sul (2023) descreveu que os casos de meningite, durante os anos de 2020 e 2021 no estado do Rio Grande do Sul, diminuíram. Essa queda no número de casos de meningite, registrados e notificados no ano de 2020, relaciona-se com o início da pandemia de Covid-19, visto que houve aumento das restrições e circulação das pessoas, bem como intensificação dos cuidados de higiene, fatores que colaboraram para a diminuição da propagação dos agentes etiológicos (RIO GRANDE DO SUL, 2023). Como também, pode ter aumentado a quantidade de subnotificações das doenças durante esse período de emergência na saúde mundial (MENDES et al., 2022). No ano de 2022, o presente estudo, assim como descrito pelo Informe

Epidemiológico das Meningites de 2018 a 2022 no estado do Rio Grande do Sul (2023), evidenciou novamente aumento no número de casos.

Analisando a faixa etária, o maior número de casos registrados no presente estudo foi entre 40 a 59 anos, com 35 casos. Em contrapartida, em pesquisas realizadas por Mendes et al. (2022) e Ferreira e Oliveira (2022), no Paraná, durante o período de 2010 a 2020, a faixa etária mais acometida pela meningite foi de crianças entre 1 a 4 anos, com 3.217 e 3.265 casos, respectivamente. Gonçalves e Silva e Mezarobba (2018), deixam claro que “a incidência de meningite é maior em crianças quando comparado aos adultos”, isto porque, “a faixa etária entre 1 a 4 anos corresponde ao período em que a criança passa a ter um convívio social com seus pares mais acentuado, sendo exposta a uma maior gama de microrganismos” (GONÇALVES E SILVA e MEZAROBBA, 2018), além de ainda possuírem uma imaturidade imunológica (MENDES et al., 2022). Em crianças menores de 1 ano de idade, o presente estudo registrou 28 casos. Contudo, Souza et al. (2020), ao pesquisar a meningite na região metropolitana de Belém-PA, durante 2010 a 2019, e Dias et al. (2017), ao traçar o perfil dos indivíduos acometidos por meningite na região Norte do Brasil, entre 2012 a 2015, relataram que o maior número de casos da doença, em ambas as pesquisas, ocorreram na faixa etária de 20 a 39 anos. Enquanto que, Mendes et al. (2022), relatou a referida faixa etária como a terceira mais prevalente em sua pesquisa. No presente estudo, a faixa etária de 20 a 39 anos registrou 29 casos, destacando-se em segundo lugar na quantidade de casos.

Durante o período analisado no presente estudo, as meningites de etiologia viral registraram maior número de notificações, 64 casos. Esse resultado está concordante com as pesquisas de Ferreira e Oliveira (2022), e Mendes et al. (2022), que evidenciaram cerca de 8.756 e 8.532 casos, respectivamente, de meningites virais no estado do Paraná, durante os anos de 2010 a 2020. Gonçalves e Silva e Mezarobba (2018), também registraram a meningite viral com maior número de casos na região Sul do Brasil, durante o ano de 2015. “A doença de etiologia viral é mais prevalente pois os vírus se espalham com mais facilidade por via respiratória e contato, tendo um fator de contágio mais elevado que o das bactérias” (GONÇALVES E SILVA e MEZAROBBA, 2018). Após a meningite viral, a meningite bacteriana apareceu em segundo lugar nas pesquisas de Gonçalves e Silva e Mezarobba (2018),

Mendes et al. (2022) e Ferreira e Oliveira (2022), bem como nos resultados do presente estudo, com 38 casos.

Além disso, Mendonça e Paula (2008) relatam em sua pesquisa, durante os anos de 1992 a 2001 no estado do Paraná, que a incidência de casos de meningites virais concentrou-se na porção norte-noroeste-sudoeste do estado, visto que essas áreas apresentam maiores médias térmicas anuais. Ainda, Mendonça e Paula (2008), colocam que essa relação da “ocorrência das meningites virais no Paraná e a temperatura do ar revela-se um tanto evidente, o que leva a pensar que dentre os vírus causadores desse tipo de meningite prevaleçam os enterovírus, cuja incidência eleva-se nos meses quentes do ano”.

Ao contrário, Souza et al. (2020) e Dias et al. (2017), em suas pesquisas voltadas para a região Norte do Brasil, durante os anos de 2010 a 2019 e 2012 a 2015, respectivamente, encontraram que a maior incidência de casos foram de meningites bacterianas. As meningites virais apareceram em segundo lugar nas suas pesquisas. De acordo com Souza et al. (2020), o fato de o número de casos de meningites bacterianas ser maior que o número de casos de meningites virais na região Norte, deve-se a “ineficiência das campanhas de vacinação regional, haja vista estas etiologias serem passíveis de prevenção”.

Entre as meningites causadas por bactérias, a Meningite Meningocócica + Meningococemia (MM+MCC), no presente estudo, registrou 21 casos, seguida da Meningite por *Streptococcus pneumoniae* (MP), com 20 casos, enquanto que a Meningite Meningocócica (MM), registrou 12 casos. Esses valores estão concordantes com Gonçalves e Silva e Mezarobba (2018), que relataram em sua pesquisa a meningite causada por *Neisseria meningitidis* com maior destaque, seguida da meningite por pneumococo.

Dias et al. (2017), registrou na região Norte, durante os anos de 2012 a 2015, um maior número de casos de meningite por *Streptococcus pneumoniae*, seguida por meningite tuberculosa, meningite meningocócica, meningococemia, meningite meningocócica + meningococemia, Meningite por *H. influenzae* e Meningite por *S. pneumoniae*. Já Souza et al. (2020), durante os anos de 2010 a 2019, em Belém-PA, demonstrou que a meningite tuberculosa foi a mais frequente, seguida de meningite por meningococo, meningite por pneumococo e meningite por *H. influenzae*. Ainda, Souza et al. (2020), coloca que “a maior taxa de casos de meningite tuberculosa em

relação às outras meningites bacterianas na região possivelmente está relacionada à alta incidência regional de tuberculose”.

A meningite por *Haemophilus influenzae*, no presente estudo, registrou 3 casos. Esse resultado está de acordo com os encontrados pelos autores Dias et al. (2017) e Souza et al. (2020). Gonçalves e Silva e Mezarobba (2018), colocam que o menor número de meningite por *Haemophilus influenzae* “comprova a diminuição de casos após a implantação da vacina ao longo do tempo de uso”. Ainda, no Informe Epidemiológico das Meningites, entre 2018 a 2022, no estado do Rio Grande do Sul, “todos os anos identificou-se meningite por *Haemophilus influenzae* em proporções menores às demais, o que provavelmente se deve à introdução da vacina contra este agente em 1999 no calendário básico do SUS” (RIO GRANDE DO SUL, 2023).

“O grupo dos meningococos, possuem sorotipos diferenciados. Sorotipo é o que caracteriza um microorganismo pela identificação de seus antígenos” (GONÇALVES E SILVA e MEZAROBBA, 2018). Os sorotipos registrados pelo presente estudo, que se destacaram foram, os ignorados ou em branco, totalizando 167 casos, sorogrupo B, com 15 casos, sorogrupo C, com 3 casos e W135, com 4 casos. Gonçalves e Silva e Mezarobba (2018), em seu trabalho durante o ano de 2015, no Brasil, registrou o sorotipo C como sendo o mais comum, cerca de 60% dos casos. Ainda, o Informe Epidemiológico das Meningites, durante os anos de 2018 a 2022, no Rio Grande do Sul, afirmou que o sorogrupo C da doença meningocócica, causada pela bactéria *Neisseria meningitidis* (meningococo), também foi o mais prevalente na região e no Brasil (RIO GRANDE DO SUL, 2023). Ferreira e Oliveira (2022), por sua vez, relataram que durante 2010 a 2020, no estado do Paraná, o sorogrupo C, da mesma forma, registrou o maior número de casos, 209 respectivamente. Estes resultados discordam do encontrado pelo presente estudo, cujo maior número foi de ignorados ou em branco. O Informe Epidemiológico corrobora que “é importante destacar que a análise relacionada aos sorogrupos circulantes deve ser realizada com cautela, uma vez que a alta proporção de casos com informação ignorada ou em branco a prejudica” (RIO GRANDE DO SUL, 2023).

Outra possível explicação para o resultado discordante dos autores quanto ao resultado do presente estudo, que registrou apenas 3 casos do sorotipo C durante 2012 a 2022, é que no ano de 2010 houve a implementação da vacina meningocócica C conjugada, pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), ao calendário básico

infantil (NEVES et al., 2016). Administrada em duas doses, sendo a primeira entre os 3 e 5 meses de vida da criança e a dose de reforço entre os 12 e 15 meses (NEVES et al., 2016). Esse fato contribuiu para a diminuição no número de casos da doença.

Quanto ao critério confirmatório mais utilizado, os autores Gonçalves e Silva e Mezarobba (2018), registraram o exame quimiocitológico, nas regiões Sudeste e Sul com 2.873 e 1.189 análises, respectivamente, e 983, 259 e 175 análises nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, respectivamente. A cultura correspondeu a 579 análises na região Sudeste, 358 na região Sul, 137 na região Nordeste, 109 na região Centro-Oeste e 58 análises na região Norte. No presente estudo, o exame quimiocitológico também correspondeu ao maior número de análises, com 94 casos confirmados por esse método. Na sequência, apareceu a cultura e o PCR-viral, com 32 casos confirmados cada. Os resultados encontrados por Signorati e Signorati (2021), em sua pesquisa sobre a meningite na 7ª Regional de Saúde do Paraná, durante os anos de 2010 a 2019, corroboram com os do presente estudo, visto que 146 dos casos suspeitos da doença foram confirmados pelo exame quimiocitológico do Líquor. Segundo Cruz et al. (2020), o quimiocitológico “permite a contagem das células e as dosagens de glicose e proteínas do LCR. Traduz a intensidade do processo infeccioso e orienta a suspeita clínica”. Ainda, Signorati e Signorati (2021), registraram o diagnóstico clínico, PCR-viral e a cultura do líquor com os exames mais utilizados na sequência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados do presente perfil epidemiológico da meningite nos anos de 2012 a 2022, referentes a 5ª Regional de Saúde do Paraná, observa-se que o comportamento da doença tem similaridade com outros estudos. Foram notificados 189 casos confirmados durante este período. Constatou-se que os casos de meningite permaneceram endêmicos na região da 5ª Regional de Saúde com o maior número de casos nos anos de 2018 e 2019, com, respectivamente, 30 casos. O ano de 2020 registrou o menor número de casos, apenas 7, fato explicado devido ao início da pandemia de Covid-19, o que aumentou os cuidados de higiene, bem como as restrições e circulação das pessoas, colaborando para a diminuição da propagação

dos agentes etiológicos. Além disso, nota-se predomínio de casos de meningite na faixa etária de 40 a 59 anos, com 35 casos.

A meningite de etiologia viral foi a mais acometida, com 64 casos, seguida da bacteriana, com 38 casos. Dentre as meningites causadas por bactérias, a Meningite Meningocócica + Meningococemia apareceu em primeiro lugar, com cerca de 21 casos. A meningite por *Streptococcus pneumoniae* registrou 20 casos e a Meningite Meningocócica 12 casos. A meningite causada por *Haemophilus influenzae* registrou apenas 3 casos, evidenciando que após a implantação da vacina Pentavalente contra esse agente no calendário básico do SUS, houve-se redução no número de casos confirmados.

Dentro dos sorotipos registrados, os ignorados ou em branco apresentaram a maioria dos casos, 167 casos, destacando que a grande proporção de casos com informação ignorada ou em branco prejudica a análise dos sorotipos circulantes. Em segundo lugar apareceu o sorotipo B, com 15 casos, na sequência o sorotipo W135, com 4 casos e o sorotipo C, com 3 casos. O pequeno número registrado de sorotipo C explica-se devido a implementação da vacina meningocócica C conjugada no ano de 2010, o que contribuiu para a diminuição no número de casos da doença.

O diagnóstico precoce das meningites é muito importante para que o tratamento seja eficaz. O exame padrão-ouro para diferenciar as meningites é a cultura do líquido cefalorraquidiano. Entretanto, o exame que correspondeu ao maior número de análises foi o quimiocitológico, com 94 casos confirmados por esse método, visto que permite a contagem de células, dosagem de proteínas e glicose, mostra a intensidade da infecção, orienta a suspeita clínica, bem como, apresenta um resultado mais rápido que a cultura do LCR.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. H. da S. de. et al. Análise da incidência de Meningite Meningocócica em todas as faixas etárias antes e após a implantação da vacina meningocócica C (conjugada) no estado do Pará. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 4, p. 8650–8662, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico: Panorama da meningite pneumocócica no Brasil, 2007-2020, v. 51, n. 25, p. 21, Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Informe Epidemiológico: Dengue Arbovirose. Ano. 2023-2024, n. 20, 31 a 03 semanas epidemiológicas, 2024. Disponível em: <<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-sesa@1149d689-616a-4262-b9d3-cc7ee8aefe61&emPg=true>> Acesso em: 29 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de vigilância em saúde, ed. 3, p. 1-741, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan. Meningite. 2019. Disponível em: <<https://portalsinan.saude.gov.br/meningite>> Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. Comunicado. Brasília, DF, 2022.

BROUWER M. C. et al. Epidemiology, diagnosis, and antimicrobial treatment of acute bacterial meningitis. *Clinical Microbiology Reviews*, v. 23, n. 3, p. 467-492, 2010.

CARVALHO, L. do C. et al. O perfil clínico do paciente com meningite bacteriana: uma abordagem neurológica. *Revista Eletrônica Acervo Médico*, v. 2, p. 5-7, 2022.

COLMAN, V. P.; REDA, N. Aspectos epidemiológicos da meningite no município de Porto Nacional (TO), no período de 2014 a 2018. *Scire Salutis*, v. 9, n. 2, p. 49-59, 2019.

CORDEIRO, A. P. Pesquisa de biomarcadores e alvos terapêuticos para as meningites por meio da proteômica comparativa do líquido de pacientes. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de concentração em Biologia Celular e Molecular) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Centro de Pesquisas René Rachou, Belo Horizonte, p. 46-48, 2013.

CRUZ, J. V. N. S. et al. Perfil Epidemiológico das Meningites Virais ao Estado da Bahia entre 2007 e 2018. *Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria*, v. 24, n. 1, p. 18-29, 2020.

DIAS, F. C. F. et al. Meningite: aspectos epidemiológicos da doença na região Norte do Brasil. *Revista de Patologia do Tocantins*, v. 4, n. 2, p. 46-49, 2017.

FERREIRA, R. A. L.; OLIVEIRA, G. B. de. Aspectos epidemiológicos da meningite no estado do Paraná – Brasil. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 13, p. 1-10, 2022.

GONÇALVES E SILVA, H. C. G.; MEZAROBBA, N. Meningite no Brasil em 2015: O Panorama da Atualidade. *Arquivos Catarinenses de Medicina*, v. 47, n. 1, p. 34-46, 2018.

LIPHAUS, B. L. et al. Meningites Parasitárias e por Fungos: Diagnóstico e Caracterização Laboratorial dos Agentes Etiológicos. Boletim Epidemiológico Paulista, v. 19, n. 217, p. 1-10, 2022.

MENDES, K. F. et al. Perfil Epidemiológico da Meningite no Paraná: Um Estudo Ecológico. Cadernos ESP Revista Científica Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues, v. 16, n. 2, p. 40–46, 2022.

MENDONÇA, F.; PAULA, E. V. de. Meningites no Estado do Paraná: Uma Leitura Geográfica. R. RAÍE GA, n. 14, p. 127-143, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/meninpr.def>> Acesso em: 15 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/meninpr.def>> Acesso em: 22 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/meninpr.def>> Acesso em: 08 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/meninpr.def>> Acesso em: 08 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/meninpr.def>> Acesso em: 08 ago. 2023.

MORAES, G. F. Q. et al. Impacto da meningite entre os anos de 2010 a 2020 no Brasil: um estudo documental. Revista de Ciências Médicas e Biológicas, v. 21, n. 3, p. 505–513, 2022.

MOREIRA, A. P. Papel da via beta-amilóide- τ na disfunção cognitiva tardia na meningite bacteriana. 2017. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde). Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017.

NEVES, R. G. et al. Cobertura da vacina meningocócica C nos estados e regiões do Brasil em 2012. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, Rio de Janeiro, v. 11, n. 38, p. 1–10, 2016.

PIRES, F. R. et al. Utilização de escore e dosagem de lactato no liquor para diagnóstico diferencial entre meningite bacteriana e meningite asséptica. Revista Paulista de Pediatria, v. 35, n. 4, p. 369-374, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. Informe Epidemiológico das Meningites 2018-2022. Disponível em: <<https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/202301/26075005-informe-epidemiologico-das-meningites-2018-2022.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2023.

ROTELI-MARTINS, C. M. et al. Vacinação para doença meningocócica. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), n. 9, p. 3, 2022.

SANTOS, A. V. dos. Meningites. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Farmácia) - Faculdade de Farmácia, Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, p. 44-49, 2007.

SANTOS, T. M. dos. Avaliação do Perfil Epidemiológico dos pacientes notificados e diagnosticados com Meningite no Hospital Nossa Senhora da Conceição no período de 2006 a 2016. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, p. 8-9, 2017.

SIGNORATI, M; SIGNORATI, A. Características epidemiológicas da Meningite na 7ª Regional de Saúde do Estado do Paraná, no período de 2010-2019. Research, Society and Development, v. 10, n. 9, p. 1-10, 2021.

SILVA, L. H. V. et al. Meningite Viral. Revista Eletrônica Acervo Médico, v. 23, n. 4, p. 1-7, 2023.

SOUZA, E. F. M. et al. Análise do perfil epidemiológico de meningite na região metropolitana de Belém-PA em um período de 10 anos (2010 a 2019). Revista de Patologia do Tocantins, v. 7, n. 3, p. 11-17, 2020.

TEIXEIRA, A. B. et al. Meningite bacteriana: uma atualização. Revista Brasileira de Análises Clínicas, v. 50, n. 4, p. 327-329, 2018.

TUNKEL A. R. et al. Practice guidelines for the management of bacterial meningitis. Clinical Infectious Diseases, v. 39, n. 9, p.1267-1284, 2004

A IMPROVISAÇÃO COMO HABILIDADE DIANTE DA NECESSIDADE: A OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS COMO DESAFIO PRIMORDIAL NO ATENDIMENTO DOMICILIAR

Daniela Maria Gaio
Caroline Pan
Josemar de Fátima Graebin
Michel Andreola
Renata Vieira dos Santos Camargo
Oswaldo de Oliveira

RESUMO: Este trabalho, objetivou externar o uso da improvisação, por meio dos desafios e as possibilidades que são vivenciados por profissionais de saúde de diversas áreas, que estão inseridos no atendimento domiciliar, para otimizar os serviços, principalmente diante dos recursos escassos. Adotou-se a metodologia qualitativa, tipo relato de experiência, pesquisa em fontes diversas de dados, sejam elas: manuais, portarias e resoluções do ministério da saúde, artigos científicos, sites de instituições brasileiras e resumos científicos apresentados em anais de atenção domiciliar, além da descrição da própria experiência vivenciada. Os resultados obtidos demonstram que os profissionais de AD encontraram a improvisação em seu caminho ou utilizaram e ainda utilizam como estratégias úteis e inevitáveis nas ações em saúde. Desta forma, estão cada vez mais preocupados em sanar as barreiras, sejam físicas, materiais ou humanas, para a realização do atendimento, usando métodos para sistematizar e otimizar os serviços e recursos, possibilitando ações hábeis, úteis, de qualidade, onde os pacientes sejam atendidos na integralidade de que necessitam, mesmo diante da escassez de recursos, buscando evitar ou minimizar danos.

PALAVRAS-CHAVE: Improvisação. Recursos escassos. Saúde. Assistência domiciliar.

ABSTRACT: This work aimed to externalize the use of improvisation, through the challenges and possibilities that are experienced by health professionals from different areas, who are involved in home care, to optimize services, especially in the face of scarce resources. A qualitative methodology was adopted, such as an experience report, research into different sources of data, be they: manuals, ordinances and resolutions from the Ministry of Health, scientific articles, websites of Brazilian institutions and scientific summaries presented in home care annals, in addition to the description of one's own lived experience. The results obtained demonstrate that AD professionals found improvisation in their path or used and still use them as useful and inevitable strategies in health actions. In this way, they are increasingly concerned with overcoming barriers, whether physical, material or human, to providing care, using methods to systematize and optimize services and resources, enabling skillful, useful, quality actions, where patients are attended to in the entirety they need, even in the face of a scarcity of resources, seeking to avoid or minimize damages.

KEYWORDS: Improvisation. Scarce resources. Health. Home assistance.

1 INTRODUÇÃO

No Sistema Único de Saúde (SUS), a Atenção Domiciliar (AD) integra a Rede de Atenção à Saúde, que apresenta como objetivo atender o paciente em seu domicílio, podendo ser ações de promoção da saúde, prevenção e tratamento de doenças, reabilitação ou cuidados paliativo. ¹ (BRASIL, 2024).

A AD proporciona ao paciente um cuidado ligado diretamente aos aspectos referentes à estrutura familiar, à infraestrutura do domicílio e à estrutura oferecida pelos serviços para esse tipo de assistência. A AD está estruturada com Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), dentre os quais, o Programa Melhor em Casa, o qual possui como objetivo a desospitalização, racionalização do uso de leitos hospitalares, redução de custos e organização do cuidado centrado no paciente/família ¹ (BRASIL, 2024).

A assistência domiciliar prestada pelo Programa Melhor em Casa é definida como uma modalidade assistencial substitutiva ou complementar, prestada no domicílio, e envolve um conjunto de práticas que podem abrigar procedimentos de média e alta densidade e complexidade tecnológicas. ² (SILVA, BRAGA, SILVA *et al*, 2022).

A AD configura-se como um espaço de atenção à saúde não tradicional, peculiar e favorável para a criação de novas tecnologias, visto que consiste em um cuidado extramuros das instituições de saúde, o qual possibilita aos trabalhadores da saúde, usuários e familiares, um movimento de invenção e incorporação de novas tecnologias para o trabalho em saúde. Assim, ressalta-se a importância de entender como implementar e avaliar apropriadamente os improvisos, criações e adaptações que partiram do uso dessas tecnologias.³ (FRANÇA, SILVA, 2022).

A improvisação, segundo o dicionário Oxford Languages⁴, significa aquilo que foi realizado sem preparação anterior, de improviso, representação de cunho experimental e didático em que a fala e os movimentos dos atores são realizados sem que tenha ocorrido prévio ensaio. Ocasionalmente e inadvertidamente ela é associada também a gambiarra, algumas vezes com linguagem conotativa pejorativa.

A habilidade da improvisação nunca foi caráter exclusivo da saúde, mas é uma das qualidades mais necessárias e utilizadas nesta área, assim como a flexibilidade e criatividade para resolver problemas ou conflitos, seja de ordem geográfica, logística, familiar, profissional, de recursos humanos ou materiais, buscando adaptar situações de forma a extrair o melhor com o que se tem, seja tempo, bens, serviços, recursos humanos ou físicos, dentre outros.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Todo profissional da saúde já necessitou improvisar em seu trabalho, seja em uma ação, na utilização de algum material/equipamento, seja no auxílio de alguma situação de atendimento de outro profissional, pois nada é previsível o tempo todo, apesar de planejarmos, inesperados ocorrem diariamente.

Em geral, estes improvisos são consequências da ausência de recursos que levam equipes e cuidadores/familiares a substituírem equipamentos ou insumos por algo similar, na perspectiva de garantir o cuidado ao paciente. ² (SILVA, BRAGA, SILVA *et al*, 2022).

Dentre os inúmeros desafios vivenciados pelos profissionais de saúde no atendimento domiciliar, estes já se iniciam no momento de receber um paciente no domicílio, seja na alta hospitalar ou adequação de equipamento(s) ou tratamento de uma doença ou sequela da mesma. Organizar e adequar o ambiente domiciliar de modo a garantir a possibilidade de continuação do cuidado, de forma segura e adequada. ⁵ (SANTOS, SILVA, 2018).

Na Equipe de enfermagem a improvisação pode estar: na adaptação do soro no cômodo mais confortável ao paciente; a utilização de luva para aquecer a pele para puncionar um acesso venoso; uso de travesseiros e almofadas para posicionar os membros, evitar atrito com feridas; uso de garrafa pets para fazer de lixeira para resíduos perfuro cortantes; caixa de papelão adaptada para o lixo contaminado; tala de papelão para fixação de acesso venoso; improvisar extensor para conexão com equipo; utilização de infusão para fechar sonda de gastrostomia; dentre outros.

Na Equipe Multiprofissional: uso de garrote como objeto de exercício para fisioterapia e fonoterapia, utilização de seringas para exercício miofuncional, rolhas, balões línguas de sogras, canudos. Uso de embalagem de alimentos para ilustração nas orientações nutricionais, uso do tempo da visita domiciliar da equipe compartilhada, pois enquanto Fisioterapeuta, Nutricionista ou Fonoaudióloga, atendem o Psicólogo acolhe e escuta o familiar, Técnico de enfermagem afere sinais vitais algum dos profissionais escreve no prontuário.

O veículo de transporte das equipes SAD e Multiprofissional, também podem exigir imprevisto e frequentemente ocorre, em situações como: pneu furado, ter que ir abastecer, ter portas ou vidros que não fecham direito, banco que não abaixa ou eleva, ar condicionado não funcionando, tudo isso exige habilidade de resolutividade e

improvisação para que os pacientes não sejam prejudicados com a falta de atendimento ou a equipe com perda de tempo de atendimento.

Na otimização de uma equipe que está indo no paciente levar os materiais que falta para o paciente que precisa, para o outra não precisar se deslocar até o paciente.

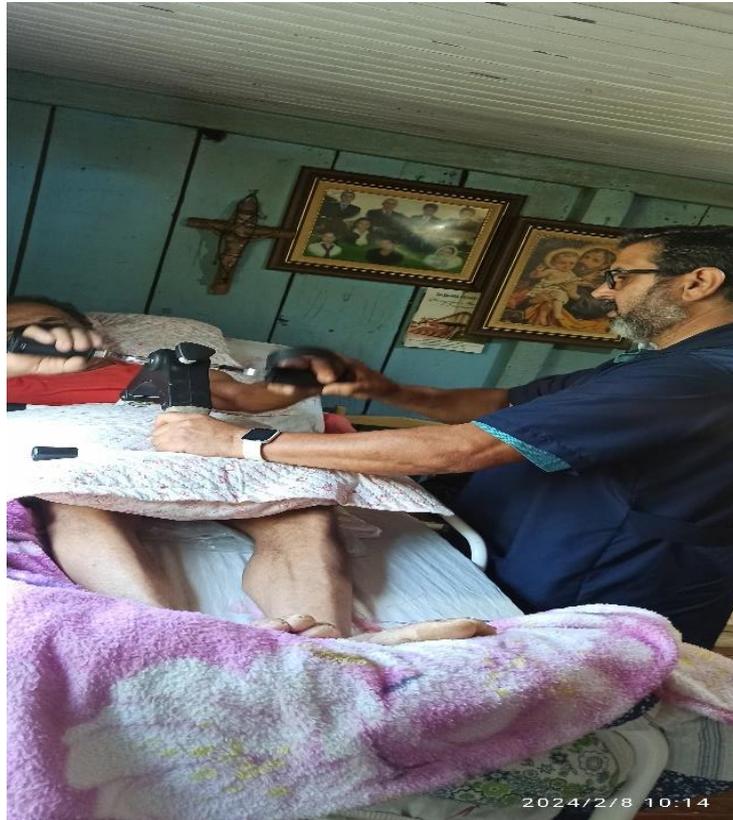
Logo abaixo, seguem imagens onde se apresentam alguns improvisos necessários para o atendimento ao paciente no domicílio.



Uso de lanterna do celular para auxiliar na visualização da assistência à fonoaudióloga.



Realização de medidas antropométricas para cálculo aproximado de peso.



Equipamentos e materiais para realização de fisioterapia motora/respiratória.



Improvisação com um prego na parede para suporte da solução fisiológica para hidratação. Posicionamento para realização de punção de acesso venoso periférico.



Improvisação porta-chaves para suporte de solução fisiológica para administração de noripurum endovenoso.



Improvisação de suporte pela fisioterapia para auxiliar no fortalecimento muscular/motor do paciente.



Improvisação de espaço para realização de fisioterapia, com suporte que a equipe possa precisar no momento (cilindro de oxigênio). Outro profissional realizando a anotação no prontuário.

Não há equipe alguma ou profissional que nunca foi pego de surpresa diante do cômodo escuro para avaliação, diante da falta de alimento adequado para avaliar as funções neurovegetativas ou de local para suporte do soro, linha, falta de algum material que precisou emprestar de outra equipe, dentre outras situações.

Assim, há necessidade de adaptação constante. Cada paciente tem necessidades e condições de saúde específicas, exigindo abordagens individualizadas. A capacidade de adaptar as estratégias de tratamento à evolução das condições de saúde do paciente requer flexibilidade por parte de toda equipe multiprofissional da área na AD.

Muitos pacientes possuem múltiplas comorbidades e condições crônicas, que exigem da equipe, além do planejamento, acompanhamento de suas condições biológicas diárias, para definir as possibilidades terapêuticas do dia, quais ações e exercícios são possíveis de serem realizados no dia ou qual a orientação para o caso.

Assim como descrevem outros artigos, estes improvisos são consequências da ausência de recursos, os quais levam equipes e cuidadores a substituírem equipamentos ou insumos por algo similar, na perspectiva de continuar o cuidado ao paciente² (SILVA, BRAGA, SILVA *et al*, 2022),³ (FRANÇA, SILVA, 2022).

Com isso o que queremos relatar aqui é que não há barreira alguma que impeça um serviço de ocorrer quando se quer fazer acontecer, quando a equipe é unida e um

auxilia o outro mesmo diante da sua ignorância na outra área, e isso é um incrível presente que recebemos, o conhecimento compartilhado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação na saúde, exige que estejamos sempre dispostos a enfrentar o inesperado, pois nem tudo é previsível. A atuação na saúde exige e exigirá cada vez mais união de esforços, de ideias, compartilhamento de materiais, tempo, conhecimento, buscando dinamismo, resolutividade dos problemas, sem prejuízo ao indivíduo atendido e ou familiares/cuidadores.

Os trabalhos apresentados neste estudo demonstram diversos tipos de desafios enfrentados pelas equipes de atenção domiciliar, como a busca para adaptar-se ao ambiente da residência e utilização de recursos da própria residência do paciente ou do serviço de saúde, para realizar suas terapêuticas.

Existe também a preocupação com a eficácia das atividades realizadas em domicílio, o respeito à cultura e condição socioeconômica dos pacientes, centralizando a família e paciente nos cuidados. Assim, neste trabalho, objetivou-se externar o uso da improvisação, por meio dos desafios e as possibilidades que são vivenciados por profissionais de saúde de diversas áreas, que estão inseridos no atendimento domiciliar, para otimizar os serviços, principalmente diante dos recursos escassos.

Essa prática se destaca, pela capacidade de oferecer intervenções úteis e funcionais, precisas e adaptadas ao ambiente domiciliar, considerando as limitações e necessidades individuais de cada um, sem prejuízos aos mesmos.

Constatou-se que no contexto de saúde, no atendimento domiciliar, enfrenta-se o inesperado, com uma série de desafios complexos, incluindo a diversidade das condições de saúde dos pacientes, a necessidade de adaptação de técnicas terapêuticas ao ambiente domiciliar, a escassez de recursos adequados, a demanda por profissionais capacitados e a garantia da continuidade e efetividade dos cuidados. Essa prática requer a integração multidisciplinar e multiprofissional, o constante aprimoramento das diretrizes, condutas e protocolos, além da ênfase na avaliação individualizada e na monitorização contínua para oferecer um tratamento seguro, efetivo e direcionado às necessidades específicas de cada paciente.

Conforme as necessidades diárias dos mesmos foram descritos diferentes improvisos, criações e adaptações no ambiente doméstico com a finalidade de assegurar que a assistência seja realizada. As experiências dos profissionais da equipe também influenciam na habilidade de tornar uma improvisação útil e efetiva a cada caso.

Os resultados indicam que a presença de adaptações no domicílio se configura como uma resposta da ação consciente do profissional que se manifesta durante todo o processo prático em busca de transformar uma realidade. Neste sentido, a prática de adaptar/improvisar retrata a lógica presente no trabalho, entre não ter o recurso e, concomitantemente, ter que prestar a assistência.⁶ ANDRADE, A.M., SILVA, K.L.

Essa concepção se evidencia como determinante perante a imprevisibilidade durante a atividade prática, na qual a ação consciente busca adequar o conhecimento científico (resultado ideal) ao resultado real na realização do cuidado. Desta forma, o resultado ideal na AD, é a realização de uma ação de cuidado que atenda às exigências científicas, mas que, pela adequação necessitada, o resultado real é o cuidado realizado da melhor forma possível, sem prejudicar o paciente, atuando de modo que adapte a situação, de acordo com os meios, para alcançar um resultado desejado.

A partir do exposto, orientam-se práticas de incentivo a políticas públicas, o relato de experiências, o incentivo a capacitações, novas tecnologias, dentre outros recursos em saúde que possam ofertar qualidade e efetividade no atendimento ao paciente, família, cuidador e as equipes na saúde, principalmente na AD.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção Domiciliar. Sobre a Atenção Domiciliar. 2024. Acessado em 06 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/dahu/atencao-domiciliar>

Silva K L, Braga P P, Silva A E, Lopes L F L, Souza T M. Discursos sobre tecnologias na atenção domiciliar: contribuições entre inovar, inventar e investir. *Ver Gaúcha Enferm.* 2022;43:e20200491. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2022.20200491.pt>

FRANÇA, BD, SILVA, KL. Improvisos, criações e adaptações no trabalho de enfermagem na atenção domiciliar. *Anais do 13º Congresso Internacional da Rede Unida.* v. 4, Suplemento 1 (2018). ISSN 2446-4813: Saúde em Redes

Suplemento, Anais do 13^a Congresso Internacional da Rede UNIDA, 2022. Acessado em 06 de maio de 2024. Disponível em: <http://conferencia2018.redeunida.org.br/ocs2/index.php/15CRU/15CRU/paper/view/14676/0>

“Improvisação”. Oxford, English, Dictionary, 2024.

SANTOS, EA, SILVA, JCMC. Atenção domiciliar: desafios e possibilidades para a equipe de saúde. Revista Científica Eletônica de Ciências Aplicadas da FAIT, n. 1, maio, 2018. ISSN 1806-6933. Acessado em: 06 de maio de 2024. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/2oxYL8MKBNI9xW8_2020-7-24-18-25-10.pdf

ANDRADE, A.M., SILVA, K.L. Adaptações e invenções na práxis da enfermeira na atenção domiciliar: implicações da prática reflexiva. Escola Anna Nery, 2018; 22(3):e20170436. DOI: 10.1590/2177-9465-EAN-2017-0436. Acessado em 11 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/nKdk9fFBYrxxZ9gj9zp548L/?format=pdf&lang=pt>

O JURIDIQUÊS COMO DIVISOR ENTRE DIREITO E SOCIEDADE

Ana Paula Zaroski
João Ricardo Ribas Teixeira
Eduardo Russo Ramos

RESUMO: O presente trabalho busca analisar a relação entre Direito, Linguagem e Sociedade. Através de bases históricas, filosóficas e sociológicas, navegando do direito romano até sua moderna recepção, a neo-pandectística, o objetivo da presente pesquisa é analisar a utilização do latim no direito moderno. Entende-se que tal tradição ignora a desigualdade social, aprofundando a distância entre as classes altas e baixas, além de criar obstáculos ao acesso à justiça. Busca-se, portanto, explorar a relação entre a segregação social e o uso da linguagem jurídica, com foco no “juridiquês”. Com o passar do tempo, resta explícito o desapego de elementos culturais, entretanto, alguns aspectos permanecem até a atualidade, tal qual o próprio judiciário, o que justifica o fato do latim o ter acompanhado, mantendo o seu uso no “juridiquês”. Todavia, apesar da sua utilização haver se tornado uma tradição moderna oriunda do fascínio para com o direito romano, o latim tornou-se uma língua morta, deixando de ser estudada, a não ser por grupos restritos de indivíduos, os quais, na maioria das vezes pertencem às classes mais altas da população, razão pela qual se torna problemática a sua utilização em momentos relacionados ao público em geral, que, especialmente em relação aos seus direitos e deveres, merecem informações claras e de fácil compreensão. A finalidade da pesquisa é ampliar o conhecimento de forma explicativa, buscando entender os fatores que contribuíram e contribuem para a ocorrência do fenômeno do “juridiquês” e qual seu significado para a experiência jurídica moderna. Com um enfoque zetético, a pesquisa será qualitativa, portanto, bibliográfica, buscando fontes imediatas para a sua realização.

PALAVRAS-CHAVE: Direito. Sociedade. Comunicação. Linguagem Jurídica. Juridiquês.

ABSTRACT: This work seeks to analyze the relationship between Law, Language and Society. Through historical, philosophical and sociological bases, navigating from Roman law to its modern reception, neo-pandectistics, the objective of this research is to analyze the use of Latin in modern law. It is understood that this tradition ignores social inequality, deepening the distance between the upper and lower classes, in addition to creating obstacles to access to justice. The aim, therefore, is to explore the relationship between social segregation and the use of legal language, focusing on “legalese”. Over time, the detachment of cultural elements remains explicit, however, some aspects remain to this day, just like the judiciary itself, which justifies the fact that Latin has accompanied it, maintaining its use in “legalese”. However, although its use has become a modern tradition arising from the fascination with Roman law, Latin has become a dead language, ceasing to be studied, except by restricted groups of individuals, who, in most They often belong to the highest classes of the population, which is why their use becomes problematic in moments related to the general public, who, especially in relation to their rights and duties, deserve clear and easy-to-understand information. The purpose of the research is to expand knowledge in an explanatory way, seeking to understand the factors that contributed and contribute to the occurrence of the phenomenon of “legalese” and what its meaning is for the modern legal experience. With a zetetic approach, the research will be qualitative, therefore, bibliographic, seeking immediate sources for its completion.

KEYWORDS: Law. Society. Communication. Legal Language. Legalese.

1 INTRODUÇÃO

O direito nasce com a sociedade, mesmo que inconscientemente, de forma a regulá-la e manter a ordem entre os indivíduos que coexistem nela. Segundo o Dicionário Online de Português, Direito define-se como “Reunião das regras e das leis

que mantêm ou regulam a vida em sociedade. [...] Ciência que estuda essas normas, leis e regras, em seu aspecto geral ou particular”. Entende-se, portanto, que, conforme cita Nader (2022, p. 26): “o Direito não tem existência em si próprio. Ele existe na sociedade”. O fato social do Direito, o estopim para o seu surgimento, é a vida em sociedade.

Tendo essa relação tão intrínseca, é de suma importância que o Direito esteja ao alcance de todos os cidadãos, independentemente de sua classe social ou nível de escolaridade. Todavia, a sua história, que remete a tempos longínquos, nos primórdios do surgimento dos agrupamentos sociais, demonstra que desde sempre houve quem foi mais privilegiado na sua aplicação, sendo mais forte ou influente na sociedade sobre os demais indivíduos. Como afirma Coelho (2021),

No estado de natureza, os conflitos se desenrolavam segundo a lei do mais forte. Era o padrão: o fisicamente mais avantajado sobrepujava o menos avantajado e impunha a sua vontade. Isso só não acontecia quando o mais fraco, por astúcia ou sorte, neutralizava momentaneamente a vantagem da força bruta do outro.

O conflito entre os humanos atendia ao mesmo padrão da lei do mais forte antes de a espécie adotar uma estratégia extraordinariamente sofisticada de desenvolvimento e reprodução. (COELHO, 2021, p. 51).

No Brasil não é difícil enxergar a grande desigualdade social que assola o país. Cada dia que passa, os pobres ficam mais pobres, enquanto os ricos ficam mais ricos, gerando praticamente duas sociedades distintas: a sociedade dos abastados e a sociedade dos necessitados. O que se busca do Poder Judiciário pelos seus interessados, independentemente de sua classe ou posição social, é a defesa de seus direitos. Conforme o art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil,

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (BRASIL, 1988).

Ou seja, todos os indivíduos são portadores de direitos e deveres que lhes são assegurados de forma legal. Caso venham a ser violados, podem recorrer ao judiciário para garantir seu cumprimento. Nesse âmbito, entretanto, observam-se discrepâncias entre a teoria e a prática. Um direito que se propõe “universal”, que visa ultrapassar quaisquer preconceitos ou distinções, distancia-se de seus principais interessados ao

se utilizar de uma linguagem antiga, praticamente restrita aos estudiosos da matéria, passando a abranger cada vez menos grupos sociais, tudo em razão de um preciosismo histórico e certa busca por autoridade.

O direito segue atrelado à sociedade, adequando-se no que necessário. Todavia, observa-se que, atrelado ao direito, múltiplas expressões latinas sobreviveram ao tempo e às mudanças sofridas globalmente, expressões essas que não se adequaram à contemporaneidade, mantendo-se imutáveis.

Diversas são as dificuldades quanto ao entendimento da linguagem jurídica, pautada especialmente na utilização do latim. Expressões de fácil explicação no português surgem em latim, seja para não sofrerem alterações, seja para embelezarem o texto.

A aplicação do direito, das leis e normas, pode se dar facilmente através de uma linguagem simples e compreensível. No direito, todavia, compreende-se uma matéria própria, a hermenêutica jurídica, voltada para a interpretação das normas. Tem-se clara, dessa forma, a distinção entre a linguagem utilizada no âmbito jurídico e a linguagem coloquial.

Os estudos da linguagem, principalmente com a semiótica, que estuda os signos linguísticos, levam à conclusão de que a linguagem é arbitrária. Para Saussure (1986), os signos podem ser definidos como o conceito de "som-imagem", e não "nome e coisa". Isso posto, o vínculo entre som-imagem é arbitrário, não abrindo espaço para interpretações distintas. Em outras palavras, a hermenêutica jurídica vem para interpretar as normas sem destoar do significado inicial, mantendo a arbitrariedade dos signos linguísticos.

No entanto, não apenas por não possuírem o conhecimento jurídico específico para se defenderem em juízo, mas também por não entenderem a linguagem ornamentada que é utilizada, os cidadãos, muitas vezes deixam toda a dimensão jurídica das relações a cargo dos advogados e servidores públicos, deixando a tutela de seus direitos nas mãos de, muitas vezes, um completo desconhecido, pelo simples fato da dificuldade de compreensão do que poderia facilmente ser descrito com uma linguagem clara e objetiva. Observa-se, portanto, uma distância entre direito e sociedade causada, entre outras, pela utilização do tão conhecido "juridiquês", neologismo que remete à robusta e complexa linguagem jurídica supostamente

dominada pelos estudiosos do direito, de forma que as leis tornam-se uma realidade linguística distante da maioria da sociedade.

Dessa forma, com o presente trabalho, busca-se analisar a utilização do latim no direito moderno, com a relação entre direito, linguagem e sociedade. Objetiva-se explorar a relação entre a segregação social causada pelo uso da linguagem jurídica, com foco no *juridiquês*. Consequentemente, busca-se ampliar o conhecimento de forma explicativa, buscando entender os fatores responsáveis pela ocorrência do fenômeno “*juridiquês*” e seu significado para a experiência jurídica moderna. Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa terá um enfoque *zetético*, sendo qualitativa e, portanto, *bibliográfica*, buscando fontes imediatas para a sua realização.

2 A HISTÓRIA DO DIREITO

A partir do momento que os homens passaram a conviver em conjunto com os demais, nos primórdios dos agrupamentos e comunidades, fez-se necessário instituir regras para regular o convívio dos indivíduos. Segundo afirma Nader (2022, p. 24), “os conflitos são fenômenos naturais à sociedade, podendo-se até dizer que *lhe* são iminentes”.

Quando existe um conflito de interesses, seja qual for o motivo, haverá um impasse que as partes buscarão resolver, independentemente dos meios utilizados. O direito, por sua vez, busca amenizar tal situação, mediando o impasse e buscando uma solução que não prejudique tanto alguma das partes.

Têm-se registros da utilização de algo semelhante ao direito antes mesmo da criação da escrita, que se deu, aproximadamente, 4.000 anos antes de Cristo. Sendo necessária a aplicação de regras nos agrupamentos humanos, cada grupo determinava suas normas, que eram repassadas de forma oral (GRIVOT; ABEL; ARAUJO, 2017).

Na Antiguidade, o direito era explicado através do misticismo e da natureza. As bênçãos e punições eram decorrentes da vontade divina em relação à conduta humana, o que supostamente determinava as práticas legais e ilegais. Segundo Grivot, Abel e Araujo (2017), era frequente a aplicação da justiça por vingança coletiva, visando evitar a fúria dos deuses por meio da punição do indivíduo.

Apesar da ideia popularmente difundida de que o direito teve a sua origem em Roma, este devia muito às suas raízes gregas. A aparição dos sofistas na história ajudou a filosofia a deixar de lado a ideia de que as leis são única e exclusivamente criadas pelo divino. O direito grego deixou de ser mistificado e passou pela sua positivação, passando à análise da justiça mundana (LOPES, 2019).

À vista disso, o direito passou a basear-se nos costumes e tradições dos povos, possuindo diferenças geográficas e sociais, porém buscando o mesmo fim de punir os atos reprováveis. Com o passar do tempo, das mudanças filosóficas e sociológicas, o Direito manteve sua base, porém adequando-se às transformações sofridas pelas sociedades.

Com o crescimento das sociedades, tornou-se imprescindível que as regras fossem escritas. A tradição oral perdura, entretanto apenas com documentos escritos ela pode ser considerada legítima. Era necessário que se conservasse as normas a fim de poder aplicá-las no decorrer do tempo de forma homogênea, ou seja, sem alterações nos dispositivos em razão da perda ou da deturpação desses. Todavia, as normas eram escritas em documentos apartados, sem relação um com os outros, o que ocasionava diversas contradições entre esses.

Justiniano (482 d. C. - 565 d. C.), imperador do Império Romano Oriental, notando a decadência das instituições romanas, tendo em vista, especialmente, a queda de Roma e o fim do Império Romano Ocidental no ano de 476 d. C., observou que o direito romano se tornava cada vez mais uma diversidade de materiais jurídicos dispersos e contraditórios entre si. Por volta de 528 d.C. Justiniano nomeou uma comissão de juristas para compilar todas as informações disponíveis sobre o direito romano vigentes na época. Tal compilação recebeu posteriormente o nome de Corpus Iuris Civilis, sendo assim criado um documento normativo escrito, que pode ser considerado um dos primeiros passos rumo à codificação do direito (ALVES, 2018).

De acordo com o historiador do direito José Reinaldo de Lima Lopes, devido ao grande volume de material e às contradições presentes nesses, Justiniano:

[...] aboliu todos os livros dos juristas, e salvou apenas os maiores do período clássico. Proibiu toda referência à obra dos jurisconsultos não incluídas no Digesto e mandou queimar os manuscritos dos jurisconsultos excluídos (LOPES, 2019).

Não obstante, para evitar contradições entre os textos, ainda proibiu que fossem feitos comentários à compilação. Entretanto, devido ao grande número de peritos e ao fato de que cada um trabalhava com um ou dois materiais específicos de todo o conjunto, não foi possível evitar a ocorrência das referidas contradições (LOPES, 2019).

Durante o período da Alta Idade Média, meio milênio após a compilação, o Digesto acabou se perdendo. No entanto, como cita Guandalini Junior (2015) e Alves (2018), foram os mestres bolonheses os responsáveis pela redescoberta do saber jurídico-científico romano, tendo eles, ao final do século XI, começado a trabalhar sobre uma cópia do Corpus Iuris Civilis, a Littera Boloniensis, que foi reconstituída a partir da Littera Florentina.

Foi dessa forma, com o redescobrimto do Digesto, que o direito romano voltou à tona, se expandindo cada vez mais através de seu estudo nas primeiras faculdades de direito na Europa. Nesse momento, a recuperação do direito romano deixou de ser restrita à tradução dos documentos originais, passando a ser interpretada e aplicada no contexto social e servindo como base para um direito moderno, com bases romanísticas, porém num cenário completamente novo. Buscava-se compreender o direito e criar uma base atual, abstrata, para gerar um direito que se encaixasse no contexto histórico-cultural da época.

2.1 O DESAPEGO E O APEGO AO LATIM

Após a morte do imperador Justiniano, em 565 d.C., compreende-se um marco na história do direito romano, iniciando-se o seu desenvolvimento no Império Romano do Oriente. Com esse fato, a aplicação de seu compilado tornou-se difícil, por três motivos, conforme cita Alves (2018),

[...] 1º) a língua latina, usada na codificação, vai, a pouco e pouco, deixando de ser falada no Oriente, onde o idioma utilizado era o grego; 2º) no Corpus Iuris Civilis havia normas de direito romano clássico em desuso ao lado de preceitos jurídicos vigentes; e 3º) sendo cada uma de suas partes [...] um todo orgânico, onde se tratava, de maneira independente, dos diversos institutos jurídicos, havia dificuldades em coordenarem-se as normas, sobre cada um deles, existentes naquelas quatro partes. (ALVES, 2018, p. 84)

Por mais que a utilização do latim para reger o direito seja uma tradição oriunda da Roma Antiga, torna-se necessário adequar as normas de forma que as pessoas possam entendê-las. De nada adianta a criação de leis e a sua codificação se a sociedade não as consiga compreender.

Resta clara a convergência construída historicamente entre o direito romano e o direito moderno. Todavia, conforme defende Lopes (2019), o direito romano é trazido para uma sociedade cujas estruturas são completamente estranhas às de seu berço.

Entre os séculos XIII e XV o direito romano foi recepcionado por diversos países europeus, tais como Alemanha, França, Espanha e Portugal, a partir de onde o direito viria a se espalhar pelo globo e, assim, evoluir constantemente ao que se conhece hoje (ALVES, 2018).

No início do século XX, nota-se uma crise na tradição romanística na Europa, o que começa a distanciar o direito romano puro da sociedade, excluindo-o lentamente das grades curriculares de ensino, passando a utilizar-se do direito moderno e cada vez mais atual, adequado à sociedade (GUANDALINI JUNIOR, 2015).

Com isso, nos dias atuais, tem-se a neopandectística, ou seja, o estudo do direito romano a fim de transformá-lo em ferramenta para a experiência jurídica moderna, resgatando-o e trazendo de volta à modernidade. Como afirma Guandalini Junior (2015, p. 180):

Nas palavras de Pietro Costa, "[...] o neopandectista não interpreta, mas usa os textos do passado [...]", para construir esquemas, modelos e argumentos funcionais às necessidades cognitivas e práticas do presente. Uma estratégia bastante distinta, portanto, daquela adotada pela romanística antiga e medieval: o que interessa à romanística moderna não é a legitimidade fundadora do direito romano; tampouco a sua autoridade, a permitir interpretações inovadoras dotadas de validade jurídica; mas os seus conteúdos, como essência original dos institutos jurídicos do presente, e a sua lógica, padrão de sistematicidade a ser adotado pela ciência jurídica atual.

O fato é que, sendo o latim considerado uma língua morta, isso não apenas significa que essa linguagem não sofre alterações, mas também que estará disponível àqueles que têm condições de aprendê-la. Apesar disso, o latim foi “revivido” no direito moderno. Tal apego, por mais que tenha trazido junto de si alguns poucos termos imprescindíveis, tal como habeas corpus, por exemplo, se deu em virtude de um preciosismo.

Não se trata de uma linguagem como o português ou o inglês, as quais podem ser encontradas no dia a dia, mas sim uma linguagem utilizada majoritariamente pelos grandes estudiosos e até mesmo por uma parcela dos operadores do direito. Nesse sentido, pode-se inferir o uso desarrazoado das expressões latinizadas ao desejo de poder e de inflar o próprio ego, demonstrando a sua “superioridade” frente às demais pessoas, que não compreendem o que está sendo dito em sua frente, por mais que seja algo banal. Evidente a necessidade utilização de termos fundamentais para a matéria, tal como habeas corpus, como já citado, habeas data, ex tunc, ex nunc, ou ainda modus operandi; todavia, termos utilizados apenas para o embelezamento da peça, tal quais ab initio, ab ovo, actio nondum nata non praescribitur, ou ainda a Deo rex, a rege lex são o que tiram o caráter sério dos textos.

A utilização do juridiquês em seus termos latinizados, dessa forma, vem para frisar a suposta autoridade e poder portados pelos estudiosos do Direito, indicando como esses possuem, teoricamente, conhecimento da matéria em sua origem.

3 A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Não é de hoje que a desigualdade social é observada no país. Desde a chegada dos portugueses com a subjugação violenta dos povos originários da América, o sequestro e escravização dos povos africanos trazidos à força para o continente, já se pode notar a formação da estrutura social brasileira a partir da desigualdade e da segregação. Nota-se, especialmente após as “grandes navegações” nos séculos XV e XVI, um eurocentrismo frente a todos os demais povos, ideologia que impõe ao resto do mundo o modelo de desenvolvimento europeu (WOLKMER, 2006).

Obra da colonização portuguesa, nesse sentido, os europeus tomaram lugar no país, considerando-se superiores aos demais grupos sociais, tais como os indígenas e os negros aqui escravizados. A partir do momento em que se impõe a superioridade de um grupo sob o outro, principalmente com a utilização de força bruta e medidas coercitivas, aquilo marca o povo de forma negativa, dando a acreditar que não são melhores que os povos “superiores”.

No decorrer da história, não foram poucos os indivíduos que imigraram para o Brasil, seja em busca de uma vida melhor, ou para fugir da guerra. Foi dessa forma que a população brasileira se desenvolveu com tanta diversidade, sendo

descendentes direta ou indiretamente de povos estrangeiros, também com a miscigenação entre esses.

Isso posto, com a miscigenação de raças e com a grande extensão territorial, o povo, que já não era homogêneo, tornou-se mais diversificado ainda, misturando raças, culturas, costumes e religiões em um mesmo país, dificultando cada vez mais a ideia de manter o Brasil homogêneo e “elevá-lo” ao nível europeu. Os indígenas foram compelidos a seguir os moldes europeus, buscando apagar a sua cultura, de forma que “evoluíssem” tal como os seus colonizadores. Além da ideia de superioridade dos colonizadores, os indivíduos que não se adequavam aos moldes eram deixados de lado, observando-se, desde então, o fenômeno da segregação social no Brasil.

Com o passar do tempo, novos grupos foram ascendendo, rebaixando mais ainda os que já tinham sido deixados de lado. A desigualdade social tornou-se cada vez mais perceptível, obrigando os menos abastados a lutarem pela sua sobrevivência na sociedade com o pouco que tinham contra o excesso dos indivíduos considerados superiores, moldando a sua existência nos pequenos espaços deixados por esses. Dessa forma, dentro de uma mesma cidade era possível observar a divergência das habitações, por exemplo, com os menos abastados morando em cortiços precários nas avenidas, no meio de todos, enquanto os mais abastados viviam em casas de qualidade. Tal fenômeno ocorria, também, no Rio de Janeiro, a capital federal, o que poluía a beleza da cidade.

A cidade do Rio de Janeiro possuía má fama internacionalmente, em decorrência das diversas epidemias que assolavam a cidade, chegando a ser apelidada de “túmulo de estrangeiros”. Navios que passavam pela América do Sul evitavam atracar na cidade, com medo de que a tripulação fosse infectada com as doenças que se espalhavam de forma desenfreada. Visando tornar a cidade em algo atraente aos estrangeiros e digno de cartão postal, o presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902 – 1906) teve como plano principal de governo a modernização do porto, a reforma urbana e o saneamento básico, com a melhora das condições de higiene e o consequente controle das várias epidemias que assolavam a cidade, propondo uma reurbanização inspirada na reforma que Paris sofreu (MOURELLE, 2020).

A reforma, apelidada de “bota-abaixo”, consistiu na demolição de quarteirões inteiros, principalmente os cortiços, com a expulsão de mais de 14 mil pessoas de suas casas, deixadas sem lugar para se abrigar e sem qualquer solução por parte do governo, o que, por sua vez, desencadeou a migração das pessoas que habitavam os cortiços para as periferias, mais distantes da capital e geralmente encostadas no pé de morros. As construções eram feitas de madeira, de forma precária e amontoadas, o que fez com que os indivíduos fossem construindo suas casas subindo o morro (MOURELLE, 2020).

Durante esse período, em 1903, Oswaldo Cruz foi nomeado como Diretor Geral de Saúde Pública, visando combater as doenças que assolavam a capital. Ele apoiou as demolições e abertura de grandes avenidas, facilitando a circulação de ar, bem como determinou a exterminação de ratos a fim de combater a peste bubônica, havendo um período em que se ofereceu prêmios em dinheiro para quem levasse ratos mortos às autoridades – entretanto, frente à premiação, houve quem passou a criar ratos para receber por esses (MOURELLE, 2020).

Contra a febre amarela, passaram a atuar os “mata-mosquitos”, que possuíam autorização judicial para adentrar na casa das pessoas para realizar o seu trabalho. Quanto à varíola, desenvolveu-se uma vacina e viu-se necessária a implementação de uma lei que a tornasse obrigatória, frente à recusa da população de se imunizar. Dessa forma, permitiu-se a invasão das casas também pelos agentes de saúde, vacinando compulsoriamente os indivíduos (MOURELLE, 2020).

Não bastasse a demolição dos cortiços e expulsão dos indivíduos considerados “inferiores” do centro da cidade, a possibilidade de invasão domiciliar e vacinação compulsória gerou certa apatia para com os políticos, demonstrando como esses consideravam o povo marginal apenas como um empecilho à modernização, destacando cada vez mais a desigualdade social no país e a insignificância de determinados povos frente a outros.

A estruturação da sociedade brasileira se dá por classes, definidas pela cultura, costumes e poder. Conforme cita Ribeiro (p. 210, 1995), “[...] as classes ricas e pobres se separam umas das outras por distâncias sociais e culturais tão grandes quanto as que medeiam entre povos distintos”.

A divisão entre os indivíduos socialmente distintos demonstra que, não obstante fazerem parte de uma mesma sociedade, até mesmo uma mesma cidade,

durante a história, foram forçados a distanciar-se dos demais, dos mais favorecidos e, conseqüentemente, na visão desses próprios indivíduos, dos “superiores”, que subjugaram os menos abastados, expulsando-nos dos centros urbanos e marginalizando-nos, obrigando esses a habitarem lugares que poderiam facilmente ser considerados inabitáveis.

Ou seja, o distanciamento da sociedade, a subjugação dos indivíduos alheios aos ideais europeus e, conseqüentemente, marginalizados, traz à tona tamanha segregação que divide um mesmo povo em vários, com múltiplas diferenças étnicas, culturais, sociais e econômicas, cuja inserção num mesmo ambiente torna-se uma tarefa árdua e difícil, contrastando até mesmo o estilo de vida, nível de instrução e necessidade de trabalhar para conseguir viver com conforto versus a necessidade de trabalhar para sobreviver.

Enquanto alguns indivíduos podem se dar ao luxo de passar o tempo estudando, outros não dispõem do mesmo tempo livre, obrigando-se a trabalhar para sobreviver. Muitas vezes, a jornada de trabalho pode até não ser tão longa e desgastante, mas o deslocamento das favelas até o lugar do emprego é um fator determinante quanto ao tempo à disposição dos indivíduos, o que demonstra uma escravidão dos indivíduos para com a sua rotina, bem como a necessidade de priorizar o essencial à sobrevivência, deixando de lado tarefas “secundárias”, que tomam tempo, que poderia estar sendo utilizado para o trabalho, ao invés de se adquirir conhecimento acadêmico ou dispor de momentos de lazer. Assim, além da desigualdade, as prioridades dos indivíduos também são distintas, divididas entre sobreviver e viver, a depender do grupo social que se tenha em tela.

4 O JURIDIQUÊS CONTRA A SOCIEDADE

Como já visto, o latim acompanhou o direito moderno ocidental por toda a sua história, proporcionando o surgimento do tão famoso “juridiquês”. O “juridiquês” nada mais é do que a forma como é denominada a linguagem jurídica característica, repleta de jargões, adornos e excessos; assim como existe o “economês” que, é a utilização de termos específicos do mercado financeiro, seguindo a mesma linha do juridiquês, porém em outra matéria.

Todavia, há de se considerar que, enquanto o direito acompanhou e se adaptou às mudanças da sociedade, o latim manteve-se imutável, tal como a língua morta que é. Apesar da dificuldade de encontrar falantes desta língua, ela continua sendo utilizada em diversos termos, os quais poderiam facilmente ser utilizados em uma linguagem mais acessível, como o português ou, em casos em que se faça extremamente necessário, o inglês ou o espanhol. De nada adianta tornar uma matéria completamente rebuscada se isso a torna de difícil compreensão, tornando-a praticamente inacessível a determinados grupos sociais.

No âmbito biológico ou paleontológico, por exemplo, os nomes científicos dos animais são registrados em latim pelo fato da língua não sofrer alterações gramaticais e, portanto, permanecerem imutáveis. No entanto, caso apareçam em uma situação pública ou uma notícia, sempre, ou quase sempre, estão seguidos pelo nome popular. Os nomes populares são mais utilizados, o que garante maior entendimento do público em geral, não deixando o conhecimento restrito apenas a uma determinada classe.

Observa-se, por exemplo, que o pássaro *Pitangus sulphuratus* é completamente desconhecido por esse nome, utilizado para registros científicos, enquanto o pássaro bem-te-vi é conhecido por todos. O mesmo ocorre com os pássaros *Vanellus chilensis*, ou quero-quero, e o *Tyrannus savana*, conhecido como “tesourinha” ou “tesoureiro”.

Num salto direto para a área jurídica, observa-se claramente como a linguagem torna o direito pomposo: com suas expressões difíceis, bonitas e inteligentes, uma língua tão distante. Mas, de que adianta todo um embelezamento se ninguém a entende? Enquanto na biologia os nomes populares são utilizados em contextos que envolvam o público em geral, por qual motivo no direito há de ser diferente, utilizando-se das expressões latinas? Enquanto na biologia utiliza-se “quero-quero” para se referir ao *Pitangus sulphuratus*, no direito utiliza-se *Data vênia* no lugar de “com o devido respeito”.

Além do latim, o juridiquês compreende, principalmente, a utilização de palavras pomposas e adornadas. Palavras difíceis utilizadas para explicar coisas fáceis não apenas dificultam o entendimento da matéria bem como geram, em partes, uma sátira em relação aos estudiosos do direito – no imaginário social, aos estudantes recém ingressados no curso de direito se espera que comecem a “falar difícil”, com

palavras praticamente em desuso até mesmo na linguagem não coloquial, com o objetivo de se distinguirem dos demais.

Lendo o conto trazido na coluna Porandubas Políticas nº 384 de Gaudêncio Torquato (2014), “O ladrão de galinhas”, observa-se como a utilização de uma linguagem rebuscada, de difícil entendimento, apenas serve para segregar a sociedade entre os falantes da língua, que geralmente são da alta sociedade, dos demais, que, por consequência, são de classes mais humildes.

Certa vez, um ladrão pulou o muro da casa de Rui Barbosa para roubar uma galinha. No alvoroço, o grande tribuno acordou do profundo sono, e se dirigiu ao galinheiro. Lá chegando, viu o ladrão já com uma de suas galinhas, e passou o carão:

- Não o interpelo pelos bicos de bípedes palmípedes, nem pelo valor intrínseco dos retrocitados galináceos, mas por ousares transpor os umbrais de minha residência. Se foi por mera ignorância, perdô-te, mas se foi para abusar da minha alta prosopopéia, juro pelos tacões metabólicos dos meus calçados que dar-te-ei tamanha bordoadada no alto da tua sinagoga que transformarei sua massa encefálica em cinzas cadavéricas.

O ladrão, pasmo e sem entender patavina, tascou:

-Cumé, doutor, posso levar ou não a galinha? (TORQUATO, 2014, on-line).

Fosse apenas a população mais simples que não entendesse o “juridiquês”, entretanto, várias pessoas de níveis muito superiores carecem de entendimento neste ponto. Na seção de Márcio Barbosa Maia, “Rui Barbosa, o ladrão de galinhas e o juridiquês”, de 2010, é exposto um acontecimento onde o próprio decano de uma universidade, mais especificamente da Universidade de Brasília (UnB), não obteve êxito em sua tentativa de compreender uma sentença prolatada.

[...] o decano dirigiu-se à Procuradoria e, na condição de autoridade impetrada, solicitou-me um esclarecimento acerca de uma decisão do TRF da 1ª Região, no sentido de que a corte havia negado efeito suspensivo ao agravo regimental interposto da decisão que concedeu efeito suspensivo ativo em sede de agravo de instrumento interposto, à sua vez, em desfavor de uma decisão liminar exarada em mandado de segurança impetrado em 1º grau de jurisdição. O decano, depois de ler a referida decisão, indagou-me desconsertado: “O aluno fica ou sai da UnB?” (MAIA, 2010).

Ao ponto em que mesmo aqueles reconhecidos como instruídos e com domínio do assunto em nossa sociedade deixam de entender o que lhes querem dizer, qual é o sentido em manter uma espécie de código próprio, onde apenas uma parcela restrita é apta a compreender?

Segundo Penteado (2001, p. 1), “a Comunicação Humana compreende miríades de formas, através das quais os homens transmitem e recebem “idéias”, impressões e imagens de toda ordem”. Sendo assim, a comunicação é um instrumento através do qual se transmite uma mensagem inteligível e de compreensão possível. Para configurar a efetiva comunicação, deve-se considerar seis elementos: o transmissor ou emissor, o receptor, a mensagem, o meio, o referente e o código; podendo existir uma pluralidade destes, entretanto, na falta de qualquer um, não se configura comunicação. Em caso de falta do transmissor, não há ninguém que transmita a mensagem. Na falta de receptor, não há quem receba a mensagem, tornando inútil a sua transmissão. Se não houver mensagem ou referente, de forma alguma existirá qualquer comunicação que seja. Quanto ao meio, sendo este impertinente, turvo ou não sendo dominado tanto pelo emissor quanto pelo receptor, será impossível transmitir uma mensagem de forma correta, assim como não havendo domínio comum do código entre emissor e receptor, não haverá comunicação. (PENTEADO, 2001).

Contudo, além dos elementos supracitados, é necessário o entendimento das mensagens transmitidas. De nada adianta uma transmissão bem-sucedida, sem a compreensão do que foi repassado, ou seja, isso impede o sucesso da comunicação, restando esta inefetiva. Ademais, pode-se pensar em comunicação como o entendimento de uma mensagem transferida entre indivíduos.

Nota-se a preocupação com o entendimento dentro do próprio Poder Judiciário, no qual até mesmo a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB lançou uma campanha para simplificar a linguagem jurídica, no ano de 2005 (AMB, 2005). Analisando o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tem-se que: “art. 8º O advogado deve informar o cliente, de forma clara e inequívoca, quanto a eventuais riscos da sua pretensão, e das consequências que poderão advir da demanda”. Não obstante, o Estatuto da OAB prevê que: “art. 33º O advogado obriga-se a cumprir rigorosamente os deveres consignados no Código de Ética e Disciplina”. Sendo assim, é dever e obrigação do advogado utilizar-se de uma linguagem que seja inteligível ao cliente, a fim de deixar o cliente a par da situação do processo, evitando até mesmo a “decisão surpresa” à própria parte a qual é patrono.

Latiniza-se expressões que facilmente podem ser utilizadas em português apenas para demonstrar o grande conhecimento proveniente do estudo das ciências

jurídicas. Tem-se como exemplo, as diversas expressões utilizadas no direito civil, tais como *pacta sunt servanda*, que significa “pactos devem ser respeitados”, *ex positis et expositis*, que significa “isso posto, assim exposto”, ou ainda *ipsis litteris*, sendo “tal como está escrito”.

Observa-se, entretanto, que a utilização desenfreada dessas expressões pode levar a uma perda de credibilidade do autor. Este pode conhecer expressões, mas não toda a gramática da linguagem, podendo incorrer em erros gramaticais e de concordância, sujeitando o operador a erros que podem ser até mesmo grotescos.

Na literatura, uma obra clássica recomendada nos cursos de direito entra no mérito da dificuldade do acesso à justiça. Publicada em 1925, “O processo”, de Franz Kafka, demonstra claramente o que a dificuldade e o distanciamento do indivíduo à justiça causam. Em síntese, Josef K. foi condenado por um crime que desconhece, ninguém lhe informa o que aconteceu e passa toda a história sem saber por que foi acusado.

Em um trecho, no capítulo III, Kafka escreve:

– Ah, sim. – Concordou K. com um movimento de cabeça. – Estes livros serão evidentemente livros jurídicos. E o modo de exercer a justiça que aqui se tem exige que não somente se condene o inocente, mas que se faça, além disso, sem que este saiba por quê. (KAFKA, 2016, p. 83 e 84).

A utilização do juridiquês como linguagem exacerbada dificulta o acesso da sociedade à justiça, podendo, portanto, comparar-se ao livro de Kafka, sendo o indivíduo condenado ou, na melhor das hipóteses, absolvido, sem mesmo saber o porquê. É clara a forma que se restringe a linguagem dos operadores do Direito, de forma quase incompreensível, que para muitos torna-se de difícil compreensão diante da necessidade de se recorrer ao ordenamento jurídico para reivindicar seus direitos.

O acesso à justiça é um direito constitucional, previsto no inciso XXXV, do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil. Tais fenômenos presentes e frequentes no cotidiano da ordem jurídica brasileira turvam a própria intenção do legislador constituinte. Portanto, é imprescindível que se utilize uma linguagem que garanta a sua compreensão, interpretação e clareza, permitindo o acesso à justiça da forma prevista em lei. O distanciamento presente em situações em que o “juridiquês” é utilizado é um sinal não apenas da segregação que marca a formação do direito brasileiro, como também do distanciamento do próprio direito moderno e

contemporâneo em relação ao seu suposto papel, qual seja o de viabilizar a reivindicação e afirmação do direito democraticamente diante do Estado e da sociedade quando necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar o fenômeno do direito, desde seu significado histórico até seu desenvolvimento na sociedade brasileira, torna-se possível visualizar a forma como a linguagem jurídica contribui para a reprodução de distinções e segregações que marcam a sociedade, além de tudo, distanciando o direito dos seus maiores interessados – os cidadãos.

Através de todo período histórico, desde os primeiros agrupamentos, à elaboração do Corpus Iuris Civilis e do Digesto, sua perda e recuperação, e à formação do direito moderno, observa-se a metamorfose do direito, adequando-se e ajustando-se à sociedade. Todavia, as bases históricas que sustentavam a tradição jurídica romana desapareceram e, mesmo assim, a língua latina superou os revezes do tempo, aplicando-se até a atualidade, de forma distinta, intrinsecamente relacionada aos aplicadores da lei, que demonstram, através dela, seu suposto “elevado saber jurídico”.

O estudo da linguagem jurídica pode demonstrar como o direito brasileiro se desenvolveu através de uma matriz colonial e elitista marcada pela segregação e pela desigualdade social, objeto da operação e do estudo dos poucos que podiam e podem estudá-lo, dispondo da bagagem cultural e do tempo hábil para a formação de uma erudição intelectual que, muitas vezes, se distancia até mesmo da reflexão sobre as mazelas do país.

Torna-se problemática a ideia de reproduzir essa distância do direito em relação aos seus titulares, os cidadãos em geral, assim como do distanciamento do direito frente aos seus próprios aplicadores. Se até mesmo indivíduos letrados, estudados e especializados nessa área sofrem com a compreensão, quem dirá o povo em geral, determinado a sobreviver e ultrapassar as barreiras da desigualdade social, podendo tornar-se parte do que lhes foi historicamente negado.

O juridiquês serve não apenas para deixar a matéria pomposa e demonstrar poder, como também para elevá-lo acima da sociedade em geral, tornando-se, ainda,

praticamente inalcançável para os indivíduos marginalizados. Opta-se por substituir o que poderia facilmente ser explicado com palavras de simples e fácil entendimento por um discurso pomposo que supostamente demonstra o poder dos juristas e seu presumido conhecimento jurídico frente aos demais segmentos da sociedade.

Ocorre que, de tanto que se almeja atingir a demonstração de um nível elevado de erudição, os próprios operadores do direito deixam de se entender entre si, evidenciando muitas vezes que o “juridiquês” pode e deve ser repensado tendo por objetivo a sua substituição por uma linguagem mais inclusiva e de fácil entendimento, o que não é feito, possivelmente, por um preciosismo histórico e pelas relações de poder que consubstancia.

Como dito por Nelson Jobim, “falar difícil é fácil, o difícil é falar fácil” (FISCHER, 2018, on-line). Talvez se possa concluir: aprender a usar o “juridiquês” chega a ser fácil diante da tarefa de efetivar e concretizar os direitos e garantias fundamentais numa sociedade desigual.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Carlos Moreira. Direito Romano. 18. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros. Campanha pela Simplificação da Linguagem Jurídica será lançada às 11 horas. 2005. on-line. Disponível em: <<https://www.amb.com.br/campanha-pela-simplificacao-da-linguagem-juridica-sera-lancada-as-11-horas/>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). 2022. Disponível em: <<https://www.oab.org.br/visualizador/19/codigo-de-etica-e-disciplina>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8906.htm>. Acesso em: 28 jun. 2022.

COELHO, Fábio Ulhoa. UMA BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA DO DIREITO. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda, 2021.

Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/direito/>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FISCHER, Heloisa. Falar difícil é fácil, diz Nelson Jobim em crítica ao juridiquês. Comunica simples, ler, entender e agir. 2018. Disponível em: <<https://comunicasimples.com.br/2018/11/22/falar-dificil-e-facil-diz-nelson-jobim-em-critica-ao-juridiques/>>. Acesso em 20 mai. 2023.

GRIVOT, D. C. H; ABEL, H.; ARAUJO, M. de A. História do direito. Porto Alegre: SAGAH, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595021716/pageid/1>>. Acesso em: 26 nov. 2022.

GUANDALINI JR., Walter. Perspectivas da Tradição Romanística: passado e futuro do Direito Romano. Curitiba: UFPR, 2015. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2015v36n70p163>>. Acesso em: 26 nov. 2022.

KAFKA, Franz. O processo. 5.ed. São Paulo: Editora Martin Claret LTDA, 2016. LOPES, José Reinaldo de Lima. O DIREITO NA HISTÓRIA: lições introdutórias. 6. Ed. São Paula: Atlas. 2018.

MAIA, Márcio Barbosa. Rui Barbosa, o ladrão de galinhas e o juridiquês. 2010. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2010-mai-23/rui-barbosa-ladrao-galinhas-juridiques-decano-unb>>. Acesso em 28 jun. 2022.

MOURELLE, Thiago. Revolta da Vacina. 2020. Disponível em: <<http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/200-revolta-da-vacina.html>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 44. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

PENTEADO, J. R. Whitaker. A técnica da comunicação humana. 1.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

RIBEIRO, Darcy. O POVO BRASILEIRO: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. Course in general linguistics. Chicago: Open Court, 1986.

TORQUATO, Gaudêncio. Porandubas nº 384. 2014. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/porandubas-politicas/193982/porandubas-n-384>>. Acesso em 28 jun. 2022.

WOLKMER, Antonio Carlos. Fundamentos da história do direito. 3.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Taís de Fátima Zorek
Tatiana Lavall

RESUMO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se caracteriza por distúrbios comportamentais, sendo restritivos, repetitivos e apresentam seletividade alimentar e resistência a novos alimentos, sensibilidade oral, causando assim deficiências nutricionais ou sobrepeso e obesidade. As crianças com autismo geralmente têm preferência por alimentos ultra processados, têm dificuldades de se alimentarem em ambientes diferentes e na maioria dos casos desenvolvem problemas gastrointestinais que afetam diretamente os sintomas do autismo. Este trabalho teve como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre o comportamento alimentar das crianças que são portadoras do TEA. Com bases na revisão foi possível observar que a maioria das crianças autistas apresentam dificuldades em relação à alimentação, seja pelo excesso de alimentos ingeridos o que causa sobrepeso onde podem se desenvolver problemas como diabetes, hipertensão ou obesidade, ou seja pela baixa ingestão de alimentos, gerando déficit de nutrientes, desenvolvimento de alergias ou intolerâncias alimentares, problemas gastrointestinais e casos de seletividade alimentar. O tratamento para esses casos deve ser realizado com uma equipe multiprofissional, e de forma precoce, pois os sintomas podem ser aliviados. No entanto destaca-se a importância de mais estudos relacionados a este assunto, pois é possível perceber um aumento de casos de crianças diagnósticas com o Transtorno do Espectro Autista.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Crianças. Comportamento. Alimentos. Transtornos.

ABSTRACT: Autism Spectrum Disorder (ASD) is characterized by behavioral disorders, which are restrictive, repetitive and present food selectivity and resistance to new foods, oral sensitivity, thus causing nutritional deficiencies or overweight and obesity. Children with autism generally have a preference for ultra-processed foods, have difficulty eating in different environments and in most cases develop gastrointestinal problems that directly affect the symptoms of autism. This work aimed to carry out a literature review on the eating behavior of children who have ASD. Based on the review, it was possible to observe that the majority of autistic children have difficulties in relation to eating, either due to excess food intake, which causes overweight where problems such as diabetes, hypertension or obesity can develop, or due to low food intake, generating nutrient deficits, development of allergies or food intolerances, gastrointestinal problems and cases of food selectivity. Treatment for these cases must be carried out with a multidisciplinary team, and early, as symptoms can be alleviated. However, the importance of more studies related to this subject is highlighted, as it is possible to notice an increase in cases of children diagnosed with Autism Spectrum Disorder.

KEYWORDS: Autism. Children. Behavior. Food. Disorders.

1 INTRODUÇÃO

O transtorno do espectro autista (TEA), é uma condição no desenvolvimento neurológico, que se caracteriza por distúrbios comportamentais com déficits de comunicação e interação social. Tem comportamentos estereotipados, restritivos e repetitivos, apresentando seletividade alimentar, além de sensibilidade sensorial oral. Aparece geralmente antes dos 03 anos e geralmente é mais visto em meninos, pode acometer todas as etnias, condições socioeconômicas e regiões (FREITAS, BRASILEIRO, 2020; GOMES et al., 2020).

As causas não são definidas, porém ao longo da história surgiram várias teorias que tentavam explicar o surgimento do transtorno, o primeiro a falar sobre o autismo

foi o psiquiatra Leo Kanner, em 1943, porém as suas teorias já foram derrubadas. Mas na literatura encontram-se que as causas do autismo podem ser tanto genéticas como ambientais, ou até mesmo por fatos pré-natais ou neonatais (PAULA et al., 2020).

Nos portadores de TEA, é possível observar distúrbios na alimentação, o mais comum e frequente é a seletividade alimentar, por causa do comportamento restritivo, em alguns casos é notável que existe uma neofobia a novos alimentos, este tipo de comportamento acaba causando deficiências nutricionais. Além disso, os autistas têm muita sensibilidade e preferências por alimentos ultra processados e os carboidratos simples, podendo assim causar sobrepeso e obesidade (MORAES et al., 2021).

Além dos hábitos alimentares restritivos os autistas, na maioria das vezes apresentam problemas gastrointestinais, que afetam diretamente nos sintomas do transtorno, causando dores abdominais, vômitos, diarreias e constipação, além de provocar a irritabilidade e estresses no indivíduo. Muitos dos estudiosos trazem como solução destes problemas gastrointestinais, uma dieta restrita ao glúten e a caseína, pois são os principais causadores dessas alterações no sistema digestivo (CUPERTINO et al., 2019).

Estes pacientes têm direito ao atendimento especializado por uma equipe de multiprofissionais, medicamentos, informações e tratamentos. Se o diagnóstico for precoce são maiores os ganhos funcionais e melhorias para a vida desse indivíduo, encontra-se as Unidades Básicas de Saúde com Estratégias de Saúde da Família, que buscam aumentar a efetividade de ações das equipes de Atenção Básica, incluindo as ações para a precoce identificação do Transtorno do Espectro do Autismo (MAGAGNIN et al., 2018).

Pode-se citar também outros programas do governo federal que atuam em defesa das pessoas com deficiências, dentro das escolas o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem um importante papel na elaboração de cardápios especiais quando há a necessidade. Além disso, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) também faz parte das políticas públicas e busca promover hábitos alimentares saudáveis, pois é formada por uma equipe multiprofissional, intersetorial, e transdisciplinar, que atuam fazendo o uso de recursos e abordagens educativas. Dessa forma a EAN torna-se uma estratégia indispensável dentro das políticas públicas em relação a nutrição e alimentação (FRANÇA; CARVALHO 2017).

A intervenção do nutricionista neste aspecto tem sido vista como um agente adjuvante da terapia da TEA e é observado em alguns casos melhoras bastante

significativas e diminuição dos sintomas, já que a maioria dos portadores de TEA tem carências vitamínicas, aumento do estresse oxidativo e transporte de energia reduzido. A alimentação adequada pode diminuir as carências nutricionais além de reduzir os sintomas e na melhora do tratamento (LEITE et al., 2019).

Ao se observar estes estudos e a importância do tema, esta pesquisa tem como objetivo analisar o comportamento alimentar de crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, qualitativa, onde foram analisados e utilizados artigos científicos publicados sobre o assunto nos anos de 2005, 2006 e entre os anos de 2016 a 2021. Estes artigos foram encontrados em bases de dados como Google Acadêmico e *Scielo*.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Autismo, é uma síndrome comportamental, que atinge o sistema psiconeurológico e o desenvolvimento motor, comprometendo e dificultando a linguagem tanto verbal como a não verbal, a cognição, a socialização, fato que interfere na autossuficiência do indivíduo, além de apresentar um comportamento repetitivo, restritivo a interesses ou atividades (GOMES et al., 2017; PAULA et al, 2020).

Existem diferentes estudos teóricos que se propõem explicar o autismo ao longo da história. A primeira descrição foi apresentada pelo psiquiatra austríaco Leo Kanner, no ano de 1943, que observou e descreveu 11 crianças que apresentavam como, o principal sintoma a dificuldade de se relacionar com outras pessoas. Além de outras características como: severos distúrbios na linguagem, ecolalia, inversão pronominal, distúrbios na alimentação, estereotípicos e uma forte resistência a mudanças de rotinas (SANCHES; TAVEIRA, 2020).

Kanner chegou a nomear de forma primária o autismo como Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, que foi concebido como um distúrbio semelhante a esquizofrenia. Mais tarde ele distinguiu em dois quadros, que se relacionavam com a natureza básica do autismo à esquizofrenia infantil. No qual se encaixaria alguns casos clínicos, pois se tratava de uma desestruturação da personalidade a uma fase de desenvolvimento

estável. Embora configurasse o autismo dentro de um grupo de psicose infantil, ele sugeria que era necessário realizar investigações bioquímicas para que novas contribuições pudessem ser feitas ao estudo dessa desordem (FACION, 2013).

Além disso, este psiquiatra também abordou em sua obra “*Autistic disturbances of affective contact*” publicada em 1943, que a síndrome tem causa afetiva e não cognitiva. Trazendo mais tarde em outra publicação a “teoria mãe-geladeira”, se referindo às mães e aos pais como culpados pelo autismo de seus filhos. E com o passar dos anos, muitos estudiosos trouxeram outras teorias sobre as possíveis causas do autismo, porém a teoria de Kanner era fundamentada conforme a sua época. Mas ainda hoje pode-se perceber infelizmente que as mães de crianças autistas são de alguma maneira responsabilizadas pela síndrome mesmo sabendo de várias informações novas que demonstram o oposto (LOPES, 2017).

Esta abordagem que destaca a responsabilização da mãe foi muito mais difundida até meados dos anos 70, mas atualmente os estudos definem que o autismo é resultado de um conjunto de sintomas de forma orgânica, genéticas e neurológicas. Este aparece em cerca de vinte entre cada dez mil nascimentos e é quatro vezes mais comum em meninos do que em meninas. Até hoje não se conseguiu provar nenhuma causa psicológica no meio ambiente destas crianças que possa causar essa doença (SANTOS; COELHO, 2006).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) diz que a síndrome se manifesta invariavelmente antes dos 03 anos de vida da criança. Sua etiologia ainda é desconhecida, porém pode-se considerar de origem multifatorial que envolve aspectos ambientais, genéticos e epigenéticos. Algumas características podem aparecer entre os 4 e 8 meses de vida, com um atraso significativo no desenvolvimento motor e de fala. No entanto é necessário um diagnóstico com exames físicos, neurológico e psicopedagógico (SILVÉRIO et al., 2020).

2.2 POSSÍVEIS CAUSAS E CARACTERÍSTICAS DOS PORTADORES DE TEA

A causa do autismo ainda é desconhecida, porém existem alguns fatores como genéticos e ambientais que são citados de forma principal (MOREIRA, ALENCAR, 2018). Além de fatores pré-natais como rubéola materna e hipertireoidismo, e os natais; prematuridade, baixo peso ao nascer, infecções graves ao neonatais, traumatismo de parto, idade gestacional, como foi o parto e a etnia dos pais, também são possíveis influências no aparecimento do transtorno do espectro autista

(SANTOS, COELHO, 2006; PAULA et al., 2020).

Desde a década de 1940 surgiram inúmeras teorias que tentavam explicar a etiologia do autismo, sendo as principais; as Teorias Psicogênicas, as Teorias Biológicas e as Teorias Psicológicas. As Teorias Psicogênicas, foram as primeiras a trazer a hipóteses para explicar o autismo, onde de uma maneira geral o transtorno era definido como uma perturbação afetiva, onde a má relação entre mãe e filho era o desencadeador do transtorno (LOPES, 2017).

Alguns estudos recentes apontam que o ácido fólico, facilmente encontrado em alimentos verdes, como a rúcula, no fígado, nos grãos, sementes, e também em forma de suplementos e cápsulas. Tem um papel importante durante a gestação, pois o ácido fólico, auxilia no desenvolvimento do tubo neural do feto, desta forma contribui para a redução do desenvolvimento do TEA (SILVA, MENEZES, 2021).

O autismo, geralmente se têm início nos primeiros anos de vida, se manifesta em todos os grupos sociais, etnias e sexo, porém há uma prevalência no sexo masculino. O TEA também pode estar associado a mais transtornos como o déficit de atenção, hiperatividade, ansiedade, depressão, transtorno obsessivo compulsivo, epilepsia e transtornos genéticos (GOMES et al., 2020).

O autismo tem como principais características a dificuldade de comunicação e interação nas relações sociais, além de comportamentos repetitivos e restritivos, como também de problemas na cognição e um comportamento estereotipado. Os sinais variam entre as crianças, por isso que há uma divisão de categorias em graus; sendo eles, leve, moderado ou severo, indicando de formas diferenciadas as manifestações de cada autista e os seus sintomas (LOPES, 2017; PAULA et al., 2020).

Além destes sintomas e características os portadores de TEA podem ser bastante seletivos e restritivos em relação a alimentação e a novas experiências com alimentos, o que pode levar a transtornos na alimentação como a seletividade alimentar, podendo causar problemas de desnutrição e carências nutricionais (GOMES et al., 2020)

2.3 COMPORTAMENTO ALIMENTAR DO AUTISTA

A literatura traz que os portadores de TEA tem comportamentos alimentares marcantes como a seletividade alimentar, sendo persistentes ao novo, dificultando a inserção de novos alimentos e experiências. Durante a infância é comum problemas alimentares em 25% das crianças que são neurotípicas. Porém quando a criança tem

um desenvolvimento neuroatípico, como é o TEA, este número aumenta para 80%. A seletividade pode estar associada a disfunção do processamento sensorial, especificamente à sensibilidade sensorial oral (PAULA et al., 2020; MAGAGNIN, SORATTO, 2019).

Pode-se destacar que além da seletividade alimentar, normalmente apresentam uma dieta monótona, podendo levar a carências nutricionais, mesmo que a criança tenha uma dieta bastante variada e correta, ela precisa ter uma dentição adequada, para que haja uma boa mastigação para que a digestão e absorção sejam efetivas, fato que dificilmente acontece em crianças com TEA (MONTEIRO et al., 2021).

Estas alterações incluem a preferência por certas texturas, consistências, cores, sabores, odores, temperaturas, embalagens, têm uma dieta limitada, consome sempre os mesmos alimentos, não tem variação, limitação ao ambiente, pratos e talheres. Geralmente tem um baixo consumo de frutas e vegetais, o que pode estar ocasionando problemas nutricionais, sejam eles a desnutrição ou sobrepeso, além de poder estar relacionado a problemas gastrointestinais, disfunções cognitivas comportamentais (eixo cérebro-intestino), desequilíbrio dos minerais, intolerâncias e alergia (MAGAGNIN, SORATTO, 2019; GOMES et al., 2020).

2.4 ALTERAÇÕES NUTRICIONAIS EM PORTADORES DE TEA

Estes comportamentos já citados podem trazer distúrbios nutricionais já na infância e seguir para a vida adulta, gerando um consumo irregular, além de estar causando futuros problemas e maus hábitos alimentares, que geralmente são desenvolvidos na infância. Também podendo causar problemas no crescimento e desenvolvimento psicomotor, físico e intelectual, momento onde é necessário que haja uma alimentação adequada, balanceada e rica em nutrientes (PAULA et al., 2020). É possível observar que os autistas são bastante exigentes nas escolhas dos alimentos durante suas refeições, também é um momento estressante pois eles têm dificuldades ao sentar-se na mesa e não aceitam mudanças em sua dieta. Além de seletivas as crianças têm uma grande resistência a novos alimentos, caracterizando uma neofobia ao que é diferente, limitando a ingestão dos alimentos e dos nutrientes, também podem apresentar dificuldades na mastigação que estão associadas alterações sensoriais e comportamentais (SILVÉRIO, 2020; FREITAS; BRASILEIRO, 2020).

A maioria dos autistas preferem a alimentos como o leite e derivados,

refrigerantes, sucos adoçados, doces no geral, salgados, guloseimas, óleos e gorduras, pão, biscoitos, cereais matinais, massas, chocolates, geleias, e os alimentos ultra processados também fazem parte dessas preferências, pois são alimentos atrativos por causa das cores, aromas e texturas e sabor, porém são alimentos de alto valor calórico, com uso excessivo de conservantes, aditivos, xaropes, frutose, e adoçantes artificiais o que torna o alimento atraente e de uma duração maior, no entanto este tipo de alimentação é prejudicial aos portadores de TEA, onde pode vir a acontecer um agravamento dos sintomas nas crianças com autismo, pois esse consumo causa um desequilíbrio dos minerais (BARBOSA et al., 2020; MAGAGNIN, SORATTO, 2019; SOARES et al., 2016).

Crianças e adolescentes com TEA apresentam dificuldades alimentares como gasto incorreto de energia, desnutrição, perda de peso, ganho de peso, um alto índice de sobrepeso e obesidade, isso deve-se ao alto consumo de alimentos processados e ultra processados, carboidratos, preferência por doces e um baixo consumo de frutas e verduras, uma baixa variedade e recusa de alimentos (GOMES et al., 2020; MAGAGNIN, 2019).

Também é comum observar problemas gastrointestinais, essas alterações ocorrem por conta da diminuição da produção de enzimas digestivas, inflamação das paredes intestinais e permeabilidade intestinal alterada. Análises mostram que as alterações da microbiota intestinal dos portadores de TEA, estão presentes desde o nascimento, sendo assim a criança acaba não desenvolvendo corretamente. Alguns dos sintomas mais comuns são, dor abdominal, flatulências, diarreia, constipação, vômitos, irritabilidade, intolerâncias e alergias. Levando a problemas no sistema digestivo e podendo causar alterações comportamentais e cognitivas (FREITAS, BRASILEIRO, 2020).

É encontrado relatos de diversos pais que se dizem exaustos com as tentativas de ofertar alimentos novos, os filhos portadores de TEA se mostram sempre resistentes ao diferente, fazendo com que seus pais se sintam impotentes e fracassados em suas tentativas (MAGAGNIN et al., 2021).

Muitos estudos apontam o consumo do glúten e da caseína como um desencadeador de alterações da microbiota intestinal, podendo levar o indivíduo a desenvolver intolerâncias e alergias. Conforme Silva et al. (2019), foi possível observar que os portadores de TEA, que tinham um elevado consumo de alimentos ultra processados, caseína e glúten, tiveram uma piora significativa nos sintomas,

como a constipação, flatulências, distensão abdominal, refluxo e diarreia. Por isso, é aconselhado uma dieta restritiva ao glúten e a caseína, para que haja uma melhora nos sintomas tanto do trato gastrointestinal como no próprio TEA, gerando um aumento na permeabilidade gastrointestinal (ESTRELA, REZENDE, 2020). A alta prevalência de problemas gastrointestinais, leva uma associação entre a disbiose intestinal e alterações neurológicas em portadores de TEA (SILVA et al., 2020).

Portadores de TEA apresentam deficiências de minerais e de vitaminas, respectivamente, cálcio, magnésio, zinco e selênio, vitamina A, B1, B3, B5, B6, B9, B12. É possível observar um baixo consumo de proteínas, fósforo, riboflavina, tiamina e vitamina D. Este consumo inadequado eleva as carências nutricionais e acarretar na piora dos sintomas no indivíduo (SILVA et al., 2021; MAGAGNIN et al., 2021).

Crianças com o transtorno tendem a ter excesso de peso e sobrepeso até mesmo obesidade, estão mais sujeitas a desenvolverem problemas cardiovasculares, diabetes, hipertensão, e doenças psicossociais. Isso se deve se a má alimentação, inatividade física e isolamento social. Doenças e distúrbios que podem ser levados para a vida adulta, gerando assim um problema de saúde pública (NOBRE, MENEZES, 2020).

2.5 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS PORTADORES DE TEA

A educação nutricional e alimentar é permanente, transdisciplinar, intersetorial, e multiprofissional, que buscar promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis no contexto dos Direitos Humanos à Alimentação Saudável e na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2021). A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é articulada entre educadores e nutricionistas, (BRASIL, 2017).

O tratamento para os portadores deste transtorno deve ser realizado por uma equipe multiprofissional que possa atender a todas as necessidades, como: psicólogos, nutricionistas, fonoaudiólogos, fisioterapeuta, profissional da área de educação física. Estes profissionais devem trabalhar buscando a melhora dos pacientes, com atividades que tragam benefícios. Dentre estes profissionais pode-se destacar as intervenções do nutricionista, que busca a melhora nas questões relacionadas a nutrição e a alimentação dos portadores de TEA (MAGAGNIN et al., 2018).

Os autistas têm seus direitos assegurados na Lei Federal nº 13.146 de 2015,

conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, onde destina-se em assegurar e promover os direitos e liberdades da pessoa com deficiência em condições de igualdade, visando sua inclusão social de cidadania. É um dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar uma educação de qualidade e isenta de qualquer forma de violência, negligência ou discriminação. A educação é um direito da pessoa com deficiência e deve proporcionar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos, habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Além da lei que assegura todos esses direitos já citados acima, existem outros programas do governo federal que garantem a segurança alimentar e nutricional, como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), todos têm como objetivos assegurar os direitos humanos. O PNSAN organiza o SISAN que é um programa ligado ao PNAE. O PNAE tem como função oferecer uma alimentação adequada aos estudantes, além de garantir uma alimentação especial para os alunos que necessitem, como em casos de diabetes, intolerância à lactose, alergias alimentares e em outras necessidades de cardápio especial (ROSA, PAVÃO, MARQUEZAN, 2019, BRASIL, 2017).

Algumas atividades pedagógicas e lúdicas com os alimentos podem ser ótimas formas de incentivar o consumo variado de alimentos, além de ser uma estratégia para o tratamento da seletividade alimentar. É também uma maneira de realizar uma educação voltada para hábitos saudáveis pois está promovendo escolhas mais apropriadas e aumenta a variedade de alimentos, contribuindo para a melhora do estado nutricional do indivíduo (MAGAGNIN et al., 2018).

Uma alimentação adequada pode auxiliar na redução das deficiências nutricionais e sintomas de distúrbios alimentares, como os problemas gastrointestinais que geralmente os portadores de TEA apresentam (PAIVA, GONÇALVES, 2019). A literatura traz que para o tratamento dos distúrbios gastrointestinais surge a necessidade de se adotar uma dieta restritiva ao glúten e caseína. Ambos podem alterar a uma inflexibilidade alimentar com produção de anticorpos, como na doença celíaca. Para a melhora destes sintomas é realizado a substituição das farinhas que contém glúten, por farinhas de arroz e milho, no caso da caseína não é diferente, também é necessário a retirada do leite, glúten e dos derivados, porém é preciso fazer a reposição de cálcio no organismo (GOMES et al., 2016).

Esta dieta deve ser desenvolvida e supervisionada por um nutricionista, não pode feita de forma autônoma pode causar danos à saúde do indivíduo, a retirada desses alimentos da dieta pode causar um alívio nos sintomas gastrointestinais além de diminuir os distúrbios típicos do autista, como a irritabilidade, vômitos, até uma má absorção intestinal grave levando à desnutrição e atraso do crescimento (ROSA, PAVÃO, MARQUEZAN, 2019).

Em diversos estudos foi observado o excesso de alimentos ultra processados que contem altas quantidades de sódio, conservantes, açúcares, gorduras e aditivos. Existem diversos motivos para que o consumo deste tipo de alimento seja evitado, não apenas no caso de portadores de TEA, mas para todos os indivíduos. Pois estes alimentos tendem a causar graves problemas no organismo, além de gerar um desequilíbrio dos minerais. É recomendado a ingestão de alimentos *in natura*, minimamente processados, frutas, verduras, variar os modos de preparo e evitar os alimentos ricos em sal, açúcar (MAGAGNIN, SORATTO, 2019).

A terapia nutricional tem um papel de grande importância no tratamento e melhora nos sintomas, seletividades e sensibilidades alimentares, pois age de forma terapêutica onde visa ampliar as interações e benefícios no tratamento do autismo (LEITE et al., 2019).

Existem algumas técnicas para que as crianças e adolescentes portadores de TEA, juntamente com os familiares e possam superar ou amenizar os distúrbios alimentares. Algumas atividades sensoriais são: ouvir músicas sobre os alimentos, ofertar os alimentos com texturas diferentes, por exemplo, cozidos, papas, ralado, rodela, com a casca, sem a casca, inteiro ou cortado em diferentes formas. Sempre falar sobre as características dos alimentos, ter em mãos imagens de alguns alimentos e mostrar de forma rotineira e usar a criatividade na hora de montar os pratos, incentivar a criança ou adolescente a participar do processo de produção. E não se alimentar em frente à TV, computadores, tablet e celulares, procurar sentar-se à mesa e em um ambiente tranquilo (MAGAGNIN, SORATTO, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com bases nas pesquisas pode se verificar que os portadores de TEA são bastante restritivos e têm muitas dificuldades em relação a alimentação, na maioria é possível observar que a má alimentação pode causar ou desenvolver problemas de

saúde, seja pelo excesso ou pouca ingestão de alimentos, baixa variedade, intolerâncias, alergias e entre outros problemas. Mesmo com o aumento de casos diagnósticos atualmente se percebe que existem poucos estudos sobre o assunto, sendo assim necessário mais pesquisas sobre o tema, já que as pesquisas são grandes fontes de informações e de auxílio para os profissionais de saúde e para os familiares.

REFERÊNCIAS

CAETANO, M. V.; GURGEL, D. C. Perfil Nutricional de Crianças Portadoras do Transtorno do Espectro Autista. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 31, n. 1, p. 1-11, 2018.

COELHO, M.; SANTO, A. E. **Autismo: Perda de Contacto com a Realidade Exterior**, Ourique, Castro Verde: Aljustrel e Almodôvar, 2006.

CUPERTINO, M. do C. et al. **Transtorno do Espectro Autista: Uma Revisão Sistemática Sobre Aspectos Nutricionais e Eixo Intestino-Cérebro**. Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, p. 1-11, 2019.

ESTRELA, B. B.; REZENDE, P. A. F. de. **Análise do Comportamento Alimentar em Crianças Autistas**. 2020. 18 f. TCC (Graduação) – Curso de Nutrição, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2020.

FADDA, G. M.; CURY, V. E. **A Experiência de Mães e Pais no Relacionamento com o Filho Diagnosticado com Autismo**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Pontifícia Universidade Católica, Campinas SP, v. 35, p.1-9, 2019.

FÁVERO, M. Â. B.; SANTOS, M. A. dos. Autismo Infantil e Estresse Familiar: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Ribeirão Preto, p. 358- 369. Universidade de São Paulo, 2005.

FRANÇA, C. de J.; CARVALHO, V. C. H. dos S. de. Estratégias de Educação Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde: Uma Revisão de Literatura. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v.41, n.114, p.932-948, Julho-Setembro, 2017

FREITAS, L. L. G. de; BRASILEIRO, A. A. **Comportamento Alimentar de Autistas e Fatores Associados**. Pontifícia Universidade Católica, Goiânia, p.1-10, 2020.

GOMES, A. B. et al. Transtorno do Espectro Autista e Hábito Alimentar de Crianças e Adolescentes. **Research, Society and Development**, Centro Universitário Santo Agostinho. v. 9, n.10, 2020.

GOMES, V. T. S. et al. Nutrição e Autismo: Reflexões Sobre a Alimentação do Autista. **XX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XVI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VI Encontro de Iniciação à Docência**,

Universidade do Vale do Paraíba, 2016.

LEAL, M. et al. Terapia Nutricional em Crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Cadernos da Escola de Saúde**, Centro Universitário UniBrasil. Curitiba, v.1, n.13, 2013, p.1-13, 2013.

LEITE, M. A. C. et al. Intervenção Nutricional no Transtorno Espectro do Autismo. **Conexão Unifametro 2019: Diversidades Tecnológicas e seus Impactos Sustentáveis. VII Encontro de Iniciação à Pesquisa**. Centro Universitário Fametro – Unifametro, p. 1-6, 2019.

LOPES, B. A. Autismo e Culpabilização das Mães: Uma Leitura de Leo Kanner e Bruno Bettelheim. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's World's Congress**, Florianópolis, 2017.

MAGAGNIN, T. **Aspectos Alimentares e Nutricionais de Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista**. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado) – em Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019.

MAGAGNIN, T. et al. Aspectos Alimentares e Nutricionais de Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 1-21, 2021.

MAGAGNIN, T. et al. Relato de Experiência: Intervenção Multiprofissional sobre Seletividade Alimentar no Transtorno do Espectro Autista. **Id On Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v.13, n.43, p. 114-127, 2019.

MAGAGNIN, T.; SORATTO, J. **Autismo: Comer para Nutrir**. Criciúma: Ed. do autor, 2019.

MORAES, L. S. de et al. Seletividade Alimentar em Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição**, p. 42-58, 2021.

NOBRE, F. G.; MENEZES, R. P. de. **Perfil Nutricional de Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista: Uma Revisão Integrativa**. 2020. 23 f. Artigo (Graduação) – Curso de Nutrição, Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020.

PAULA, F. M. de et al. Transtorno do Espectro do Autismo: Impacto no Comportamento Alimentar. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 5009-5023, maio-junho, 2020.

ROCHA, G. S. S. et al. Análise da Seletividade Alimentar de Crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 20 p. 1-8, 2019.

ROSA, M. da S. F.; PAVÃO, S. M. de O.; MARQUEZAN, L. I. P. Alimentação para Alunos com Necessidades de Alimentação Especial como Preceito Educacional Inclusivo. **Revista On Line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 23, n. 3, p. 656-664, setembro-dezembro, 2019.

SILVA, D. V. da et al. **Excesso de Peso e Sintomas Gastrointestinais em um Grupo**

de Crianças Autistas. Rev. Paul Pediatr, p. 1-6, 2020.

SILVA, I. J. S. da et al. Estado Nutricional e Consumo de Ultraprocessados com Crianças do Transtorno do Espectro do Autismo. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 8, p. 85158-85171, 2021.

SILVA, S. U. da et al. As Ações de Educação Alimentar e Nutricional e o Nutricionista no Âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, p.2671-2681, 2018.

VOLKMAR; WIESNER. **O que é Autismo? Conceitos de Diagnóstico, Causas e Pesquisas Atuais**, p.1-24, 2018.



CENTRO
UNIVERSITÁRIO



CAMPO REAL
EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR